

# temáticas

ano 8  
número 15 / 16  
2000

revista dos pós-graduandos em ciências sociais

ifch - unicamp

# temáticas

ano 8  
número 15 / 16  
2000

revista dos pós-graduandos em ciências sociais  
**ifch - unicamp**

# temáticas

Publicação semestral dos alunos de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas .

## **Conselho Editorial**

Alexandro Dantas Trindade, Héctor Fernando Segura Ramirez, Henrique José Domiciano Amorim, Igor José de Renó Machado, Roberto Barbato Jr., Samira Feldman Marzocchi, Simone Wolff e Tiago Losso.

## **Editor Responsável**

Henrique José Domiciano Amorim

## **Chefia de Redação**

Alexandro Dantas Trindade e Igor José de Renó Machado

## **Projeto gráfico**

Marilza A. Silva

## **Editoração**

Alexandro Dantas Trindade e Marilza A. Silva

## **Capa**

Alexandro Dantas Trindade

## **Impressão**

Gráfica do IFCH / UNICAMP

## **IFCH/UNICAMP**

### **Diretor**

Rubem Murilo Leão Rêgo

### **Diretora Associada**

Rita de Cássia Lahoz Morelli

### **Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação**

Renato José Pinto Ortiz

### **Sub-Coordenação de Doutorado em Ciências Sociais**

Thomas Patrick Dwyer

### **Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Antropologia Social**

Emília Pietrafesa de Godoi

### **Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Ciência Política**

Valeriano Mendes Ferreira Costa

### **Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Sociologia**

Josué Pereira da Silva

## SUMÁRIO

Ao Leitor	v
Regime militar e Estado boliviano: balanço bibliográfico e perspectivas analíticas <i>Aldo Durán Gil</i>	5
Estrutura! Agência! Ação! <i>Ana Maria Alves Carneiro da Silva</i>	39
Três discursos sobre ciência e senso comum: Durkheim, Gramsci, Boaventura de Souza Santos <i>Claudete Gomes Soares</i>	71
Eu, dominada?! Quem falou? Uma análise de gênero nos escritos de Pierre Bourdieu e Marilyn Strathern <i>Érica Renata de Souza</i>	96
(Des)Ordem encantada: nação e rituais públicos <i>Rogério Proença Leite</i>	103
O sentido das ONG's no processo de mundialização <i>Samira Feldman Marzochi</i>	127
Exclusão anunciada: reflexões sobre a nova lei de imigração portuguesa <i>Igor José de Renó Machado</i>	147
Normas para apresentação de originais	153



## AO LEITOR

Desde seu surgimento, *Temáticas* tem se caracterizado como um veículo de expressão da produção acadêmica dos pós-graduandos em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. Sem perder esta função inicial, *Temáticas* passa, partindo deste número, a contar com algumas alterações.

Na medida do possível, os próximos números de *Temáticas* contarão com um Dossiê, onde serão publicados artigos que tenham como preocupação intelectual a análise de um mesmo tema de pesquisa. Ocupando parte da Revista, esta seção estará publicando também textos de pesquisadores vinculados à outras instituições, sem abrir mão da produção acadêmica dos alunos da UNICAMP. Ao lado desta nova parte de *Temáticas*, será mantido um espaço para expressão de outros temas, sem definição prévia, sendo a colaboração restrita aos pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação em Ciências Sociais da UNICAMP.

Os critérios de escolha dos artigos a serem publicados serão os mesmos que sempre nortearam a Política Editorial de *Temáticas*: excelência acadêmica e adequação às normas de publicações científicas.

Estas modificações possuem duplo objetivo. O primeiro é manter *Temáticas* como um espaço para publicação e discussão do conhecimento construído no âmbito dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais da UNICAMP. O segundo é a proposta de diálogo dos pesquisadores da UNICAMP com cientistas sociais de outras instituições.

Acreditamos, desta forma, estar mantendo a característica precípua de *Temáticas* e, concomitantemente, colaborando para a difusão do debate intelectual entre diversos programas de pós-graduação em Ciências Sociais. Compartilhando temas, discussões e interesses acadêmicos, estamos dando nossa modesta colaboração para o contínuo desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil.

Conselho Editorial *Temáticas*

# REGIME MILITAR E ESTADO BOLIVIANO: BALANÇO BIBLIOGRÁFICO E PERSPECTIVAS ANALÍTICAS<sup>1</sup>

*Aldo Durán Gil*

**RESUMO:** Este artigo visa apresentar ao leitor brasileiro um balanço bibliográfico das interpretações gerais sobre o caráter e funcionamento do Estado boliviano nos anos 70. Para tanto, aborda os seguintes pontos: 1) apresentação das interpretações predominantes sobre a permanência do regime militar boliviano sob o período Banzer e 2) apresentação das interpretações mais importantes sobre o caráter e funcionamento do Estado boliviano, freqüentemente considerado como “Estado atrasado”. A análise bibliográfica aqui feita busca contribuir para o desenvolvimento de uma pesquisa de maior envergadura sobre o assunto: realizar uma investigação do regime militar (período Banzer) à luz do funcionamento estrutural e global do Estado boliviano.

**UNITERMOS:** regime militar, Estado boliviano, teoria do Estado, teoria política, sociologia política.

---

<sup>1</sup> As reflexões propostas neste artigo surgiram da nossa dissertação de Mestrado em Ciência Política, defendida em 1998 no IFCH/UNICAMP com o título “O Estado-de-golpe: uma análise do Estado boliviano sob o período de maior instabilidade e crise política (1978-1982)”, sob orientação do prof. Décio Saes. A primeira versão do texto foi apresentada em 1998 como projeto de pesquisa de doutoramento junto à FAPESP. Atualmente o autor é bolsista dessa instituição.

## INTRODUÇÃO

O governo Banzer, instaurado através de um golpe militar em 1971, constituiu-se em um dos governos mais longos da história da Bolívia neste século: existiu durante sete anos (1971-1978), período de tempo bastante extenso para os “padrões políticos bolivianos”. Dissemos *padrões políticos bolivianos* para indicar que na história política do país predominaram períodos intensos de instabilidade política marcados por golpes e contragolpes de Estado e que alteraram significativamente tanto a forma da sucessão governamental quanto o tempo de permanência do cargo presidencial estabelecidos pela Constituição.

Contudo, o governo Banzer enfrentou constante instabilidade política, não se diferenciando, nesse aspecto, em grande parte dos governos do primeiro período do regime militar (1964-1971), nem do período denominado “caótico” ou “anômico”<sup>2</sup> (1978-1982). A sua longa permanência não contribuiu para estabelecer uma fonte de “estabilidade política”<sup>3</sup> que garantisse o seu prolongamento até 1980 nem para facilitar uma abertura (liberalização) do regime que possibilitasse a saída dos militares da direção do Estado. É que o setor militar comandado por Banzer pretendia permanecer no governo até 1980, ano em que convocaria a eleições gerais. Contudo, o governo se viu na necessidade de antecipar as eleições para 1978. No contexto de sérias acusações de fraude eleitoral contra o governo e do aumento da pressão política das massas populares, Banzer foi deposto pelo general Pereda em 1978.

---

<sup>2</sup> Entre 1978 e 1982 a Bolívia teve seis golpes de Estado e nove presidentes; dois efêmeros governos parlamentares (Guevara e Gueiler); três eleições gerais (1978, 1979, 1980).

<sup>3</sup> Referimo-nos aqui à “estabilidade política” do regime militar em relação ao estabelecimento de um controle mais ou menos rígido do processo de sucessão dos integrantes da cúpula da instituição castrense no comando do executivo e dos principais postos dos altos escalões da burocracia estatal. Esse controle possibilitaria a prolongação do regime político (regime ditatorial-militar). Por outro lado, a estabilidade é também considerada como o estabelecimento de um processo de sucessão governamental não definido pelo golpe de Estado.

Frente a esse quadro político, surge um conjunto de perguntas: a que se deveu a permanência do regime banzerista por sete anos, dada a instabilidade política que o caracterizou? Quais os principais fatores políticos que provocaram essa instabilidade e qual a sua peculiaridade? Por que a instabilidade apresentou-se de uma forma mais acentuada e “caótica” neste país, diferentemente dos outros regimes sul-americanos? Onde estariam as principais causas desse fenômeno? Por fim, é possível sustentar que o regime militar boliviano dos anos 70 teve a “incapacidade de se institucionalizar” devido à alta politização das forças sociais e à baixa institucionalização do sistema político, diferentemente do regime militar brasileiro, que teria sido o único regime sul-americano que conseguiu uma institucionalização política e, por conseguinte obteve uma razoável estabilidade política, conforme interpretam alguns autores (Huntington, 1975, 1996 e Stepan, 1988)?

Huntington (1975), por exemplo, define estabilidade política em função do critério da (alta, média ou baixa) institucionalização do sistema político. E a institucionalização política é entendida como a capacidade que teria uma sociedade de definir, através de normas e regras jurídico-políticas, o jogo da competição do poder entre os atores políticos (eleições periódicas, consenso político, distribuição dos altos cargos da burocracia estatal na base de um acordo político entre partidos concorrentes, etc.). Não obstante, essa institucionalização somente seria possível nas sociedades modernas (EUA, Europa Ocidental e inclusive a sociedade soviética). O que não ocorreria nas sociedades chamadas “em modernização” (países do “Terceiro Mundo”); estas seriam constitutivamente anômicas: padeceriam de um processo intenso de pretonização, isto é, do predomínio da intervenção do Exército na política, o que refletiria uma alta politização das forças sociais (“sociedades politicamente ativas”) e uma baixa institucionalização do sistema político. Nesse sentido, a alta politização desse tipo de sociedades aparece como um indicador negativo que impede a modernização do sistema político<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Uma análise semelhante, mas aplicada ao caso boliviano, é a de Jean-Pierre Lavaud (*L'Instabilité Politique de l'Amérique Latine. Le cas de la Bolivie*, 1991). Com preocupações análogas às de Jacques

Neste artigo não pretendemos responder as questões supramencionadas, cujo esclarecimento da problemática do caráter do governo militar do período Banzer e do caráter do funcionamento do Estado boliviano nesse período somente seria possível através de uma pesquisa de maior envergadura. O que este artigo se propõe é mais modesto: visa apresentar ao leitor brasileiro um balanço bibliográfico das interpretações gerais sobre o caráter e funcionamento do Estado boliviano nos anos setenta. Para tanto, devemos abordar os seguintes pontos: 1) exposição das interpretações predominantes sobre a permanência do regime militar boliviano sob o período Banzer e 2) exposição das interpretações mais importantes sobre o caráter e funcionamento do Estado boliviano, freqüentemente considerado como “Estado atrasado”. Nesse sentido, o balanço bibliográfico aqui apresentado está norteado pela seguinte preocupação analítica: busca contribuir para o desenvolvimento de uma investigação do regime militar (período Banzer) à luz do funcionamento estrutural e global do Estado boliviano.

## **1. INTERPRETAÇÕES SOBRE O REGIME MILITAR DO PERÍODO BANZER (1971-1978)**

Influenciados pela interpretação sobre a institucionalização do regime militar brasileiro, Guevara (1981) e Ramos (1980, 1983) concluem que o regime militar do período Banzer não conseguiu se institucionalizar como aquele regime devido à incapacidade de estabelecer regras políticas institucionais (principalmente para a cúpula da instituição castrense) que assegurassem a sucessão governamental. Esse fracasso teria redundado

---

Lambert (1969), que considerava América Latina como uma região politicamente instável, em relação aos países centrais, devido ao fraco desempenho e funcionamento das instituições sócio-políticas e do sistema político, Lavaud tenta desvendar a dinâmica e as fontes da instabilidade política boliviana no período 1952-1982.

tanto no aumento do grau da repressão das massas trabalhadoras (“terrorismo de Estado”) quanto da corrupção generalizada – através da corrupção o regime teria conseguido uma base de legitimação nos setores das massas populares e da classe média. Esses fatores teriam contribuído decisivamente para a manutenção do poder militar; e é baseado nesses fatores que os autores classificam o regime militar boliviano como regime fascista.

No outro extremo, para autores de esquerda como Dunkerley (1984) e Galvarro (1980), o fenômeno da “alta politização” da sociedade boliviana é visto como um fato positivo, no sentido de que essa politização – que seria impulsionada pela prática política do proletariado boliviano e dos movimentos sociais – possibilitaria uma transformação sócio-política significativa. Inclusive, tais interpretações sugerem umnexo causal entre alta exploração econômica e repressão política das massas trabalhadoras e alta organização e combate político-sindical. Esse teria sido o caso do proletariado mineiro (organizado na *Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia* – FSTMB) e na *Central Obrera Boliviana* (COB) – essas duas organizações sindicais foram duramente reprimidas no regime militar, principalmente no governo Banzer. Haveria, assim, uma excessiva valoração, nessas análises, tanto da ação política do combate à ditadura banzerista quanto do papel político exercido por ambas as organizações de classe na sociedade boliviana. Assim, o país acabou sendo visto como um lugar de “explosão política permanente”, onde a revolução socialista estaria na ordem do dia.

No que tange às interpretações sobre a longa permanência do governo Banzer, Ramos (1980, 1983), de la Cueva (1983) e Echazú (1988) defendem a tese de que o êxito inusitado do regime militar do período estaria na sua natureza *fascista*, sendo considerada a repressão como o fator determinante. Outros, como por exemplo, Whitehead (1990, pp.85-86) interpretam que as causas estariam na combinação das variáveis maquiavélicas da *fortuna* do líder militar (Banzer) e do *medo* (imposição do regime de terror). Já para Zavaleta, que considera Banzer como um

“soldado de fortuna”, a permanência do regime estaria na consistência do aparelho de Estado, em termos de *corrupção-terror-inteligência*: uma combinação, de um lado, da doutrina da segurança nacional com a elaboração de políticas estatais marcadas pelo pragmatismo político; e de outro, de um tipo de mediação política denominada “mediação *prebendária*”, cuja prática política combinaria elementos do populismo, clientelismo, corrupção generalizada e a mediação do narcotráfico. E a queda do regime banzerista teria sido provocada basicamente por três fatores: 1) pelo peso do próprio Estado, modernizado, mas ao mesmo tempo mais deslegitimado; 2) pela fusão burguesia-aparelho de Estado, fusão que manifestaria um indício de crise e regressão estatais (o governo Banzer estaria comandado por “gerentes burgueses”; assim, a burguesia teria o poder em suas “próprias mãos”, instrumentalizando o Estado) e 3) pela pressão da massa popular: “era o destino de Banzer não cair por um golpe nem pelo ferro da guerra civil, mas pela determinação difusa da massa” (Zavaleta, 1980, p.90).

Do ponto de vista do funcionamento da economia, tanto os tecnoburocratas que integraram a equipe econômica do governo Banzer, quanto os autores que apoiaram esse governo interpretam que a causa da permanência do regime banzerista estaria no bom desempenho da economia boliviana durante quase sete anos consecutivos. O principal argumento é o de que o regime militar teria fornecido uma razoável estabilidade econômica que não teve comparação com as décadas de 60 e 80, conforme teriam mostrado as seguintes variáveis econômicas: 1) positivo crescimento do PIB, cuja média foi de 4,6% no período de 1971-1978 (nos anos de 1973 e 1975, o PIB alcançou seu ponto mais alto: 6,8 e 6,6% respectivamente), 2) baixa inflação (em 1978, chegou apenas a 10,4% ao ano, contra 35,5% em 1981, 300% em 1982 e 25.000% em 1985), 3) aumento significativo de divisas provenientes, tanto das exportações de minérios e de produtos petrolíferos quanto dos empréstimos externos, feitos em condições “favoráveis” para o país, 4) salários estáveis (o setor de

mineração, por exemplo, teve um incremento de 152% entre 1970 e 1977 conforme os dados do Conselho Nacional do Salário) e 5) baixa taxa de desemprego (em 1980 chegou a 5,77%, pulando para 9,68% em 1981 e para 10,89% em 1982)<sup>5</sup>.

Ao contrário da visão oficial sobre a economia boliviana, Toranzo (1988) denomina o sistema de acumulação que vigorou no período militar Banzer como *banzerato* (interpretação semelhante às posturas de Zavaleta em relação à “mediação *prebendalista*”): um padrão de acumulação baseado na intensa transferência de capital para o setor privado procedente dos lucros das empresas estatais (principalmente das empresas mineradoras); e que combinou outras formas de acumulação por parte da grande e média burguesia como, por exemplo, contrabando de todo tipo, extorsão e desfalque das contas do Estado, empréstimos com fundos perdidos, bem como acumulação de capital pela via do narcotráfico. Embora aluda a uma situação real, de crise de acumulação, que teve efeitos significativos que contribuíram com a queda do regime banzerista, Toranzo caracteriza a burguesia boliviana como irresponsável, pois não investe no país (reprodução ampliada do capital) e, portanto, tende a se destruir a si própria, consumindo irracionalmente o excedente<sup>6</sup>.

Embora a crise do padrão de acumulação baseado na chamada “economia mineiro-estatal” apresentasse sinais de aguçamento a partir de 1978-1980, que expressaria algo mais que uma fase recessiva conjuntural – conforme sustentam Villegas e Aguirre (1989) –, ela não foi determinante para a queda do regime banzerista nem para o colapso do regime militar boliviano. Não é nosso propósito neste artigo proceder à análise da crise

---

<sup>5</sup> Ver os dados oficiais em INE (1980), BCB (1978), NAMM (1978 e 1980), UDAPE (1990) e CEPAL (1983). Entre os autores que tendem a endossar parte dessa tese – embora critiquem a acentuada intervenção do Estado na economia em termos de “estatismo”, “corporativismo”, “populismo”, além de identificarem a crise econômica provocada pela crise do chamado *modelo de acumulação mineiro-estatal* que nasceu no Estado instituído em 1952 – estão: Morales & Sachs (1990a e 1990b) e Mansilla (1994).

<sup>6</sup> Grebe (1983) acompanha o mesmo raciocínio.

desse “padrão de acumulação” e no exame da sua articulação com a crise do petróleo de 1973, com a reorganização do capital financeiro internacional, bem como com a relativa elevação dos preços dos minerais (especialmente do estanho) no mercado mundial. No entanto, para os nossos objetivos, basta colocar aqui, de forma sintética, o problema formulado por alguns autores: tal padrão teria se instaurado desde o surgimento do Estado de 1952 (capitalismo de Estado que funcionou com o suporte das minas nacionalizadas), cujos excedentes, ao longo das décadas de 60 e 70, foram consumidos ou dilapidados de forma irracional pelas classes dominantes, o que teria impossibilitado a reprodução ampliada do capital. As causas desse modelo de acumulação – caracterizado como irracional – estariam na irresponsabilidade da burguesia boliviana e na “classe política” que dirigiu o Estado, modelo esse que entrou em colapso no período 1978-1980, coincidindo com as crises de produção e de consumo mundial do estanho. A partir desse ano teria surgido um novo modelo de acumulação (propiciado por uma espécie de diversificação da economia) baseado na produção de produtos não-tradicionais para exportação (basicamente a agroindústria) e, sobretudo, na economia da coca-cocaína<sup>7</sup>.

Para Villegas e Aguirre (1989, p.13), que preferem utilizar a teoria dos ciclos de longo prazo da economia capitalista, haveria que especificar qual seria o período que abarca esse “padrão de acumulação”, os seus aspectos que teriam entrado em crise, bem como o tipo de tendência que configuraria a “nova estrutura econômica a médio e longo prazos”.

---

<sup>7</sup> Sobre a crise mundial do estanho, ver Crabtree (1987). Sobre a crise do padrão de acumulação boliviano ver: Toranzo (1988); Grebe (1983) e Castedo (Castedo & Mansilla, 1993). Sobre o novo padrão de acumulação baseado na economia da coca-cocaína, que teria dado origem ao “Super Estado da coca-cocaína”, semelhante ao “Super Estado Mineiro” que vigorou antes de 1952, ver: Bascope (1982), Canelas & Canelas (1983) e Rodas (1996). O problema dessa tese é que o Estado instituído em 1952 teria entrado em queda a meados da década de 70, até entrar em colapso nos anos de 1980-1981; e o fator determinante dessa queda seria a economia do narcotráfico.

## Perspectivas analíticas: uma proposta de estudo sobre o problema

Com efeito, a instabilidade política do país estaria articulada com as crises do regime militar (1964-1982); essas crises, por sua vez, estariam relacionadas com as crises gerais do Estado<sup>8</sup> boliviano formado em 1952. A questão então seria: não teria o regime militar do período Banzer contribuído decididamente para o agravamento das crises do Estado boliviano, crises essas que adotaram a forma de uma “imposição do terror” contra as classes trabalhadoras e a forma de “caos político” do período pós-78? Em outros termos, o desvendamento das causas da instabilidade política do país passa necessariamente pelo estudo do Estado boliviano que se configurou sob o governo Banzer. Ao mesmo tempo, tal empreitada analítica deve tomar em conta as principais determinações sócio-históricas do Estado que emergiu da Revolução Nacional de 1952 e que se prolongam até as décadas de 70 e 80.

O tema proposto visaria dar continuidade aos estudos sócio-históricos e políticos desse país no que diz respeito à problemática do “Estado atrasado”<sup>9</sup> (que na sua essência seria instrumentalizado pelas classes dominantes, sendo reduzido a uma coisa ou objeto) e ao aprofundamento das investigações sócio-políticas desse tipo de sociedades que, na bibliografia existente, aparece recorrentemente sob o aspecto de “sociedade atrasada”. Frente a essa preocupação, tal estudo deve buscar contribuir para o esclarecimento da problemática da “sociologia do atraso” – que parece ter

---

<sup>8</sup>Quanto aos conceitos de *crise política*, *crise de Estado* e *crise de hegemonia*, bem como à problemática dos regimes ditatoriais e às suas crises políticas, nos apoiamos em Poulantzas (1976, 1977 e 1978).

<sup>9</sup> “Estado dependente” ou “Estado periférico” nas formações sociais capitalistas periféricas. Essa problemática foi abordada por vários autores (incluindo os da “teoria da dependência”), cujas conclusões gerais apontam para o fato de que nessas sociedades haveria um predomínio do político sobre o econômico. Tilman Evers tentou trabalhar essa questão de forma sistemática na sua obra intitulada *El Estado na Sociedade capitalista* (1985). Ver Alavi (1972), Sonntag (1985) e Vergoupoulos (1983).

dados suporte teórico a um conceito de “Estado atrasado”.<sup>10</sup> Por outro lado, a investigação deverá começar pela análise pormenorizada do caráter das principais crises políticas do final da década de 60: a configuração do regime militar; efeitos políticos da luta guerrilheira comandada pelo *Ché* Guevara sobre o regime militar e sobre o sistema político boliviano; a instauração dos governos militares reformistas (Ovando e Torres) e a instauração da Assembléia Popular. Esses elementos fazem parte do contexto sócio-político do golpe de agosto de 1971 que levou ao poder o coronel Banzer e que acabou com o governo Torres e a Assembléia Popular.

Como se sabe, essa empreitada golpista visava, pelo menos, dois objetivos imediatos: derrotar o projeto político do setor de esquerda do Exército boliviano (setor nacionalista-reformista aliado à classe operária e que se sintetizou na figura do general Juan José Torres) e eliminar politicamente a Assembléia Popular. Para o setor “linha-dura”<sup>11</sup> do Exército, o golpe restaurador era tido como inevitável porque o país estava atravessando uma profunda “instabilidade e caos político generalizado”; alegava-se que um grupo de oficiais da instituição castrense havia aderido ao comunismo, que induziu à radicalização política das massas populares e possibilitou a instauração de uma organização sindical com poder legislativo

---

<sup>10</sup> É comum encontrar sugestões e elementos teóricos desse tipo de abordagem (e que se exprime também na economia e na ciência política) em vários autores latino-americanos; sem citar as obras e sem especificar o conteúdo dessas sugestões, mencionamos apenas alguns autores, desde Florestan Fernandes, passando por Celso Furtado, Gunder Frank, até Zavaleta e Lora, sem falar da “teoria da dependência” (F. H. Cardoso e E. Faletto) e da teoria econômica desenvolvimentista oriunda da CEPAL (Prebisch), além de autores norte-americanos como Huntington, Stepan e Malloy e de autores da corrente institucionalista francesa como Lambert (1969) e Lavaud (1991).

<sup>11</sup> Denominamos “linha-dura” do Exército boliviano ao setor comprometido com o projeto “restaurador” da Revolução, isto é, com o movimento contra-revolucionário que aplicou o golpe de 1964 e que foi liderado pelo general Barrientos. Longe de reduzir as divisões internas da instituição castrense a um conflito de tipo binário (linha-dura *versus* linha-branda etc.), e apesar de o termo não exprimir as linhas de clivagens da instituição castrense face às suas crises internas e face às crises políticas patenteadas no período pós-64, ele é utilizado aqui para diferenciá-lo do setor militar que fez uma aliança com a classe trabalhadora (setor reformista-radical) no final da década de 60.

ilegítimo (Assembléia Popular, cujas atividades desenvolveram-se na própria sede do Parlamento), que feria a Constituição.

Durante três meses (maio-julho de 1971) a Assembléia Popular havia funcionado como um Legislativo Popular comandado pela classe trabalhadora – COB, o Partido Operário Revolucionário (POR), Partido Comunista da Bolívia (PCB), Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), o Partido Socialista e uma facção de esquerda do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). A Assembléia visava resgatar a luta política do proletariado boliviano da primeira fase da Revolução Nacional de 1952 (fase do processo revolucionário com alta participação política da massa popular sob a liderança do proletariado mineiro) e tomar diretamente o poder – isto é, sem ser dirigido por um partido alheio à classe trabalhadora, como se dera nesse ano, quando o proletariado mineiro perdeu a direção política do processo revolucionário para o MNR.

Finalmente, o estudo deveria tomar em conta as interpretações sobre o golpe de agosto de 71. Tal golpe suscitou diversas interpretações tanto no plano político quanto no acadêmico. Nos setores de esquerda, a interpretação mais comum exprimiu um viés conspirativo: o golpe teria sido gerado por forças externas, isto é, viabilizado pela direta intervenção do imperialismo norte-americano através da Embaixada desse país, da CIA e do Pentágono, em colaboração com os oficiais do Exército boliviano e com os militares brasileiros e argentinos. Uma interpretação semelhante é aquela que dá excessiva importância ao “sub-imperialismo” brasileiro: o golpe teria refletido uma “forte” influência do Estado brasileiro (interesses de tipo econômico, político e geo-político teriam motivado essa intervenção) sobre a Bolívia e que exprimiria – esse é o suposto da qual parte essa interpretação – a concretização de alguns postulados das doutrinas da Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira. O país seria “um prisioneiro geopolítico do Brasil”: essa é a interpretação de Sanchez (1972), sendo endossada por Needleman (1974). Esses dois autores reproduzem unilateralmente as idéias sobre o “subimperialismo” de Marini (1969, 1973). Outra interpretação semelhante

é a de Gallardo (1991), ex-ministro do Interior do governo Torres. Durante o ano de 1971, a imprensa brasileira referiu-se a uma “teoria do cerco” (noticiada pelo jornal *Estado de São Paulo*) que teria sido elaborada pelos militares brasileiros: a idéia seria a de impedir e conter o avanço do comunismo, o qual estaria prestes a tomar o poder no Uruguai e na Bolívia; no caso do primeiro país, a estratégia era a invasão e no caso do segundo, envolvimento em empreitadas contra-revolucionárias. De acordo com as informações de Gallardo, Sanchez e Needleman, a Embaixada brasileira teria participado nessa empreitada golpista, fornecendo armas e vestuário militar: o próprio ex-embaixador brasileiro na Bolívia, Hugo Bethlem teria se envolvido diretamente no golpe. O interesse geopolítico e econômico imediato perseguidos pelo governo brasileiro seria o de “controlar” (e por conseguinte explorar) a maior jazida sul-americana de ferro que está em território boliviano, perto da fronteira com Brasil (região leste).<sup>12</sup>

Uma outra linha de interpretação provém de alguns autores de esquerda, basicamente de Guillermo Lora e de René Zavaleta. Ambos autores concordam que a direção da COB e dos partidos que deram sustentação política à Assembléia Popular teriam sancionado o erro político cometido pelo proletariado boliviano na Revolução de 52 (isto é, o de perder a direção política do processo revolucionário para o MNR); mas teriam cometido um outro erro que os levou à derrota: o de não criar uma milícia proletária (com capacidade de defesa e combate prolongado para enfrentar o Exército) e de não armar as massas populares para defender a Assembléia Popular e o governo Torres. Somente nos dias da deflagração do golpe teriam sido distribuídas armas pelo governo e que possibilitou uma

---

<sup>12</sup> O problema desse tipo de interpretações é que existiria uma ação política conspirativa, supostamente desenvolvida por alguns atores políticos que determinariam o “destino” dos países mais atrasados da região sul-americana (imperialismo norte-americano, suposto subimperialismo brasileiro e argentino). Além de superestimar os fatores externos e praticamente negar a importância do primado dos fatores internos, tais interpretações utilizam apenas um par de variáveis explicativas que não dão conta do fenômeno político em questão. Ver a crítica de Zavaleta (1987) a esse tipo de análises.

significativa resistência ao golpe na cidade de La Paz, mas que não foi suficiente para derrotar os setores das Forças Armadas (Divisões do Exército e da Força Aérea) que apoiavam Banzer.

## **2. SÍNTESE DA BIBLIOGRAFIA SOBRE O ESTADO BOLIVIANO FORMADO EM 1952**

As avaliações e interpretações sobre o governo Banzer e sobre o regime militar desse período articulam-se à problemática das interpretações gerais sobre o Estado boliviano que emergiu em 1952, sendo necessária uma revisão crítica das principais interpretações formuladas pelos autores bolivianos mais representativos. As questões a serem examinadas seriam as seguintes: como foi interpretado o Estado sob governo Banzer? A partir de que conceitos teóricos ele foi interpretado? Quais foram as explicações gerais sobre a instabilidade política da década de 70? Enfim, quais foram as interpretações predominantes? Para os nossos propósitos, é suficiente apresentar uma síntese da bibliografia que focaliza as principais interpretações sobre o Estado boliviano formuladas na década de 70 e inícios da década de 80.

Dentre as diversas interpretações surgidas, no período mencionado, podemos nos referir basicamente a duas correntes teóricas mais importantes: 1) aquela formulada por René Antonio Mayorga (1987a, 1987b e 1988b) e H.C.F. Mansilla (1992 e 1994)<sup>13</sup> e 2) a outra formulada pelos autores filiados à teoria marxista, principalmente as de René Zavaleta e Guillermo Lora.

O argumento principal sobre o caráter do Estado boliviano exposto pela primeira corrente teórica é a de que o Estado surgido da Revolução

---

<sup>13</sup> A obra *Bolivia: la Revolución Inconclusa* de Malloy (1989), cuja primeira edição em inglês data de 1970 e cujas linhas de pesquisa, parece ter amplamente influenciado os autores bolivianos desta corrente teórica.

Nacional de 1952 entrou na sua fase de maior crise no final da década de 70 e inícios da década de 80: crise que é entendida como uma crise orgânica e caracterizada como crise global (da sociedade, do Estado, da cultura etc.). Devido à natureza intervencionista do Estado, à alta politização das massas, através de um movimento sindical corporativista e ao surgimento do autoritarismo militar em 1964, que incorporou e reproduziu o intervencionismo estatal, o Estado boliviano teria entrado num colapso generalizado no período da maior instabilidade política e de transição à democracia (1978-1982). Assim, as crises do regime militar dos anos 70 seriam o reflexo das crises do Estado e da sociedade boliviana. No período 1982-1985, o Estado de 1952 entraria numa fase terminal: aqui se faria mais patente a incapacidade desse Estado de resolver os conflitos sociais e políticos sobre a base de uma lógica de ação racional concertada ou pactuada entre os principais atores políticos (governo, militares, a COB, partidos políticos, empresários, camponeses etc.). A principal razão disso estaria na predominância de uma lógica de ação política destrutiva dos atores políticos (Mayorga, 1987a, p.26-27).

Em suma, o período de 1978-1985 manifestaria a dissolução do Estado de 1952, cujo pacto constitutivo teria sido quebrado por uma lógica de ação política destrutiva, lógica essa que teria erodido as bases estruturais e institucionais do Estado, impossibilitando, dessa maneira, um novo pacto entre os principais atores políticos. Assim, seria só em 1985 que se ergueria um novo Estado, a partir do Pacto pela Democracia que derivou no governo de Paz Estenssoro (MNR)-Banzer Suárez (Acción Democrática Nacionalista – ADN). Tal governo teria acabado com a “desordem política” e a inflação; isto é, teria implementado a Nova Política Económica (NPE) e viabilizado uma reforma do sistema político e do Estado, que foram o alicerce de uma estabilidade económica e política duradoura<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> As reformas políticas realizadas a partir desse ano foram consideradas, pelos autores mencionados, como um processo de democratização política e de modernização do Estado semelhante ao processo da Revolução de 1952. Vale dizer, o Estado de 1952 teria entrado em

Outra tese que defendem os autores desta corrente é o “empate político” (= equilíbrio político) prolongado (Mayorga, 1985 e 1987a, p.22-23) entre o Exército e a COB, o qual teria surgido do pacto de 1952 e acabado se degenerando no corporativismo militar e sindical pela lógica de ação destrutiva intrínseca às suas práticas políticas. O empate teria paralisado ambos os atores, impossibilitando a criação de uma alternativa de poder estatal ou de poder popular. Assim, o empate é tido como constitutivo do Estado de 1952 e uma das maiores causas da instabilidade política do país.

Por outro lado, Mansilla (1994 e 1995) defende a tese de que nos anos 70 e inícios dos 80 o empresariado boliviano teria sido o único setor da sociedade a passar por um processo de modernização altamente positivo, superando suas próprias deficiências culturais e ideológicas e deixando para trás os seus maiores concorrentes tradicionais: a retrógrada classe operária e seu movimento sindical, bem como a corrupta elite política tradicional. Assim, os empresários teriam descoberto sua verdadeira vocação no contexto dos conflitos econômicos, políticos e sociais do país; e teriam conseguido converter essa força modernizadora num processo igualmente democratizador extensivo a toda a sociedade e ao Estado, processo esse que se evidenciaria a partir de 1985.

A segunda corrente importante de interpretação sobre o Estado boliviano provém das análises marxistas do Estado nas versões de Zavaleta e Lora. Igualmente aqui as concepções não são monolíticas ou homogêneas, ramificando-se de acordo com a postura teórica adotada por cada autor. Contudo, podemos dizer que esses dois autores sintetizaram, pelo menos

---

queda gradativa no final da década de 70, entrando em colapso no governo Suazo (1982-1985), até cair definitivamente em 1985, ano em que teria ocorrido uma “nova revolução política”. E o fator determinante dessa queda não seria o narcotráfico – contrariamente às conclusões dos autores do “super Estado da coca-cocaína” – mas um conjunto de fatores sócio-políticos e econômicos. Assim, teria surgido um novo Estado, completamente diferente do anterior, em virtude das reformas neoliberais implementadas a partir desse ano. Ver Mayorga (1987a e 1987b), Mansilla (1994) e Morales & Sachs (1990a e 1990b).

até o início da década de 80, o debate teórico não apenas sobre o Estado boliviano, mas também acerca de um elenco de questões como, por exemplo: o caráter da Revolução Nacional de 1952, o movimento operário, a natureza das classes dominantes, bem como a luta pelo socialismo (na verdade, o debate sobre a natureza da formação social boliviana tem sua origem nas décadas de 40 e 50, no curso do embate ideológico entre nacionalismo e marxismo).

As primeiras proposições de Lora sobre o Estado boliviano partem da célebre Tesis de Pulacayo (ver Lora, 1987), formulada em 1946: a Bolívia é aqui considerada como um país capitalista atrasado, mas inserido na economia mundial através da exportação de minérios. O país refletiria o desenvolvimento combinado de diversos modos de produção (pré-capitalista e capitalista), com predomínio das relações capitalistas na indústria de mineração e das relações de tipo feudal no campo. Um traço característico desse processo de desenvolvimento seria a submissão da classe dominante ao imperialismo norte-americano. Por outro lado, a classe dominante é caracterizada como feudal-burguesia, porque ela estava articulada tanto aos interesses feudais como aos interesses imperialistas. Esse fato se teria manifestado nas três maiores empresas mineiras (cujos donos eram os chamados “Barões do Estanho”) que controlavam a vida econômica e política do país. Nesse sentido, “o Estado feudal-burguês justifica-se como um organismo de violência para manter os privilégios do latifundiário e do capitalista. O Estado é um poderoso instrumento que possui a classe dominante para esmagar seu adversário” (Lora 1987, p.11)<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> A tarefa da classe trabalhadora seria desenvolver uma transformação que combinasse uma revolução proletária e uma revolução democrático-burguesa, cuja estratégia predominante estaria comandada pela revolução socialista (Lora, 1987, p.13). A Tese também sustenta que a contradição fundamental se travaria entre o proletariado e o imperialismo. Embora sejam importantes essas proposições teóricas, elas exprimem uma certa influência da concepção instrumentalista de Estado (oriunda das concepções trostkistas e da IV<sup>a</sup>. Internacional): este se reduziria a um objeto ou instrumento das classes dominantes.

O Estado boliviano posterior à Revolução Nacional de 1952 é caracterizado por Lora como “Estado burguês atrasado”, devido basicamente a uma dupla razão: a derrota do proletariado (a não realização da Tesis de Pulacayo), por um lado, e o fracasso do partido pequeno-burguês (MNR, que dirigiu a revolução) em realizar as tarefas democrático-burguesas e criar um vigoroso Estado nacional burguês, por outro. Se a incapacidade da feudal-burguesia era tal, que não conseguiu instaurar um Estado nacional e, por conseguinte, uma democracia formal, melhor não poderia fazer a pequena burguesia do MNR: esta fracassou politicamente. Nesse sentido, o Estado boliviano “ainda não é um Estado moderno na mais ampla acepção da palavra” (Lora, 1996, p.145-146).

Devido ao atraso do país, a inexistência de uma burguesia nacional, a incapacidade da pequena-burguesia do MNR de realizar as tarefas democráticas e de criar um Estado moderno, bem como a permanente intervenção do imperialismo no país, para Lora seria inviável a instauração da democracia e, por conseguinte, de um Estado burguês de tipo avançado. Nas palavras do autor: “uma das grandes tarefas democráticas, a criação do Estado nacional soberano, ficou frustrada para sempre, como consequência da inviabilidade do desenvolvimento capitalista pleno e livre, da impossibilidade da organização da democracia formal e da submissão da burguesia nacional ao imperialismo” (Lora, 1980, p.10; grifo nosso). Lora conclui, assim, que, “se se descarta a possibilidade do desenvolvimento das forças produtivas dentro do capitalismo, já não se pode esperar a estruturação desse grande Estado” (idem, p.10).

Entretanto, haveria um outro elemento que justificaria a tese da inviabilidade do capitalismo e da democracia: a herança histórica – numa prática sempre presente, que pesaria sobre as costas do país e atormentaria os bolivianos – do caudilhismo, do golpismo e da instabilidade política, cujas causas materiais estariam justamente no fraco desenvolvimento do capitalismo no país. Neste contexto, o Exército tende a se configurar como uma força política, em torno do qual gira a política nacional, em razão da

incapacidade das classes dominantes de cumprir com suas tarefas nacionais e democráticas, bem como do fracasso dos partidos políticos burgueses. Assim, o caudilhismo, principalmente o militar, “foi se nutrindo da extrema debilidade política e do golpismo, como método preferido num país que não tem possibilidades de viver a experiência de uma generosa democracia burguesa” (Lora, 1983, p.62). Segue-se disso que a maior crise do Estado boliviano, manifestada com forte impacto no final da década de 70 e inícios de 1980, seria a do nacionalismo burguês, cuja maior expressão estaria na crise do Exército (idem, p.87 e segs.).

Em relação à produção teórica de Zavaleta, a nosso ver, ele é o autor que mais escreveu sobre o problema do Estado boliviano a partir de um esquema teórico definido. Como aqui não é possível apresentar a maior parte dos artigos e trabalhos sobre esse tema, bem como o conjunto dos conceitos formulados pelo autor, limitamo-nos a expor, de forma sintética, algumas obras e artigos, bem como alguns conceitos importantes que fazem parte do seu arcabouço teórico. Lembremos que, no que tange a sua fase “ortodoxa” (que se inicia no final da década de 60 e se estende até inícios da década de 80) Zavaleta sofreu influências de Marx, Lenin, Gramsci e Lukács. Embora já sofresse influências de Offe e de Habermas (no que se refere à teoria sociológica e à teoria do Estado) na década de 70, o último Zavaleta tende a adotar com maior frequência as posturas desses dois atores, além de incorporar a metodologia utilizada por Max Weber nas suas pesquisas empíricas.

Em termos teórico-metodológicos, para Zavaleta haveria supostamente uma impossibilidade lógica de aplicação de teorias gerais à realidade boliviana (seja uma teoria geral do Estado, seja teorias sociológicas de longo alcance) dada a natureza invertebrada da sua formação social (Zavaleta, 1987). O autor caracteriza essa formação social indistintamente como invertebrada e ossificada (o termo espanhol utilizado é *sociedade abigarrada*). Por exemplo, ele considera as sociedades boliviana e peruana como “ossificadas”, devido à predominância – esse é o suposto – do papel exercido pelo Estado (ação intervencionista e totalizadora, que acaba

sufocando a sociedade civil) nessas formações sociais (ver Zavaleta, 1990, p.195). Essa imagem remete uma caracterização, problemática por certo, das sociedades da Europa do Leste (Rússia, etc.) feita por Gramsci: onde o Estado seria tudo e a sociedade civil “gelatinosa”, diferentemente das sociedades da Europa ocidental (Estado + sociedade civil, onde esta última se constituiria numa trincheira frente àquela). Assim, Zavaleta estampou o termo *abigarrado*, adjetivo que significa em espanhol: de cores mal combinadas, multicolor, heterogêneo, confuso<sup>16</sup>.

A característica invertebrada impediria, segundo o autor, qualquer tentativa de dar unidade àquilo que seria disperso através de uma simples fórmula. Em vez de teorias gerais, ele prefere utilizar, no caso de sociedades invertebradas, a crise como conceito-chave. A crise seria entendida como um momento anômalo na vida de uma sociedade, “como a aparição patética das pontas da sociedade que, de outra maneira, se manteriam submersas e gelatinosas”. Assim, ela adquiriria uma conotação particular, principalmente em sociedades de difícil “quantificação” como a boliviana (Zavaleta, 1986, p.21). Nesse sentido, a aplicação de um “método geral resulta no mínimo numa possibilidade tão remota como a de uma teoria geral do Estado. Cada sociedade deve reconhecer o método que a ela pode se referir ou ser pertinente. [...] O conhecimento crítico, pela forma aglutinada de índole heterogênea nesse pathos, é próprio de sociedades de duvidosa quantificação como a da Bolívia” (1986, p.21, nota 1). Em outra passagem, referindo-se o autor à justificação da sua metodologia: “em defesa do

---

<sup>16</sup> O termo *abigarramiento* passou a ser utilizado para se referir ao caráter da formação social boliviana, significando heterogeneidade, dispersão do todo social, sobreposição de diferentes modos de produção fracamente combinados, atraso endêmico da estrutura social. Ver Zavaleta, 1990 (p.194-195) e 1983 (p.17-19). Tal conceito virou um chavão na sociologia boliviana. Ver o título “*Dinámica de una sociedad abigarrada*” que faz parte de uma coletânea intitulada *Bolívia en la hora de su modernización*, in Pacheco, 1993 (O termo espanhol *abigarrado* é aqui traduzido por *invertebrado*, por não termos encontrado outro termo semelhante em português).

método deve-se dizer que nenhuma ciência social é possível de outra maneira num país com as características da Bolívia” (1986, p.9)<sup>17</sup>.

Na sua primeira obra de maturidade, escrita em 1972, Zavaleta propõe um esboço de teoria do *Estado atrasado*.<sup>18</sup> Dissemos esboço, porque ele não chegou a elaborar uma teoria propriamente dita desse tipo de Estado: limita-se a expor uma série de *elementos gerais* que fariam parte de um Estado atrasado, por contraste com o Estado avançado. Tratar-se-á mais de uma descrição de “um conjunto de características que são mais ou menos uma norma no que se refere à superestrutura de um país atrasado” (1987, p.167-168).

Com efeito, o seu conceito de Estado atrasado parte do suposto de que as funções e determinações de um país capitalista avançado e, as de outro, situado na periferia, seriam totalmente diferentes. E quais seriam as principais características que os diferenciariam? Existiriam três características fundamentais nos Estados capitalistas avançados: 1) a dupla autonomia do Estado (autonomia relativa com respeito à estrutura econômica e a autonomia perante a classe dominante); 2) a unidade ou centralização do Estado (que provém da base econômica e que reflete a realização plena do modo de produção capitalista – MPC); 3) a sobredeterminação da base pelo retorno ou réplica da superestrutura, o que aceleraria o desenvolvimento das forças produtivas. O Estado, aqui, segundo Zavaleta, seria mais eficiente na medida em que as *diversas* frações da burguesia o utilizariam como seu “comitê para a gestão dos assuntos comuns”, pelo fato de que tais frações viveriam num certo equilíbrio de poder e teriam uma maior racionalidade na utilização do Estado, coisa que dificilmente ocorreria nos países periféricos (1987, p.154-160).

---

<sup>17</sup> Sem pretender fazer uma análise da metodologia e dos conceitos utilizados por Zavaleta, relembramos que o seu conceito de crise reflete à influência do conceito de crise (entendido como anomia, disfunção) empregado por Offe (1984) e Habermas (1994) nas análises de ambos autores sobre o capitalismo tardio.

<sup>18</sup> Zavaleta, 1987; ver o item “*El episodio superestructural en la teoría del país atrasado*”.

Segue-se disso que o Estado atrasado careceria dessas três características básicas, pois “a determinação *em última instância* da base econômica sobre a superestrutura política é algo que ocorre de um modo muito mais imediato em uma formação social atrasada: aqui o Estado não tem as astúcias de um país avançado” (1987, p.160; grifo do autor). Além do mais, “nesses tipos de países, com efeito, a autonomia relativa que os sociólogos do mundo desenvolvido descrevem detidamente ou existe pouco ou não existe em absoluto. Aqui, a classe dominante exerce diretamente o poder, *manu propria*. Isso mesmo, quando pode fazê-lo” (1987, p.160-161; grifo do autor). Em outros termos, para Zavaleta, nos países periféricos ocorre uma instrumentalização real, de fato, do Estado por parte das classes dominantes. Assim, o Estado “é instrumental por antonomásia”, porque “a imediata ocupação do Estado por parte de homens que pertencem a uma classe dominante não indica uma visão ou interpretação instrumentalista do Estado, mas uma situação instrumental” (1990d, p.175-176).

Por outro lado, a fraca combinação ou coexistência de vários modos de produção e a decorrente contradição entre eles impediria a realização das tarefas democrático-burguesas. A tarefa da unificação, por exemplo, ficou para trás: o fato dela não acontecer ou demorar mais para ser estabelecida, torna ainda mais consistente o atraso dessa formação social e, porém, mais difícil a resolução da questão nacional. Por isso, essa tarefa (unificação e centralização) tende a ser cumprida, com muita dificuldade, pela pequena burguesia e pelo proletariado. Assim, este tipo de Estado, dominado e subordinado ao Estado imperialista norte-americano, constituiu-se no verdadeiro obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas. Esse fracasso político se deve ao caráter tardio e atrasado da formação do Estado e das burguesias locais (1987, p.160-167).

Além disso, Zavaleta acrescenta duas características importantes do Estado atrasado. Uma delas é a instabilidade política, cuja causa mais freqüente provém das contradições insolúveis entre as diversas frações das classes dominantes, as quais tenderiam a ser altamente centrífugas, e não

concêntricas, em virtude de uma dupla razão: a sua fraqueza e a sua fragmentação permanentes, reflexos do atraso; e a pressão divisionista da burguesia imperialista, que impede a unificação e centralização do Estado. A outra característica diz respeito ao papel do Exército: em geral, este estaria à disposição dos latifundiários e do imperialismo. Mas em casos excepcionais, o Exército poderia assumir a tarefa da centralização. Daí o caráter relativamente progressista de algumas experiências bonapartistas dos países atrasados, as quais teriam uma natureza diferente do bonapartismo clássico (1987, p.165-167; 1992).

No seu artigo “*El Estado en América Latina*” (1990d), publicado em 1983, no qual parece abandonar suas posturas instrumentalistas, Zavaleta critica o “teoricismo” das fórmulas metodológicas provenientes das teorias gerais do Estado (instrumentalista, estruturalista, hegeliana e “Escola lógica do capital”), cuja aplicação à realidade dos países atrasados resulta ser quase inviável. Em vez disso, deve-se considerar o Estado como *situação concreta, agregação histórica e particularidade* (1990d, p.170). Seria por aí que a análise do Estado cobraria maior força, estabelecendo o primado da realidade sobre a teoria: “os termos [...] estruturalista ou instrumentalista descrevem antes de mais nada *dados fatuais* do que marcos metodológicos para estudar o Estado” (1990d, p.176; grifo nosso)<sup>19</sup>. Nesse sentido, a chave interpretativa para analisar o Estado atrasado estaria no conceito de *equação social* formulada pelo autor, entendida como a forma de *entrecruzamento* entre a sociedade civil, as mediações entre esta e o Estado e o momento político-estatal (1990d, p.177-180).

No referente ao Estado burguês, cujo momento constitutivo seria 1952, Zavaleta defende a tese da *dissolução hegemônica* desse Estado, manifesta a crise orgânica ou *crise global* do período de 1978-1980 (Zavaleta, 1983a, p.29-32). Em outras palavras, as contradições do Estado do final da década

---

<sup>19</sup>Zavaleta alude aqui à problemática teórica sobre o Estado capitalista abordada no debate europeu entre instrumentalistas, estruturalistas, hegelianistas e os defensores da escola lógica do capital. Para Zavaleta, tal debate não teria avançado muito. Sobre o debate, ver Brunet (1986) e sobretudo, Poulantzas & Miliband (1975).

de 70 seriam o reflexo das contradições do Estado de 1952, cuja decadência aparece mais patente na crise da hegemonia burguesa, aqui concretizada como crise do nacionalismo revolucionário. Por conseguinte, o Estado burguês, formado em 1952, seria um Estado atrofiado, com sérias dificuldades de instaurar-se plenamente e realizar as principais tarefas democrático-burguesas.

É por isso que, para Zavaleta, a Revolução Nacional de 1952 não teria sido outra coisa senão uma “revolução burguesa contra a burguesia”. Ela estaria marcada por uma contradição fundamental, chamada pelo autor de “o paradoxo senhorial”: de um lado, a antiga classe dominante (oligárquico-liberal) teria sido incapaz de se auto-transformar numa burguesia moderna, pelo fato de carecer de ideais burgueses ou porque todos os seus padrões culturais seriam pré-capitalistas; de outro, ela seria capaz de se reconstituir como classe dominante “através das diversas fases estatais, de mudanças sociais imensas e inclusive de vários modos de produção”. Assim, a Revolução Nacional teria desaguado na “colocação de seus fatores ao serviço da reposição oligárquico-senhorial”. A marca senhorial constituiria, segundo o autor, um fato permanente na história do país (1986, p.15). Nesse quadro, o aparecimento do Exército no centro da vida política do país manifestaria a qualidade dessa “equação social” boliviana. Com efeito, estaríamos frente a uma “hegemonia negativa”, segundo o autor: expressão patética da crise e, por conseguinte, de dissolução do Estado de 1952 no final da década de 70.

Contudo, existem alguns problemas específicos da proposta analítica de Zavaleta, os quais não serão examinados aqui. Entretanto, desde já assinalamos duas limitações concretas dos estudos do autor sobre o Estado boliviano. A primeira limitação é a de que ele não analisou exaustivamente o Estado de 1952, nem o Estado da década de 70. O seu último trabalho (1986) abordou o Estado desde finais do século passado até 1952. Por outro lado, o conjunto dos seus trabalhos são artigos esparsos e limitados – escritos entre 1972 e 1984.

A outra limitação diz respeito ao(s) conceito(s) de Estado de Zavaleta. O seu conceito de *Estado atrasado*, elaborado em 1971 (Estado-instrumento, ou Estado-Coisa), permanece nos seus trabalhos, tendo um peso igualmente importante em relação ao conceito de Estado-situação-agregação-particularidade, na medida em que o Estado atrasado parece ser, na sua essência, instrumentalista por *autonomásia*. A questão então é a seguinte: não será que a concepção instrumentalista de Estado reaparece de uma forma mais sofisticada nos seus últimos trabalhos? Se o anterior é verdade, não haveria dois conceitos concorrentes na própria teoria do Estado de Zavaleta (Estado instrumento e Estado-agregação)? Mesmo na situação do “capitalismo organizado” que, segundo Zavaleta (1986, p.204), nos países como a Bolívia, apareceria na versão de ditadura, o critério predominante não continua sendo a instrumentalização do Estado? Afinal, qual o critério-conceito que o autor toma como norma?

### **Perspectivas analíticas: proposta de estudo sobre o problema**

Da mesma maneira que a primeira parte deste artigo, um possível recorte epistemológico e analítico sobre o Estado boliviano seria o de direcionar a problemática tomando como eixo central os aspectos determinantes e constitutivos da natureza, da estrutura, bem como do papel do Estado na sociedade boliviana desde a década de 50 – neste caso, do Estado de 1952 e de suas diversas fases. Vale dizer, empreender uma análise sócio-histórica do objeto em consideração que tome em conta um conjunto de variáveis como, por exemplo: 1) o caráter do aparelho estatal, 2) relação Estado-classes dominantes, 3) relação Estado-classes dominadas, 4) o caráter da forma estatal e do regime militar boliviano adotado no período, 5) a configuração do sistema político-partidário, 6) a configuração do modelo de desenvolvimento econômico, o tipo de capitalismo implementado na Bolívia e 7) a formação das diversas frações da burguesia boliviana e de seus setores hegemônicos, a modalidade de acumulação de

capital por parte das frações burguesas preponderantes,<sup>20</sup> bem como o caráter de intervenção do capital estrangeiro no país.

À luz dessas variáveis, a problemática da instabilidade política boliviana – que aparece como um elemento político invariante na história do país e como constitutiva dos Estados atrasados devido à cultura política que vigoraria nesses países, conforme tende a interpretar a corrente política funcional-institucionalista, cuja análise revela a predominância de variáveis trans-históricas (anomia, atraso e instabilidade endêmica, pretorianismo, cultura ibérica) –, deve ser analisada tomando em conta: (1) o caráter da intervenção do Exército, (2) o caráter da sucessão governamental, (3) a configuração do Estado e (4) seu funcionamento específico nos diversos períodos e fases estatais do Estado de 1952. Em termos específicos, caberia indagar a peculiaridade do regime militar sob o governo Banzer e o comportamento dos principais atores políticos e das forças sociais na cena política, bem como a especificidade das crises (econômica, política, social, ideológica, crise de representação partidária, crise da instituição castrense etc.).

Finalmente, o estudo deverá também contribuir para a discussão teórica de pelo menos três temas importantes mencionados ao longo deste artigo, os quais estariam amplamente imbricados. O primeiro diz respeito ao caráter e funcionamento do Estado na periferia capitalista. De imediato, surgem as seguintes questões: seria esse Estado mero reflexo da estrutura econômica? Ou então, porque nas formações capitalistas periféricas a

---

<sup>20</sup> Preferimos utilizar o conceito de *fração burguesa preponderante* ou *classes preponderantes* em vez do conceito ambíguo de *classes economicamente dominantes* utilizado até pelo próprio Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais* (1986). Entretanto, este autor também utiliza, indistintamente, o primeiro conceito nessa obra. Por isso, além de Poulantzas, também apoiamos-nos em Göran (1982) e Portantiero (1973). As *frações preponderantes* seriam aquelas que detêm um poder econômico (geralmente existe uma fração de capital ou setor econômico que subordina os outros) que aspiram à conquista da hegemonia política no interior do bloco no poder. O conceito poulantziano de bloco no poder refere-se ao conjunto de frações de classes dominantes que detêm o poder político institucionalizado do Estado, tendo uma delas, no interior do bloco, a hegemonia política (conceito que se diferencia do conceito gramsciano de hegemonia). Assim, o Estado capitalista teria uma direção política de classe.

superestrutura jurídico-política prima sobre o econômico? A que se deve a forte presença do Estado (intervenção permanente, violência estatal, Estado forte etc.) nessas sociedades?

O segundo tema importante está relacionado com a problemática do instrumentalismo. O Estado na periferia capitalista estaria determinado por uma lógica instrumentalista intrínseca a ação das classes dominantes, ou seja, seria instrumentalista por antonomasia, conforme sustentou Zavaleta em seus artigos? A rejeição dessa tese implicaria a aceitação das análises – no caso boliviano – empreendidas pela corrente teórica defendida por Mayorga e Mansilla (que interpretariam o Estado como ator político com autonomia absoluta, cuja estrutura e ação burocrática tenderia ao atrofiamento ou anomia estatal, ação essa que impediria o funcionamento do sistema político, do jogo político institucionalizado e, por conseguinte sufocaria a sociedade civil)? Do mesmo modo, a rejeição do instrumentalismo levaria a aceitar, sumariamente, as proposições e hipóteses sobre a problemática da autonomia relativa do Estado capitalista apresentadas por Nicos Poulantzas em suas diversas obras?

Por fim, o último tema a ser salientado diz respeito à problemática do Estado-Nação. Para Zavaleta (1990d), a Bolívia seria um “Estado sem nação”, ou seja, o país não teria solucionado a “questão da nação”. O Estado formado em 1952 teria sofrido uma relativa expansão em termos da ampliação do mercado, da fronteira agrícola e do planejamento da colonização interna (produto da política de Reforma Agrária realizada na década de 50 e 60) e do crescimento da burocracia estatal, diferentemente da expansão do Estado do período liberal (1899-1920). Porém, ele foi incapaz de compatibilizar, de um lado, o espaço estatal (núcleo de dominação) e o espaço geográfico (território); e de outro, entre esses dois elementos e o âmbito demográfico (população) (Zavaleta, 1986, p. 203-204). Surge então a questão de saber qual o papel do Estado-Nação boliviano instituído em 1952 e o papel jogado pelo mesmo no processo crescente da internacionalização do capital na década de 70.

Contudo, Zavaleta não consegue explicar a problemática do Estado-Nação boliviano e sua inserção na economia capitalista internacional. Estaria o Estado de 1952 em processo de desintegração gradativa (essa idéia complementa-se com a tese do autor, apresentada no item 2 deste artigo, sobre a dissolução hegemônica do Estado boliviano no período 1979-1980)? Finalmente, o Estado-Nação atrasado seria – o que se poderia deduzir das proposições do autor – um Estado que sofreria um processo de “desintegração” gradativa a tal ponto de se dissolver ou ser reduzido a um puro instrumento do capital internacional e dos países capitalistas centrais?<sup>21</sup>

Com efeito, as questões formuladas acima (natureza do estado atrasado, instrumentalismo e Estado-Nação) não esgotam a problemática dos assuntos aqui abordados: seu entendimento somente poderia derivar de um estudo aprofundado dos temas centrais apresentados neste artigo (regime militar e Estado boliviano), estudo esse que busque compatibilizar, numa análise crítica, os aspectos sócio-histórico e teórico. Para tanto, esse empreendimento deveria começar pela análise pormenorizada, cuidadosa e crítica das interpretações sobre o Estado boliviano feitas pelos autores bolivianos e estrangeiros. Todavia, tal empreitada não seria possível, a nosso ver, sem fazer uma opção teórico-metodológica: aplicar uma teoria, um conceito específico de Estado – neste caso, das proposições teóricas feitas por Poulantzas, particularmente em Poder Político e Classes Sociais. Vale dizer, aplicar o conceito poulantziano de Estado capitalista ao caso boliviano e explicar as principais determinações, contradições e problemas da formação social boliviana do período. Isso somente será feito se adotarmos um olhar crítico frente a esse conceito de Estado e frente aos postulados teóricos do autor à luz do objeto de estudo.

---

<sup>21</sup> A concepção de Estado-Nação de Zavaleta é problemática; ela parece se antecipar à concepção do “processo de desintegração do Estado-Nação” apregoada pelas atuais teorias da globalização. Ver Habermas, 1995. Cabe registrar que já na década de 70 Poulantzas (1978, 1990) fez observações críticas sobre o processo de internacionalização do capital e o papel do Estado-Nação.

**ABSTRACT:** “The Military Regime and the Bolivian State: Balanced Bibliography and Analytic Perspectives”. This article attempts to present to the Brazilian reader a balanced bibliography of general interpretations of the character and function of the Bolivian state in the 1970s. As such, it deals with the following points: 1) the presentation of predominant interpretations regarding the existence of the Bolivian military regime during the Banzer period, and 2) the presentation of the more important interpretations of the character and function of the Bolivian state, frequently considered a “backward State”. The bibliographical analysis presented here seeks to contribute to the development of more profound research in the following matter: the accomplishment of an investigation of the military regime of the Banzer period in light of the structural and global function of the Bolivian state.

**KEYWORDS:** Military Regime, Bolivian State, Political Theory, Sociological Theory.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAVI, H. L'Etat dans les sociétés post-coloniales. *Les Temps Modernes*, Paris, N° 314-315, set/out, p. 684-708, 1972.
- BANCO CENTRAL DE BOLIVIA. 50a. *Memoria Annual*. Correspondiente a la Gestión del año 1978. La Paz, Bolivia, 1978.
- BASCOPE, R. *La Veta Blanca. Coca y Cocaína en Bolivia*. La Paz: Aquí, 1982.
- BRUNET, F. El Estado, la política, las clases sociales y el capital. *Nueva Sociedad*, Caracas, Noviembre-Diciembre, p.49-56, 1986.
- CANELAS Orellana, A., & CANELAS Zannier, J. C. *Bolivia: Coca Cocaína. Subdesarrollo y Poder Político*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1983.
- CRABTREE, J. *The great tin crash: Bolivia and the world tin market*. London: LAB, 1987.
- COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA (CEPAL). *Los Bancos Transnacionales, el Estado y el Endemamiento Externo en Bolivia*. Santiago, Chile, 1983.
- DE LA CUEVA, J. M. *Bolivia: Imperialismo y Oligarquía*. La Paz: Ediciones Roalva, 1983.
- DUNKERLEY, J. *Rebellion in The Veins. Political Struggle in Bolivia: 1952-1982*. London: Verso Editions, 1984.
- EVERS, T. *El Estado en la periferia capitalista*. 3ª ed. México: Siglo XXI, 1985.
- GALLARDO, J. *De Torres a Banzer*. 3ª. Ed. La Paz: Editorial G.H., 1991.

- GREBE, Horst. El Excedente Sin Acumulación. La Génesis de la Crisis Económica Actual. In: ZAVALA, R (org.). *Bolivia Hoy*. México: Siglo XXI, 1983, p.85-128.
- GUEVARA, W. Los militares en Bolivia. *Nueva Sociedad*, Caracas, Sept.-Oct.-Nov.-Dic., 1981.
- HABERMAS, J. *A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- \_\_\_\_\_. O Estado Nação europeu frente aos desafios da globalização. *Novos Estudos CEBRAP*, n° 43, São Paulo, novembro de 1995.
- HUNTINGTON, S. *O soldado e o Estado*. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA (INE). *Bolivia en Cifras 1980*. La Paz, Bolivia, 1980.
- LAMBERT, J. *América Latina*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- LAVAUD, J. *L'Instabilité Politique de l'Amérique Latine. Le cas de la Bolivie*. Paris: L'Harmattan/IHEAL, 1991.
- LORA, G. La Clase Obrera Después de 1952. In: ZAVALA, R. (org.). *Bolivia Hoy*. México: Siglo XXI, 1983.
- \_\_\_\_\_. La Revolución Boliviana. In: *Obras Completas*. La Paz: Massas, Tomo XIV (1963-1964), 1996.
- \_\_\_\_\_. Bolivia: de la Asamblea Popular al golpe fascista. In: *Estudios Histórico-Políticos de Bolivia*. La Paz, El Amauta, 1978, p.167-330.
- \_\_\_\_\_. *Inviabilidad de la Democracia – Proletariado y Nación Oprimida*. La Paz: El Amauta, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Causas de la Inestabilidad Política y de la Crisis de las Fuerzas Armadas*. La Paz: Massas, 1983.
- MANSILLA, H.C.F. *La Empresa Privada Boliviana y el Proceso de Democratización*. La Paz: Fundación Milenio, 1994.

- \_\_\_\_\_. Gobernabilidad, élite del poder y cultura política. In: *Democracia y Gobernabilidad*. La Paz: ILDIS, 1992.
- MALLOY, J. *Bolivia: la Revolución Inconclusa*. La Paz: CERES, 1989.
- MARINI, R. M. *Subdesarrollo y Revolución*. México: Siglo XXI, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Dialéctica de la Dependencia*. México: Ediciones Era, 1973.
- MAYORGA, R. A. a) La Democracia en Bolivia: Consolidación o Desestabilización? *Pensamiento Iberoamericano*. Madrid, N° 14. Julio-Diciembre, 1988.
- \_\_\_\_\_. b) *Democracia e Modernización del Estado: el caso de Bolivia*. Proyecto PNUD-UNESCO-CLACSO. La Paz, 1988.
- \_\_\_\_\_. a) La Democracia entre la fragmentación y la imposición. In: MAYORGA, R. A. (comp.). *Democracia a la Deriva*. La Paz: CLACSO-CERES, 1987.
- \_\_\_\_\_. b) Crisis de Estado y Democracia. In: *Democracia a la deriva*. La Paz: CERES, 1987
- \_\_\_\_\_. Empate histórico y debilidad constructiva: la crisis del proceso de democratización en Bolivia (1978-1979). In: DEL CAMPO, J. L. M. (coord.). *Hegemonía y Alternativas Políticas en América Latina*. México: Siglo XXI, 1985.
- MIRANDA Pacheco, M. (org.). *Bolivia en la hora de su modernización*. México: UNAM, 1993.
- MORALES, A., & SACHS, J. a) Bolivia's Economic Crisis. In: SACHS, J. (edit.) *Developing Country Debt and Economic Performance*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. b) Bolivia's Economic Crisis. In: SACHS, J. (edit.). *Developing Country Debt and Economic Performance*, Chicago: The University of Chicago Press, 1990. Vol. 2, pp. 157-268.
- NATIONAL ASSOCIATION OF MEDIUM MINERS (NAMM). *Annual Reports 1978*.
- NEEDLEMAN, R. Bolivia: Brazil's Geopolitical Prisoner. *Latin America & Empire Report, NACLA'S*, Vol. VIII (2), feb., 1974.
- OFFE, C. *Problemas Estructurais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

- PORTANTIERO, J. C. *Classes Dominantes e Crise Política na Argentina Atual. Estudos CEBRAP*, São Paulo, Nº 6, 1973.
- POULANTZAS, N. *Poder Político e Classes Sociais*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- \_\_\_\_\_. a) *Fascismo e Ditadura*. São Paulo: Martins fontes, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A Crise das Ditaduras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- \_\_\_\_\_. b) *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, N. (org.). *Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- POULANTZAS, N. & MILIBAND, R. *Debate sobre o Estado capitalista*. Porto: Afrontamento, 1975.
- RAMOS Sánchez, P. *Siete Años de Economía Boliviana*. Universidad Mayor de San Andrés. La Paz, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Radiografía de un golpe de Estado*. La Paz: Puerta del Sol, 1983.
- RODAS Morales, H. *Huanchaca. Modelo Político Empresarial de la Cocaína en Bolivia*. La Paz: Plural Editores, 1996.
- SANCHEZ, R. *Brasil en Bolivia: lecciones de un golpe militar*. Santiago: Ediciones Letras, 1972.
- SONTTAG, H. R. Hacia una teoría política del capitalismo periférico. In: *El Estado en el Capitalismo Contemporáneo*. México: Siglo XXI, 1985.
- SORIA Galvarro, C. *Con la Revolución en las Venas*. Los mineros del Siglo en la resistencia antifacista. La Paz: Roalva, 1980.
- STEPAN, A. *The Military in Politics. Changings Patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971.
- “TESIS DE PULACAYO (Tesis Central de la Federación de Trabajadores Mineros de Bolivia)”. In: LORA, G. *Documentos Políticos de Bolivia*. La Paz: Futuro, 1987.
- THERBORN, G. *Cómo Domina la Clase Dominante?* 2ª. ed. México: Siglo XXI., 1982.

- UNIDAD DE ANÁLISIS DE POLÍTICA ECONÓMICA (UDAPE).  
*Estadísticas Económicas de Bolivia*. La Paz, 1990.
- VILLEGAS Quiroga, C. & AGUIRRE Badani, A. *Excedente y Acumulación en Bolivia: 1980-1987*. La Paz, CEDLA, 1989.
- VERGOPOULOS, K. L'Etat Dans le Capitalisme Peripherique. *Revue Tiers Monde*, Paris, N° 24, jan-mar, pp.35-52, 1983.
- WHITEHEAD, L. A democratização fracassada da Bolívia: 1977-1980. In: O'DONNELL, G. *Análise do autoritarismo burocrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- ZAVALETA Mercado, R. Bolivia: la fuerza de la masa. *Nueva Sociedad*, Caracas, N° 47, 1980.
- \_\_\_\_\_. a) Las masas en Noviembre. In: ZAVALETA, R. (org.). *Bolivia Hoy*. México: Siglo XXI, 1983.
- \_\_\_\_\_. b) Autodeterminación y democracia en Bolivia (1978-1980). In: GONZALES C., P. (coord.). *No Intervención, Autodeterminación y Democracia en América Latina*. México: Siglo XXI, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Lo nacional-popular en Bolivia*. México: Siglo XXI, 1986.
- \_\_\_\_\_. *El Poder Dual. Problemas de la Teoría del Estado en América Latina*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1987.
- \_\_\_\_\_. La Revolución democrática de 1952 y las tendencias sociológicas emergentes. In: ZAVALETA, R. *Clases Sociales y Conocimiento*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1988.
- \_\_\_\_\_. a) Notas sobre fascismo, dictadura y coyuntura de disolución. In: *El Estado en América Latina*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1990.
- \_\_\_\_\_. b) Notas sobre la cuestión nacional en América Latina. In: *El Estado en América Latina*, La Paz: Los Amigos del libro, 1990.
- \_\_\_\_\_. c) Cuatro conceptos de democracia. In: *El Estado en América Latina*, La Paz: Los Amigos del Libro, 1990.
- \_\_\_\_\_. d) El Estado en América Latina. In: *El Estado en América Latina*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1990.
- \_\_\_\_\_. *50 Años de Historia*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1992.

# ESTRUTURA! AGÊNCIA! AÇÃO!¹

Ana Maria Alves Carneiro da Silva

**RESUMO:** No texto, procuro fazer um exercício teórico em torno de algumas concepções sobre a agência humana, relacionando-as à discussão da relação entre ação e estrutura. Para isso, utilizo o esquema que Jeffrey Alexander (1987) traça para compreender o movimento da teoria sociológica neste século. Num primeiro momento, discuto as concepções de Althusser, E.P Thompson e Giddens para, num segundo momento, aproximá-las das concepções de "teóricos leigos", utilizando-me dos personagens dos filmes *Advogado do Diabo* e *Teoria da Conspiração*. Dessa forma, seguindo o exercício teórico, utilizo objetos cinematográficos como uma ferramenta didática na compreensão e discussão de teorias sociológicas.

**UNITERMOS:** Teoria sociológica, agência humana, relação entre ação e estrutura, filmes cinematográficos.

## INTRODUÇÃO

*“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”*

Marx, 1968, p.15.

A agência humana é um dos temas constitutivos das ciências sociais, entendida aqui, de forma ampla, como a capacidade dos agentes para a ação

---

¹ Agradeço a leitura e os comentários do prof. Sérgio Silva e do prof. Josué Pereira da Silva e dos colegas Claudete G. Soares e Wilson Fusco.

e a consciência que o agente possui sobre, e para, a ação. Todas as escolas e tradições passaram e passam, necessariamente, por ela, teorizando-a de alguma forma, nem que seja para negar-lhe qualquer traço de autonomia. Sua concepção está intimamente relacionada com uma outra discussão teórica, a da relação entre ação e estrutura<sup>2</sup>, pois a conceituação da agência depende de se a ênfase é dada mais para um ou outro lado.

Desde a famosa e histórica frase de Marx, presente no 18 Brumário, a discussão dessa relação vem movendo céus e terra nas ciências sociais, sendo mesmo possível traçar, a partir dela, o movimento da teoria sociológica neste século. De acordo com o esquema de Jeffrey Alexander (1987), na era funcionalista, Parsons tentou discutir a relação de forma integrada, juntando a discussão sobre a ação e a estrutura. Entretanto, a ênfase recaiu muito mais sobre a estrutura, inviabilizando a articulação dos dois lados da relação. Como consequência, os teóricos da década seguinte, pós-funcionalista, procuraram trabalhar apenas um dos lados da relação, negligenciando o outro, em soluções por vezes ortodoxas. Recentemente, porém, no Novo Movimento Teórico, anunciado por Alexander, a discussão voltou a articular os dois termos da relação, a partir da revisão das posições ortodoxas e de tentativas explícitas de síntese.

Neste texto, farei um exercício teórico em torno da noção de agência humana, tentando discutir também o próprio exercício de se construir teoria. Para isso, dividirei o exercício em duas partes. Em primeiro lugar, sistematizarei as concepções de agência de alguns autores das duas últimas fases do movimento da ciência social, conforme descritas por Alexander: Louis Althusser e E. P. Thompson, num momento, e Anthony Giddens, em outro. Nesse sentido, as exposições das teorias não pretendem ser exaustivas.

Em segundo lugar, tentarei apreender algumas concepções de agência elaboradas e utilizadas por agentes situados, aproximando-as das

---

<sup>2</sup> A discussão dessas duas dimensões envolve outros conceitos também como, por um lado, indivíduo e processos e, por outro lado, sociedade, sistema e função, que não serão tratados aqui.

concepções sistematizadas. Assim, tentarei perceber como os próprios homens e mulheres, além de servirem de inspiração para os especialistas elaborarem tais idéias, utilizam determinadas concepções tácitas sobre a agência no seu dia-a-dia. Para isso, utilizei os personagens de dois filmes norte-americanos: *Advogado do Diabo* e *Teoria da Conspiração*, um tipo de material não muito usual nas ciências sociais.

Utilizarei os filmes como documentos, na medida em que os personagens representam o que os autores, diretores e artistas pensam sobre personagens reais de uma determinada época, seguindo a dinâmica própria do cinema. Dessa forma, para a continuação do exercício teórico, farei uso de objetos cinematográficos como uma ferramenta didática útil na compreensão e discussão de teorias sociológicas. Além do prazer cinematográfico, para a melhor compreensão dessa seção do texto, aconselho aos leitores verem os filmes que utilizei.

## 1. A GRANDE DIVISÃO E A CRÍTICA DE THOMPSON A ALTHUSSER

*“(...) segundo uma visão (partilhada pela maioria dos historiadores marxistas) as classes surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagonônicos e passam a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe: assim o processo de formação de classe é um processo de autoconfeção, embora sob condições que são ‘dadas’. Mas essa visão é intolerável para Althusser, já que devolveria um sujeito ao processo, pois este seria então visto como o processo no qual homens e mulheres (por mais frustrados e por mais limitada que seja sua margem de agência) continuam agentes.”*

Thompson, 1981, p.121.

Segundo Alexander (1987), o desenvolvimento da ciência social, dentro de escolas e tradições, lembra mais o movimento de idas e vindas de uma conversa do que o de uma demonstração racional, mais o movimento de um pêndulo do que o curso de um trem em linha reta. Em seu

raciocínio, os dois pólos, entre os quais oscila o pêndulo do fluxo do movimento teórico, são a ação e a estrutura. Em alguns momentos, o pêndulo tende mais para um dos lados, em outros tenta permanecer num difícil equilíbrio dinâmico no centro. Seu texto divide o desenvolvimento da ciência social neste século em três fases:

- 1) uma perspectiva de suposta síntese da ação/estrutura;
- 2) duas perspectivas opostas: uma de microteorização, enfatizando o caráter da negociação individual e outra de macroteorização, enfatizando o papel das estruturas coercitivas sobre o comportamento do indivíduo;
- 3) crise das perspectivas anteriores e nova busca de síntese, agora deliberadamente procurando escapar à unilateralidade através da articulação da ação/estrutura.

Na primeira fase, Parsons teria tentado integrar os dois lados da relação, mas não teria tido sucesso porque “apesar de reconhecer o caráter contingente da ação, ele estava mais interessado na socialização dos indivíduos; apesar de formalmente incorporar as estruturas materiais, ele se dedicou muito mais à teorização do controle normativo.” (id. *ibid*, p.12). Apesar de Parsons ter-se dedicado inicialmente a construir uma teoria da ação, acabou optando pelo sistema social e pela estrutura, negligenciando a ação.

Na segunda fase, após a 2ª Guerra Mundial, como reação às promessas, não cumpridas, de Parsons, surgiram duas grandes perspectivas rivais, dedicadas a construir teorias da ação e teorias estruturalistas, configurando a “grande divisão”. As teorias da ação fizeram ressurgir a microteorização a partir de reformulações do pensamento pragmático e fenomenológico, numa forma majoritariamente empírica, fazendo estudos inovadores sobre desvio, comportamento coletivo e papéis sociais. Os principais representantes dessa corrente foram George Homans, com a Teoria das Trocas; Herbert Blumer e Erving Goffman, com o Interacionismo simbólico e Harold Garfinkel, com a Etnometodologia.

Segundo Alexander, estes autores podem ser classificados juntos e opostos aos autores da perspectiva de macroteorização, porque

responderam de forma semelhante aos dois pressupostos de qualquer teoria: a natureza da ação e o problema da ordem, isto é, como os padrões sociais são construídos. Para Alexander, a procura dos padrões está na constituição da Sociologia: “Os sociólogos são sociólogos porque acreditam que a sociedade têm padrões, estruturas de alguma maneira diferentes dos atores que a compõem.” (id. *ibid*, p. 14). Para os autores da microteorização, a natureza da ação humana é racional e todos compartilham uma posição individualista quanto ao problema da ordem. Os padrões são resultados da negociação individual, “as estruturas não só são ‘portadas’ pelos indivíduos, mas na realidade produzidas pelos portadores no curso de suas interações individuais” (id. *ibid*, p.14). Assim, a agência humana não só reproduz as “estruturas”, mas também as produz nas suas atividades cotidianas.

Posição bem diferente vai unir o outro lado da “história”, ou seja, os partidários das teorias estruturalistas, que produziram obras significativas nos campos da estratificação, modernização e mudança social. Eles optaram por uma posição coletivista quanto ao problema da ordem por acreditarem que “cada ator individual é empurrado na direção da estrutura preexistente” (id. *ibid*, p.14), apesar de considerarem que a natureza da ação também é racional. A ênfase desses autores encontra-se no papel coercitivo das estruturas na determinação do comportamento individual e coletivo. Os principais responsáveis pelo ressurgimento da macroteorização foram as teorias do conflito de Ralf Dahrendorf e John Rex; o marxismo estruturalista de Althusser e seguidores e a teoria marxista de influência weberiana de Claus Offe e James O’Connor<sup>3</sup>.

### **A peleja do jogador: ele joga ou é jogado?**

Apresentadas as duas perspectivas em linhas gerais, gostaria de depurar os conceitos de agência de cada uma, convocando para virem lutar

---

<sup>3</sup> Alexander também cita as obras de Barrington Moore, Theda Skocpol, Erik Olin Wright, Don Treiman e Stanley Lieberman.

no ringue de nosso texto dois rivais que se dizem ambos marxistas, mas que possuem concepções contrárias a respeito da agência humana, qual sejam, E. P. Thompson e Althusser. Na verdade – e desde já advirto meu leitor de minha parcialidade – será uma luta injusta, pois só darei a palavra a Thompson, utilizando sua crítica a Althusser. Este último escreve a partir de uma posição marxista estruturalista ortodoxa, em que inexistem sujeitos. Por isso, escolhi deixá-lo amarrado no canto do ringue para poder apreciar a posição de Thompson, que também dentro do marxismo, teoriza sobre a história como processo e sobre os sujeitos nela implicados.

Conta Thompson que, depois de anos de trabalho árduo do materialismo histórico, apareceu Althusser fazendo uma revelação aterradora se lembramos a epígrafe de Marx: os homens nunca fizeram sua história e a empresa do materialismo histórico é vã, porque a história é incognoscível (Thompson, 1981, p.10). Nesse ponto, Thompson e Althusser estão em conflito aberto. Thompson resolve criticar esse tipo de pensamento, mostrando, entre outras coisas, que a base desse erro de Althusser é a relação que estabelece entre teoria/conhecimento e realidade. Para tal, procura mostrar que os homens são sujeitos, através do conceito de experiência, e que a história é cognoscível.

Segundo Thompson, Althusser pensa os homens como “agentes da produção”, figuras que ocupam lugares e funções determinados pela estrutura das relações de produção (e as relações políticas, sociais e ideológicas). Os homens não passariam de ocupantes desses lugares, sendo *Trager*, ou seja, suporte das relações sociais, meros instrumentos de estruturas coercitivas. Assim, o capitalista seria um funcionário do capital, fazendo submissamente tudo aquilo que fosse determinado pelo seu patrão. Se fosse possível imaginar “sujeitos” dentro do seu esquema, estes seriam não os indivíduos concretos, mas as relações de produção, que “executam” a definição e distribuição desses lugares e funções (id. *ibid*, p.164).

Para Althusser, a própria noção de história seria uma noção da ideologia burguesa, elaborada para enganar as pessoas e induzi-las a pensar

que são agentes. Thompson rebate imediatamente essa idéia, dizendo que foi Althusser quem requentou os conceitos burgueses, como, por exemplo, o conceito dos homens como *Träger*, que estava no centro da Economia Política burguesa vulgarizada (id. ibid). Além disso, o estruturalismo de Althusser possuía raízes na experiência histórica, no sentido de que havia uma predisposição ideológica que permitiu a adoção da linguagem estruturalista, como em outros momentos houve a mesma predisposição para com o evolucionismo e o voluntarismo.

Discutindo as influências do vocabulário do senso comum da Guerra Fria no pensamento de Althusser – um golpe mortal na crença althusseriana do conhecimento a-histórico – Thompson “larga” por instantes a discussão teórica, conferindo contextos e materialidade às estruturas, parecendo, dessa forma, ter entrado no jogo do oponente. Afirma:

“No Ocidente, nossas cabeças foram projetadas contra o pára-brisa da sociedade capitalista; e esse pára-brisa foi sentido como – **uma estrutura**. A ‘história’, tão maleável à vontade heróica em 1943 e 1944, pareceu cristalizar-se de repente em duas monstruosas estruturas antagônicas, cada uma das quais só permitia uma margem mínima de movimento dentro de seu âmbito de operação.” (id. ibid, p. 85-6) (grifo do autor).

Mas, logo Thompson percebe a reificação que cometeu e desculpa-se:

“Ou pelo menos assim **pareceu** – pois notem, por favor, ao avançar no sentido de nossa época atual, já recaí, como que involuntariamente, no vocabulário do estruturalismo, e reifiquei um processo que, embora confusamente, foi ainda o resultado de escolhas e lutas humanas.” (id. ibid, p.86) (grifo do autor).

Ao raciocínio de Althusser, Thompson opõe o conceito de história como processo, o que levanta questões de inteligibilidade e intenção dos agentes. Apesar de cada evento histórico ser único, quando se analisam

alguns eventos, mesmo separados no tempo e espaço, e tenta-se estabelecer relações entre eles, é possível apreender regularidades de processo (id. *ibid*, p.97-8). Para evitar possíveis mal entendidos, Thompson esclarece que o materialismo histórico busca as regularidades de processo não como se elas fossem produtos de leis históricas, mas como pressões modeladoras e diretivas da prática humana. O primeiro raciocínio está mais de acordo com o esquema de Althusser, para o qual a história humana apenas “ilustraria” as leis estabelecidas pela teoria.

Essas pressões modeladoras são as “estruturas”, entendidas como “regras visíveis e invisíveis, que proíbem tal ato e atribuem uma significação simbólica especial àquele outro.” (id. *ibid*, p.169). Toda a vida social se processa dentro dessas estruturas, que são bem diferentes da estrutura de Althusser.

Para clarificar essa noção, Thompson usa a analogia da sociedade como um jogo, que gostaria de ampliar aqui, imaginando um jogo de futebol<sup>4</sup>. O jogo, segundo Thompson, possui determinadas regras, dentro das quais, e a partir das quais, ele é possível. Dessa forma, tais regras “estruturam” o jogo, proibindo determinado ato, como por exemplo, jogar com a mão, e atribuindo um significado especial a outro ato, como por exemplo, fazer gol. Mas tais regras não existem independentemente do jogo e não determinam exatamente o comportamento dos jogadores durante a partida. Para Thompson, **os jogadores jogam**, ou seja, eles “portam” as regras para poderem jogar, trazem as regras consigo, mas têm a liberdade de decidir os lances. O jogo é produzido em conjunto pelos jogadores que não deixam de estar situados em determinada posição tática, em um determinado time e campeonato, ou, em termos marxistas, em

---

<sup>4</sup>Falando em utilizar o futebol para pensar a sociedade, sugiro ao leitor a leitura do texto “O Futebol: crítica da economia política” de Renato Pompeu (1978), seguindo a sugestão de Sérgio Silva. Neste romance, Pompeu, satirizando o estilo althusseriano, propõe uma teoria para explicar a totalidade do mundo através do futebol, assim como Marx propôs explicar a totalidade do mundo através da mercadoria.

determinadas relações de produção, em determinada classe e em determinada formação social<sup>5</sup>. Dessa forma, o jogador é o portador do jogo, um elemento dentro da estrutura.

Já o jogo, segundo Althusser, é completamente diferente. Existe uma organização externa ao jogo propriamente dito, ou seja, os cartolas, os patrocinadores, o treinador, os treinos, as torcidas. Esta organização fora do jogo, na verdade, determina o jogo, no momento em que decide os lugares e funções dos jogadores. Dessa forma, **o jogador não joga, ele “é jogado”**. Gamarra não seria verdadeiramente um zagueiro, mas um mero ocupante da posição de zagueiro. Seguindo esse raciocínio, seria a mesma coisa se o ocupante fosse o Gamarra ou o Júnior Baiano, ou seja, não importaria o indivíduo, pois esse não teria a mínima liberdade de decidir os lances. Da mesma forma, um goleiro não poderia fazer gol, pois isto não está previsto nas estruturas.

Em resumo, as regras jogam os jogadores, que são apenas portadores das regras que foram estabelecidas pelas relações de produção. Os verdadeiros “sujeitos” são essas relações que produzem as regras, determinando as posições do jogador em campo e o que ele deve fazer ou não. Os seres humanos não são agentes conscientes, mas esteios de modos de produção.

Thompson desenvolve uma maneira de relacionar a ação à estrutura. A conexão é o conceito de experiência, inovação de Thompson ao marxismo: “o termo que falta”. Afirma:

“O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: ‘experiência humana’. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, como o nome de ‘empirismo’. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro

---

<sup>5</sup> A metáfora do jogo de futebol ajuda a pensar neste caso, mas tem o inconveniente de pressupor, entre outras simplificações, que os dois times estejam em condições de igualdade, o que não corresponde a idéia de classes sociais.

deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa **consciência** e sua **cultura** (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.” (*id. ibid*, p. 182) (*grifo do autor*).

Para Thompson, a agência humana é eficaz, homens e mulheres são sujeitos de sua própria história, mas essa agência não está livre de pressões ulteriores determinadas (*id. ibid*, p.179). Os homens e mulheres seguem sua vida material “em suas relações determinadas [em termos de classes e dentro de formações sociais particulares], em sua experiência dessas relações e em sua autoconsciência dessa experiência” (*id. ibid*, p.111). Além de simplesmente viverem e experimentarem essas relações, os homens têm consciência delas, mesmo que de forma limitada.

Voltando à metáfora do futebol, para Thompson, os jogadores têm uma determinada experiência desse jogo e têm uma autoconsciência dessa experiência. Além de simplesmente jogarem, experimentarem o jogo, os jogadores têm consciência dele, mesmo que de forma limitada, pois no correr do jogo não é possível ter uma visão global, não é possível ver alguns lances estando numa determinada parte do campo. A partir dessa consciência que têm do jogo, podem tratar essa experiência e cultura de formas complexas e agir sobre sua situação determinada. Assim, os jogadores atuam deliberada e conscientemente, mas sem prever ou controlar as conseqüências do que fazem, o que faz do futebol uma caixinha de surpresas.

Conforme enunciei anteriormente, o primeiro debate sobre a natureza do sujeito está relacionado ao segundo sobre a natureza do conhecimento. As concepções sobre a agência humana estão intimamente ligadas às concepções sobre o sujeito conhecedor. Já podemos imaginar que

Thompson e Althusser terão concepções opostas nos dois casos. Da mesma forma como Althusser não concebe os homens na história, negando-lhe qualquer agência na produção da mesma, assim também Althusser conceitua o sujeito do conhecimento, sendo por isso criticado também por Caio Prado Júnior (1971, p. 78):

“De fato, o indivíduo pensante (‘o sujeito psicológico’) aparece aí como instrumento – Althusser usa o termo ‘agente’, mas é um agente simplesmente transmissor de algo que o transcende, mero instrumento portanto, ou contudo, se preferirem – de um ‘aparelho de pensamento’ exterior a êle (...)”

Já para Thompson, os sujeitos conhecedores, bem como os sujeitos na história, pensam, vivem suas experiências e atuam sobre elas.

Thompson, entretanto, não se dedica a dissecar o que entende por experiência, conceituando-a ora como a influência do ser social sobre a consciência social (Thompson, 1981, p.12), ora como conhecimento prático, “a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (id. *ibid*, p.15).

Como a agência, a experiência é válida e efetiva dentro de determinados limites, no sentido em que o agricultor “conhece” suas estações, mas permanece mistificado em relação à monarquia. Aqui gostaria de fazer uma breve indicação de crítica a Thompson, para diminuir levemente a “injustiça” que cometi com Althusser.

Thompson foi objeto de uma batalha semelhante a que travou com Althusser por parte de Perry Anderson. Segundo Giddens, recuperando argumentos de Perry Anderson, Thompson se detém excessivamente em acentuar o significado da agência humana no fazer da história, mas não especifica o que é a agência. Ou ainda, apoia-se numa concepção intuitiva, não teorizada do que seja o agente, como se fosse algo por si mesmo evidente. E o termo experiência não ajuda muito, pois é um termo de

natureza ambígua, usado pelo empirismo, por exemplo, como registro passivo dos eventos do mundo. Decididamente não é a isso que Thompson se refere (Giddens, 1989, p. 178).

Outra crítica de Anderson é semelhante a esta: em nenhuma obra, mesmo em *A formação da classe operária inglesa*, Thompson se dedica a dissecar as relações entre ação e estrutura. Apesar dos inúmeros exemplos históricos, Thompson não relaciona devidamente a formação subjetiva da cultura de classe emergente com os processos mais amplos do advento do capitalismo industrial. Este último aparece apenas como pano de fundo no livro (Giddens, *ibid*, p. 178).

O leitor atento, que obviamente não se deixou conduzir por minha argumentação, terá notado que não fui completamente fiel à minha promessa de apresentar exemplos de concepções de agência das duas perspectivas micro e macro da segunda fase do esquema micro/macro de Alexander. No decorrer do texto, acabei mostrando que Thompson não pode ser classificado exatamente na perspectiva da ação. Segundo Alexander, ele é um dos expoentes do discurso crítico contra o marxismo estrutural na Europa, e sua crítica ao althusserianismo se dá “em nome de uma teoria crítica voluntarista e culturalmente centrada” (Alexander, 1987, p.22). Portanto, Thompson estaria já na terceira fase de revisionismo e síntese, sendo um precursor do renascimento dos estudos culturais.

## 2. A BUSCA DA SÍNTESE E A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO DE GIDDENS

*“Cada investigação realizada nas ciências sociais ou na história está envolvida em relacionar a ação à estrutura, em traçar, explicitamente ou não, a conjunção ou as disjunções de conseqüências premeditadas ou impremeditadas da atividade, e em verificar como elas afetam o destino dos indivíduos. Nenhum malabarismo teórico com conceitos abstratos poderá substituir o estudo direto de tais problemas nos contextos reais de interação.”*  
(Giddens, 1989, p. 178).

Voltemos ao esquema de Alexander. Na década de 80, a criatividade que inspirou trabalhos de fôlego nas duas grandes perspectivas rivais esvaiu-se, remetendo a sociologia a uma crise sem antecedentes. Diante disso, autores dos dois lados buscaram revisar seus conceitos tentando escapar à unilateralidade.

Por exemplo, Goffman, um importante nome da tradição micro, deu uma verdadeira guinada em relação a questões estruturalistas e culturais. Goffman apresentou em 1959 seu primeiro e mais famoso livro, *A representação do Eu na vida cotidiana*, como uma espécie de manual que descrevia detalhadamente uma perspectiva sociológica que possibilita estudar a vida social, principalmente a que ocorre em “estabelecimentos sociais concretos”.

A perspectiva empregada era a da representação teatral, na qual ele levava em conta as estratégias criativas pelas quais o indivíduo se apresenta “a si mesmo e as suas atividades às outras pessoas, os meios pelos quais se dirige e regula a impressão que formam a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho diante delas” (Goffman, 1996, p.9). Ou melhor, como os indivíduos, que compõem uma determinada equipe, definem conjuntamente uma situação para determinar a linha de ação que seguirão.

O termo “definição da situação”, fundamental na obra de Goffman, corresponde também a um conceito originalmente elaborado por William Thomas e largamente utilizado e aprimorado pelos interacionistas simbólicos nas décadas seguintes. Mas, na introdução de *Frame Analysis*, seu último livro, Goffman revê esse conceito, no sentido de torná-lo mais estruturalista:

“Presumably, a ‘definition of the situation’ is almost always to be found, but those who are in the situation ordinarily do not **create** this definition, even though their society often can be said to do so; ordinarily, all they do is to assess correctly what the situation ought to be for them and then act accordingly.”  
(Goffman, 1974, p.1-2) (grifo do autor).

Da mesma forma, outros interacionistas simbólicos esforçaram-se por sistematizar as relações entre atores e sistemas sociais. De forma semelhante aos revisionismos no Interacionismo Simbólico, no lado da tradição macro, os autores passaram a levar em conta noções de cultura e significado. Um exemplo disso foi o renascimento dos estudos culturais, sustentado pelo “interesse renovado na filosofia hermenêutica, pelo florescimento da semiótica e do estruturalismo, e pela introdução de uma versão da sociologia de Durkheim com maior ênfase no simbólico” (Alexander, 1987, p.22).

Segundo Alexander, além dos revisionismos, aparece uma geração mais jovem de sociólogos que busca escapar da unilateralidade “ação ou estrutura”, argumentando que os dois termos da relação precisam ser articulados. Estaríamos então na fase da busca das teorias de síntese, na qual os autores procuram explicitamente articular a ação à estrutura, trabalhando concomitantemente com as duas dimensões. A síntese pode ser feita de várias formas, seja no lado da estrutura como no lado da ação, seja ainda procurando um conceito que faça a fusão dos dois termos.

Alguns representantes da atual fase são Pierre Bourdieu com a noção de *habitus*; Jürgen Habermas com a Teoria Comunicativa; Anthony Giddens com a Teoria Da Estruturação e os Estudos Culturais em que Jeffrey Alexander se encaixa.

## O jogador é jogado e joga

Como na seção anterior, apresentarei um dos conceitos de agência do novo movimento teórico através da teoria elaborada por Giddens, usando seu livro *A constituição da Sociedade* (1989). Embora venha sozinho para o nosso ringue, na verdade, ele traz consigo em seu baú quase toda a herança intelectual das ciências sociais, num exercício cansativo e deliberado. Para construir sua teoria, às vezes, tira um autor do seu baú, critica-o duramente e joga-o para fora do ringue. Outras vezes, tira um autor, estende-lhe um

tapete vermelho e arma-lhe uma mesa para o chá das cinco. Para estes, Goffman especialmente, sua crítica é como uma conversa entre cavalheiros.

Para começar sua Teoria da Estruturação, Giddens remonta a uma outra grande divisão, entre o funcionalismo e a hermenêutica. Para ele, ambas as perspectivas tratam a relação entre ação e estrutura como um dualismo, ou seja, como uma relação dicotômica: micro X macro, agente humano X sociedade, sujeito X objeto. Então, propõe que a tratemos como dualidade, por entender que “a constituição de agentes e estruturas não são dois conjuntos de fenômenos dados independentemente – um dualismo —, mas representam uma dualidade” (Giddens, 1989, p. 20). A partir disso, tenta estabelecer uma ligação complexa entre a integração social<sup>6</sup> e a integração de sistema<sup>7</sup>, fundindo os dois “lados” da dualidade através do “criativo” conceito de *estruturação*. Seu ponto de partida não pode ser, como nos esquemas dualistas, o ator individual ou a totalidade, mas as práticas ordenadas no tempo-espaco, sendo que a continuidade das práticas presume monitoração reflexiva, ou seja, uma participação ativa e consciente, em diversos graus, do agente humano.

A estrutura – entendida “como conjunto de regras e recursos, recursivamente organizados” (id. *ibid.*) – encontra-se fora do espaço e tempo, mas, apesar disso, está implicada na constituição dos sistemas sociais, que compreendem as atividades localizadas dos agentes humanos. A estrutura está de certa forma presente no agente, que no seu dia-a-dia atua na produção e reprodução do sistema. Dessa forma, Giddens define a estrutura de forma diferente dos estruturalistas, especialmente quando enfatiza que ela é, ao mesmo tempo, coercitiva e facilitadora:

“A estrutura não é ‘externa’ aos indivíduos: enquanto traços mnêmicos e exemplificada em práticas sociais, é, num certo

---

<sup>6</sup> Entendida como “reciprocidade de práticas entre atores em circunstâncias de co-presença, entendida como continuidades e disjunções de encontros.” (Giddens, 1989, p. 303).

<sup>7</sup> Entendida como “reciprocidade entre atores ou coletividades no tempo-espaco ampliado, fora de condições de co-presença.” (id. *ibid.*, p. 303).

sentido, mais 'interna' do que externa às suas atividades, num sentido durkheimiano. Estrutura não deve ser equiparada a restrição, a coerção, mas é sempre, simultaneamente, restritiva e facilitadora. Isso, é claro, não impede que as propriedades estruturadas de sistemas sociais se estendam, no tempo e no espaço, para além do controle de quaisquer atores individuais." (id. *ibid*, p.20).

Sua teoria pressupõe – e é isso que nos interessa – que os agentes são cognoscitivos<sup>8</sup>. Os agentes em suas práticas são intencionais e competentes, podendo explicar parte do que fazem se interrogados – o que denomina consciência discursiva – pois possuem razões para suas atividades.

Entretanto, a maior parte do conhecimento que possuem os agentes é de natureza tácita, inerente à capacidade de prosseguir dentro das rotinas da vida social, o que denomina consciência prática. Além disso, a cognoscitividade possui limites dentro dos quais se move o agente: o inconsciente, um tipo de recordação a que o agente não tem acesso direto devido a barreiras psicológicas, e as conseqüências impremeditadas da ação. A complexidade das conseqüências impremeditadas da ação não estão ligadas, como o nome sugere, à premeditação por parte do agente, mas à deflagração de eventos distantes no tempo-espaço da ação inicial, inesperados se comparados com a intenção do agente.

Em Giddens, os agentes estão sempre situados no tempo-espaço e no plano relacional. Ele refere-se a três posicionamentos: 1) nos encontros cotidianos, 2) no ciclo vital e 3) no plano relacional (id. *ibid*, p.67-8). O primeiro posicionamento refere-se ao movimento corporal e gestual, movimento geral de seus cursos temporais cotidianos, que é elementar na estruturação de encontros. É a *durée* da experiência cotidiana, um tempo reversível. Já o segundo posicionamento refere-se ao tempo de vida do

---

<sup>8</sup> Cognoscitividade é definida como "tudo que os atores sabem (crêem) acerca das circunstâncias de sua ação e da de outros, apoiados na produção e reprodução dessa ação, incluindo tanto o conhecimento tácito quanto o discursivamente disponível." (id. *ibid*, p. 301).

indivíduo, um tempo irreversível. O terceiro tipo diz respeito ao posicionamento na *longue durée* de instituições, um tempo reversível (id. *ibid*, p.28). Os agentes posicionam-se no plano relacional através das identidades sociais (marcos no tempo-espaço virtual das estruturas) associadas a prerrogativas, coerções, punições e determinados papéis sociais. Além de estarem situados num determinado contexto, o próprio contexto é constitutivo da ação e comunicação dos agentes<sup>9</sup>.

No esquema de Giddens, um dos elos que ligam integração social e integração sistêmica é o conceito de rotinização. A rotina é fundamental no seu esquema pois une desde a parte mais profunda da consciência do agente até as instituições da sociedade. A rotina está psicologicamente ligada à minimização das fontes inconscientes de ansiedade. Através da rotinização da vida cotidiana é que se constrói a segurança ontológica, a base do *self* do agente. Assim, a rotina faz parte tanto da continuidade da personalidade do agente, quanto das instituições da sociedade, que só se constituem enquanto tais mediante sua contínua reprodução (id. *ibid*, p.48). Entretanto, grande parte das rotinas já estão constituídas para o agente, que as reproduz no seu dia-a-dia. Apesar disso, elas dependem dos agentes. Afirma Giddens (id. *ibid*, p.69):

“A rotina funda-se na tradição, costume ou hábito, mas é um grave erro supor que esses fenômenos não precisam de explicação, que são simplesmente formas repetitivas de comportamento executadas “sem pensar”. Pelo contrário, como Goffman (juntamente com a etnomedologia) ajudou a demonstrar, o caráter rotinizado da maior parte da atividade social é algo que tem que ser continuamente ‘trabalhado’ por aqueles que a alimentam em sua conduta no dia-a-dia.”

---

<sup>9</sup> Outro conceito constitutivo da Teoria da Estruturação é o de poder, pois a ação mais cotidiana envolve o poder no sentido de capacidade transformadora, que é o meio de conseguir que as coisas sejam feitas (id. *ibid*, p.231). O poder, que é exercido através dos recursos, “em sistemas sociais que desfrutam de certa continuidade no tempo e no espaço pressupõe relações regularizadas de autonomia e dependência entre atores ou coletividades em contextos de interação social.” (id. *ibid*, p.12).

Em resumo, a agência está ligada à monitoração reflexiva da ação, ou seja, os agentes monitoram reflexivamente seu comportamento, o dos outros e o cenário. Além de monitorarem seu comportamento, os agentes são intencionais e conseguem dar explicações sobre parte do que fazem, se interrogados. A participação é ativa e consciente, em diversos graus, na continuidade das práticas sociais. Mas nem sempre a ação do agente tem o resultado na direção de sua intenção, pois existem as conseqüências impremeditadas da ação, que deflagram eventos distantes no tempo-espaço.

Como no final da seção anterior, farei aqui uma breve indicação de crítica ao esquema de Giddens. Uma das grandes dificuldades de teorias de síntese está na sua operacionalização para a análise empírica. Para Giddens, dois tipos de enquadramento metodológico são possíveis. Primeiro, através da análise da conduta estratégica: a primazia é dada às consciências discursiva e prática, e às estratégias de controle dentro de limites contextuais definidos, considerando as propriedades estruturais como “dadas”. Segundo, através da análise institucional: “as propriedades estruturais são tratadas como características cronicamente reproduzidas de sistemas sociais” (id. *ibid*, p.234). Parece-me que, no entanto, Giddens puxa mais brasa para a primeira sardinha, pois as três diretrizes para a orientação global da pesquisa social dizem respeito mais a ela do que à análise institucional. Em primeiro lugar, Giddens chama a atenção para que toda pesquisa tem um aspecto necessariamente etnográfico, devendo partir do que os atores sabem sobre suas atividades (conceitos de “primeira ordem”) para construir os conceitos de “segunda ordem”. Em segundo lugar, é necessário uma sensibilidade especial às habilidades que os atores possuem para coordenar os contextos de seu comportamento cotidiano e, em terceiro lugar, uma sensibilidade à constituição espaço-temporal da vida social (id. *ibid*, p.231-3). Além disso, nos exemplos que dá, enfatiza muito mais a análise da conduta estratégica. Assim, apesar de tentar a síntese pelo meio, ela acaba saindo pelo lado da ação.

Além desse ponto frágil em seu esquema, muitos dos seus conceitos são circulares, remetendo um ao outro infinitamente. Isso acontece mais acentuadamente com os conceitos associados de estrutura, estruturas, estruturação, princípios estruturais e propriedades estruturais. Vejamos, por exemplo, o conceito de estruturação, assim resumido no glossário: “Estruturação - a **estruturação** de relações sociais ao longo do tempo e do espaço, em virtude da dualidade da estrutura.” (id. *ibid*, p. 303) (grifo meu).

### 3. OS AGENTES E AS CONCEPÇÕES DE AGÊNCIA

A continuação do exercício teórico empreendido aqui está ligada ao conceito de “dupla hermenêutica” apresentado por Giddens. Para ele, os cientistas sociais devem partir dos significados que os atores dão aos acontecimentos que vivenciam, para então construir sua metalinguagem. E há sempre oscilação entre os dois universos de significação. Afirmo:

“É uma interação interpretativa mútua entre ciência social e aquelas cujas atividades constituem seu objeto de estudo – uma ‘dupla hermenêutica’. As teorias e descobertas das ciências sociais não podem ser mantidas totalmente separadas do universo de significado e ação que elas tratam. Mas, por sua parte, os atores leigos são teóricos sociais, cujas teorias ajudam a constituir as atividades e instituições que são o objeto de estudo de observadores sociais especializados ou cientistas sociais. Não existe uma clara linha divisória entre a reflexão sociológica esclarecida levada a efeito por atores leigos e as diligências similares por parte de especialistas. Não quero negar que existam linhas divisórias, mas elas são inevitavelmente vagas, e os cientistas sociais não têm um monopólio absoluto sobre as teorias inovadoras nem sobre as investigações empíricas do que estudam.” (id. *ibid*, p.XXVI).

Em resumo, os agentes no curso cotidiano da vida possuem tacitamente “teorias”, atuando a partir dos significados que atribuem, ou

que já estão atribuídos, às suas atividades. Os teóricos sociais apreendem essas “teorias” como conceitos de “primeira ordem” e a partir delas constroem conceitos de “segunda ordem”, recorrendo a teorias já existentes, entre outras coisas. A partir de então, pode haver um movimento de *feedback*, ou seja, os teóricos leigos podem fazer uso, em suas atividades cotidianas, de conceitos elaborados por especialistas, entre eles, o de agência humana.

Tentarei agora apreender os conceitos de alguns agentes para, depois, tentar aproximá-los dos conceitos levantados até aqui. Para isso, utilizarei uma espécie de documento não muito usual: dois filmes norte-americanos. A utilização de vídeos nas ciências sociais não é muito comum, no sentido de entendê-los como documentos tão ricos e significativos como outros documentos “clássicos”, tais como romances, pinturas, cartas, fotografias, diários, jornais e etc.

Gostaria de fazer breves considerações sobre este aspecto. Em primeiro lugar, é preciso fazer uma distinção nesta lista de documentos, separando os romances, pinturas e filmes, de um lado, e os demais, de outro. Os primeiros possuem um caráter fictício explícito, mesmo que se diga que foram produzidos com base em fatos reais. Eles possuem o caráter de arte, o que lhes concede uma dinâmica própria dessa esfera de conhecimento. Já as cartas, fotografias, diários e jornais não possuem o caráter fictício e pretendem-se objetivos. Mas é preciso desconfiar disso. Tais documentos serão sempre uma “versão” da realidade de acordo com os interesses e contextos em que foram produzidos, e não provas cabais de fatos históricos “verdadeiros”. Nisso aproximam-se dos primeiros no sentido em que foram produzidos deliberadamente por alguém para registrar imagens e idéias de determinada época ou para rever, a partir das idéias contemporâneas, fatos históricos do passado ou futuro.

Penso que o caráter fictício dos filmes pode ser de grande utilidade, no sentido de que poderíamos pensar os filmes como uma importante ferramenta didática no ensino das ciências sociais e adjacências. Como se trata de um recorte bem delimitado de uma realidade, podem ser usados como

“campo de prova” para o aprendizado e elaboração de teorias. Isto mostra-se ideal ao exercício que estou propondo, pois penso que há, desde o título dos filmes escolhidos, uma concepção subjacente sobre a agência humana.

Como já disse, os personagens nos filmes representam o que os autores, diretores e artistas pensam sobre personagens reais. Assim as concepções que aparecerem serão implicitamente dos indivíduos que os produziram. Considerando isto, devido aos limites do texto, não buscarei a concepção do diretor, roteirista ou editor, mas dos personagens do filme, entendendo que elas estão implícitas.

O primeiro filme escolhido foi *Advogado do Diabo*, uma produção norte-americana de 1997 dirigida por Taylor Hackford<sup>10</sup>. Como sabemos da literatura e de outros filmes semelhantes, para os indivíduos terem algum tipo de relação com o demônio é preciso uma atitude deliberada dos mesmos, uma escolha voluntária. A expressão maior disso são os famosos “pactos com o demo”, representados em muitos filmes – todos devedores do clássico *Fausto* de Goethe – entre os quais *A Encruzilhada*<sup>11</sup>, onde o desconhecido *bluesman* troca sua alma pela fama e sucesso.

Passemos ao filme<sup>12</sup>. Kevin Lomax (Keanu Reeves), filho de mãe solteira protestante, é um brilhante e vaidoso advogado do interior da Flórida que nunca perdeu um caso. No início do filme, consegue absolver um professor ginásial, acusado de assediar suas alunas, mesmo sabendo que ele era culpado. Lomax é descoberto por Milton (Al Pacino), o dono de uma grande firma internacional de advocacia de Nova York, que o convida a trabalhar para ele. Ele se muda para lá com Mary Ann (Charlize Theron),

---

<sup>10</sup> *Devil's advocate*. 145 min. Com Keanu Reeves, Al Pacino, Charlize Theron, Jeffrey Jones, Judith Ivey e Craig T. Nelson. Baseado na novela de Andrew Neiderman. Roteiro de Jonathan Lemkin e Toni Gilboy. Produção de Kopelson Entertainment. Distribuição Warner Bross em associação com Regency Enterprises. (Informações provenientes da capa da fita). Hackford também dirigiu *Marcados pelo Sangue* e *A Força do Destino*.

<sup>11</sup> *Crossroads*, 1986, EUA, 96 min. De Walter Hill. Com Ralph Macchio, Joe Seneca, Jami Gertz, Joe Morton, Robert Judd. Columbia. (fonte Guia Vídeo da Nova Cultural, ed. 1996).

<sup>12</sup> A narração dos filmes é minha e os diálogos foram transcritos das legendas das fitas.

sua esposa, e rapidamente ascende, ganhando um enorme apartamento no prédio onde só moravam acionistas da empresa. Para conseguir tal promoção, Kevin pegava casos perdidos, habilidosamente repassados por Milton, em que sabia da culpa dos acusados, mas conseguia reverter a situação, ao custo de muito trabalho, o que o leva inclusive a abandonar completamente sua mulher. Ela começa a ficar paranóica, vê demônios, que no filme são reais, e é assediada e estuprada por Milton. Sua paranóia vai aumentando até o ponto em que se mata. Nessa hora, a mãe de Kevin revela que ele é filho de Milton. Kevin desconfia que Milton é o diabo em pessoa. Num misto de assombro e remorso, diz para sua mãe: “Ele sempre esteve conosco. Agora eu sei. Observando, esperando, jogando conosco”. Kevin vai ao encontro de seu pai, que já o esperava. Passo a reproduzir trechos do diálogo entre os dois, que ocorre no fim do filme.

“ Milton – Você tem razão de uma coisa, Kevin. Eu estava observando. Não me contive. Observar, esperar... prender a respiração. Mas não sou titereiro<sup>13</sup>. Não faço as coisas acontecer. Não é assim que funciona.

Kevin – O que você fez a Mary Ann?

Milton — Livre-arbítrio. É como as asas da borboleta! Se toca, não saem do chão. Eu só preparo o palco. Você manipula suas cordas.”

Milton tenta convencê-lo de que ele foi o responsável por tudo que aconteceu, inclusive a morte de sua mulher. Kevin não concorda, dizendo que o tempo todo ele foi manipulado, pois o diabo o teria colocado numa armadilha. Mas Milton, o cenografista, insiste em dizer que não facilitou nada para seu filho, que tudo que ele conseguiu foi por seus próprios meios.

Aqui, temos duas concepções de agência em conflito. É como se Milton estivesse utilizando, na sua argumentação, a concepção de Thompson: a história é um processo resultado das escolhas humanas. A

---

<sup>13</sup> No Dicionário Aurélio, “que ou aquele que titereia”, isto é, que faz mover títeres (fantoques, marionetes).

agência humana é eficaz, e atua dentro de relações determinadas, mas não está livre de pressões ulteriores, pressões que, lembremos, não têm a força nem a lógica de leis, mas são diretivas da prática humana, como o palco montado por Milton. Apesar de ordenar todos os elementos do cenário, o palco era semelhante às regras do jogo, não tinha a força de determinar o comportamento de Kevin, mas instituía um significado especial para algumas atividades, como vencer a qualquer custo, e proibia outras, como não perder as oportunidades.

Já Kevin parece ter-se apropriado da concepção de Althusser, em que os atores são empurrados em direção à estrutura, sem grande poder de escolha. Ele seria um *Träger*, ou seja, suporte de sua própria destruição. Assim, Kevin não fez sua história, pois ela teria sido determinada segundo os desígnios de Milton, que teriam força de lei.

No filme, há uma reviravolta e as concepções de agências invertem-se. Kevin convence-se de que é realmente culpado de tudo. O diabo, muito esperto, aproveita e tenta convencê-lo de outra coisa: quer que Kevin lhe dê um filho (o anticristo) com a mulher que ele passou o filme todo cobiçando, e que, na verdade, é sua meia irmã. Para isso, Milton começa a fazer um discurso inverso ao que fez até agora, dizendo que a culpa é um saco de tijolos que ele deve largar, pois é muito pesado carregar completamente a responsabilidade de seus atos. Kevin entra no seu jogo e lembra que para a criança ser realmente o anticristo – e o diabo poder utilizá-lo na última batalha do milênio contra Deus – ele tem que ser voluntário. Se ele não escolher deliberadamente ter o filho, a criança não seria o verdadeiro anticristo. O diabo percebe que ele entendeu sua artimanha de inverter o discurso e exclama: “O livre arbítrio é uma merda”, parecendo apelar para a concepção althusseriana. Kevin então segue no jogo até que na hora “H”, pára e diz: “Você está certo. É a hora. Livre-arbítrio, certo?” e dá um tiro na cabeça destruindo todo o palco montado pelo diabo.

O filme volta no tempo. Temos, outra vez, Kevin, no tribunal, antes da defesa do professor ginasial. Ele desiste da defesa, mesmo correndo o

risco de ter destruído sua carreira. Quando tudo parece acabado, o diabo tenta-o novamente, sob a figura de uma outra pessoa, e ele, sem saber que é o mesmo, aceita. Kevin tanto acreditou e utilizou a concepção do diabo de agência que apostou todas suas fichas nela. Além de acreditar que a agência é eficaz, Kevin mostrou nos momentos finais do filme que tinha consciência de sua ação, pois percebeu que suicidando-se acabaria com os planos de seu pai-demônio, que, até ali, pareciam inevitáveis. Tal consciência era limitada, no entanto, pois, no final, a estrutura mostrou-se novamente irresistível.

Bem, meu prezado leitor deve estar me desprezando por eu ter contado o fim do filme, mas prometo não fazer o mesmo com o próximo, *Teoria da Conspiração*, dirigido por Richard Donner<sup>14</sup>. Trata-se de mais um daqueles filmes americanos que refletem a necessidade cultural de um grande inimigo ameaçando a vida dos cidadãos comuns, cujo combate é o motivo central de ação dos indivíduos e do governo. Esse inimigo teria se materializado classicamente no comunismo, mas, na sua falta, essa posição teria sido ocupada pelos extraterrestres. Neste filme, o inimigo está entre os amigos, responsáveis pela segurança e proteção. Depois destas informações de pasquim, passemos ao que interessa.

Jerry Fletcher (Mel Gibson), o protagonista do filme, é um sujeito bem estranho, que possui duas grandes ocupações na vida: vigiar e proteger Alice Sutton (Julia Roberts) e escrever teorias conspiratórias. Ele passa a vida a ler jornais, ligar eventos aparentemente sem nenhuma conexão e a escrever um jornal com todas as suas teorias, chamado criativamente de *Teoria da Conspiração*. Além disso tudo, ele é um motorista de táxi que vive a atormentar seus passageiros com suas teorias malucas. Alice Sutton é uma advogada do Ministério da Justiça, para quem Jerry conta suas teorias em

---

<sup>14</sup> *Conspiracy Theory*. EUA, 1997, 136 min. Com Mel Gibson, Julia Roberts e Patrick Stewart. Roteiro de Brian Hegelland. Produção de Silver Pictures em associação com Shuler Donner/Donner Produções. (informações da capa da fita). Donner também dirigiu *Superman - o filme* e *Máquina Mortífera* (1, 2 e 3).

primeira mão, esperando e pedindo que ela tome providências quanto a algumas delas.

No seu exercício cotidiano de enxergar “coisas” por trás dos eventos mais banais, Jerry começa a desconfiar de um acidente, uma inundação, que aconteceu em uma estação do metrô, principalmente porque vê agentes federais saindo do local no carro preto típico. Passa a segui-los, mas, na verdade, os misteriosos ocupantes do carro é que o estavam procurando. Eles o prendem, injetam substâncias estranhas no seu sangue e torturam-no para que confesse suas teorias. Numa das cenas mais impressionantes do filme, Jerry, alucinado e conversando mais do que a boca permitia, consegue fugir mordendo o nariz de seu torturador, mas se fere caindo de uma escada, amarrado numa cadeira de rodas. Ainda zozzo, vai procurar Alice no Tribunal. Lá, apronta a maior confusão e acaba sendo preso e enviado a um hospital para tratar de seus ferimentos. Segue-se uma outra seqüência desvairada: tentam matá-lo, mas ele consegue fugir com a ajuda de Alice. Vão parar no apartamento de Jerry, completamente abarrotado de papéis, arquivos, jornais, livros, onde acontece o seguinte diálogo:

“Alice (lendo o índice do último exemplar de Teoria da Conspiração) — “A conexão Oliver Stone - George Bush”? Oliver Stone?

Jerry — Claro. Ele é o porta-voz deles. (Alice olha-o incrédula). Acha que alguém com tanta informação e lugar na mídia poderia falar assim na boa? É óbvio que ele só confunde as pessoas. O fato de ele estar vivo diz tudo. Ele deveria estar morto.

Alice — Você tem prova de alguma coisa?

Jerry — Não. Absolutamente. Uma conspiração boa não pode ser provada. Se podemos provar, é porque eles cometeram algum erro. Então...

Alice — Eles?

Jerry — Eles. (Angustiado, passa a mão no rosto).

Alice — Eles quem?

Jerry — Bem, eles... eles... sei lá, por isso se chamam “eles” e... “deles”.

Alice — E onde Jonas se encaixa? (Jonas é o seu torturador e também seu criador, pois Jerry foi cobaia de um projeto da CIA que pegava homens normais e transformava-os em assassinos).

Jerry — Ele é “eles”. É um deles. É um deles, com certeza.

Alice — Eles, deles?

Jerry — Isso.

Alice — Devem ter uma saudação secreta. (Ele esboça uma).  
É assim?

Jerry — Sei lá, como vou saber? Não sou um deles, estou só brincando.

Alice — (vendo dezenas de livros de Holden Caulfield) Você é fã de Holden Caulfield?

Jerry — (olha-a muito angustiado) Na verdade, não.

Alice — Só gosta da história?

Jerry — Não particularmente.

Alice — Mas, tem dezenas de cópias.

Jerry — Eu sei, eu sei. Tem mais aqui embaixo. E... debaixo da cama também. Não sei porque mas, quando eu vejo uma, eu tenho que comprar. E se... E se eu não vejo, eu tenho que encontrar, para comprar. Para eu me sentir normal. (Completamente indeciso, quase começa a chorar). Não sei porque. Você já leu?

Alice — Você lê isto na escola.

Jerry — Ninguém me deu um na escola. É assim que eles te pegam. Quando você é pequeno, na escola, eles estereotipam todas as crianças. E aí te condicionam. Eles te colocam num forno e te sufocam. (Chorando).”

Nesse momento, o apartamento começa a ser invadido. “Eles” chegam! Acontece outra seqüência alucinante. Logo depois, no metrô onde aconteceu o acidente, Jerry consegue sistematizar um pouco mais quem são “eles” (e não se assuste caro leitor, é Hollywood!) no seguinte diálogo:

“Jerry — Há muitos grupos e muitas siglas (CIA, FBI, FMI, Serviço Secreto), mas todos fazem parte de duas mesmas facções inimigas.

Alice — Que são...

Jerry — Número um: famílias muito ricas que tentam manter sua estabilidade. Número dois: o complexo militar de Eisenhower que quer manter a instabilidade.

Alice — Então o Grupo Um está em guerra com o Grupo Dois?

Jerry — Em alguns níveis eles são aliados e em outros são inimigos. Guerra Fria, guerra quente. Eles ficam só assistindo ao circo. A última baixa desse fiasco todo foi um dos homens mais ricos do país. Ernest Harriman.”

Então, Jerry conta sua última teoria sobre a morte desse sujeito. Ele não teria se afogado como foi noticiado, mas teria sido afogado na estação do metrô que fica exatamente em baixo do seu prédio, que foi inundada no dia do acidente. No meio de toda essa paranóia, Jerry acaba dizendo que ama Alice:

“Alice (assustada) — o que?

Jerry — Eu decido te ligar umas mil vezes por dia, para te perguntar se quer casar comigo, de um modo antiquado. Tudo que você faz é mágico.

Alice — Isso é uma letra de música.

Jerry — eu sei disso. Estou nervoso... Falei a primeira coisa que me veio à cabeça. Sei que é uma letra de música. Mas sei como me sinto.

Alice — Você está confuso. Foi um dia difícil.

Jerry — Não estou confuso. Você não queria saber daquela pintura? (Refere-se a um enorme retrato de Alice a cavalo que estava na parede de seu apartamento). Como foi possível...

Alice — não devemos falar disso.

Jerry — devemos. É gerônimo. É amor. O amor te dá intuição, te faz ver coisas que geralmente... eu só sei que te amo desde o dia em que te vi.

Alice — você me ama?

Jerry — claro que amo. Não amo?

Alice — não.

Jerry (indeciso, não sabe o que fazer) — Eu achei... que... é que eu achei... eu pensei...”

Neste momento, como havia prometido, deixo o filme seguir e o leitor curioso por seu fim, e volto ao trabalho. Aparentemente, a concepção de agência utilizada por Jerry é muito mais estruturalmente determinada que qualquer uma que estabelecemos. Mesmo em Althusser, não existem pessoas maquiavélicas que passam sua vida a controlar e manipular outras vidas que lhe são submissas, pois é a estrutura das relações de produção que determina lugares e funções que são ocupados e assumidos pelos agentes na produção. Na sua declaração de amor, ou seja, no único momento que parece acreditar que também pode ser sujeito como as outras pessoas normais, acaba se convencendo que estava errado, que a verdade encontrasse com Alice, para quem ele não está apaixonado.

Mas fazendo uma análise mais cuidadosa do filme inteiro, a concepção de Jerry é mais complexa do que aparenta, aproximando-se da concepção presente na Teoria da Estruturação de Giddens. Jerry monitora reflexivamente e compulsivamente seu comportamento, o dos outros e o cenário. O exemplo mais evidente disso são as cenas em que ele entra em seu apartamento, pois, como sempre imaginava que estava sendo seguido, procurava mudar o percurso a cada entrada e saída, deixando sinais e “alarmes” que o informassem quando alguém tentasse entrar no seu apartamento. Além disso, no decorrer do filme vai aumentando a consciência discursiva sobre os eventos que acontecem.

Mas a aparência de que ele “seguiria” a concepção althusseriana não é gratuita. No período em que foi cobaia do projeto secreto da CIA, foi programado para encarar o mundo através da concepção estruturalista e, dessa forma, pensar que sua vida é estruturada por “cles”, que não lhe resta um mínimo de autonomia. Jerry foi programado para matar o pai de Alice, um juiz que estava ameaçando os projetos escusos de Jonas. Mas se apaixonou por ela, imprevisto que mudou sua sina e o roteiro a que estava preso pelas regras de Jonas, de forma que passou a proteger o pai de Alice. Entretanto, Jerry não podia controlar tudo, pois existem conseqüências impremeditadas e o pai de Alice acabou sendo assassinado.

Assim, Jerry mostra-se muito consciente do que lhe acontece, embora não tivesse acesso a muitas informações de sua vida, devido às barreiras “inconscientes” da experiência de que foi cobaia.

É interessante a ênfase que é dada ao amor na história. O amor por Alice libertou Jerry de sua sina de assassino. Assim é o amor faz ver coisas, e não a verdade que liberta, como é sugerido pelos agentes da CIA e companhia. Por isso, Jerry fica tão perdido quando se declara a Alice e ela coloca em dúvida esse amor. O amor por Alice era a sua única certeza, o ponto de plena consciência na sua mente “perturbada”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como o velho diabo Milton, montei o cenário para o agora exausto leitor seguir, por páginas e páginas, um panorama de concepções sobre a agência humana, apostando em seu livre-arbítrio sobre minha argumentação, pois antecipadamente já tinha me confessado parcial com as teorias da ação. Além de minha confissão, tal parcialidade estava mais ou menos implícita na própria escolha do conceito de agência para “estruturar” o texto, bem como na escolha dos autores e no estereótipo da posição estruturalista. Ao dar a palavra a Thompson e Giddens, bem como na escolha dos filmes, permaneci na dimensão micro, destacando o ponto de vista dos atores envolvidos. Mas ao exercer sua “agência” na leitura, obviamente o leitor logo percebeu tudo isso e pôde ir fazendo seus julgamentos.

Entro nas considerações finais com algumas expectativas. Espero que o leitor tenha sentido um certo alívio ao chegar na última seção. Alívio por dois motivos. Primeiro, por sentir que a parte mais densa do texto já teria passado. Mas também por perceber, como mostra o texto de Alexander, que aprendemos muito uns com os outros. Explico-me melhor. A impressão, que tive durante minha formação, é que na sociologia cada

cowboy-autor atira para um lado, ou atira para o lado de outro cowboy sem feri-lo ou se ferir. Alexander, como outros autores, consegue dar uma ordem a esse tiroteio, mostrando que alguns cowboys vêm da mesma escola de tiro, e que as escolas mantêm relações estreitas entre si de cooperação na competição. Assim, existe um certo progresso no movimento da sociologia, uns aprendendo com os erros e acertos dos outros.

Thompson e Giddens guardam algumas diferenças em seus escritos, inicialmente por serem o primeiro um historiador e o outro um sociólogo. Thompson procura articulações entre ação e estrutura, mas sem esmiuçar e sem pretender fazer síntese das duas. Já Giddens, lança-se desde o começo na tarefa de articular minuciosamente e sintetizar a ação e a estrutura. No entanto, ambos têm concepções sobre a estrutura e a agência que, no fundo, assemelham-se. Para ambos, a estrutura é tanto coercitiva quanto facilitadora, por exemplo. Giddens procura trabalhar de forma mais complexa detalhando todos os elementos que Thompson acredita serem óbvios. Assim, Giddens vai falar em cognoscitividade, poder, posicionamento dos agentes no tempo e espaço e no plano relacional, rotinização, reflexividade, conseqüências impremeditadas da ação etc. Enquanto para Thompson a História significa “práticas humanas sem mestre”, para Giddens significa “a temporalidade de práticas humanas, modelando e sendo modelada por propriedades estruturais, dentro das quais diversas formas de poder são incorporadas” (Giddens, 1989, p.179).

Espero o leitor tenha percebido que há divergências claras entre os autores, para além da forma de articular ação e estrutura. Isto é, no ponto de partida de cada autor sobre qual é o papel da teoria. As duas críticas a Thompson que recuperei de Anderson e Giddens são parcialmente válidas se levarmos em conta como Thompson enxergava o que a teoria deve ser. Ele não dissecou o conceito de experiência porque esta não era uma preocupação sua. Para ele, os conceitos devem ser historicamente situados. Mas devem funcionar como instrumentos (conceitos heurísticos) de forma a também iluminar situações semelhantes de outras épocas.

Isso é claro em seu polêmico texto *A sociedade inglesa do século XVIII: luta de classes sem classes?*(1989). O conceito de classes foi elaborado a partir da situação dos operários das fábricas do século XIX, mas pode se prestar à análise de outras situações. Já em Giddens os conceitos são definidos à exaustão e devem ter um escopo muito mais amplo, pois sua pretensão é fazer uma teoria geral, isto é, “sem referência a problemas empíricos particulares ou a domínios específicos” (Alexander, 1987, p.5).

Espero também que eu tenha conseguido mostrar que além de os agentes históricos serem teóricos leigos, ou seja, terem uma teoria implícita, também há um retorno da teoria social nas suas atividades cotidianas, e que o lugar da teoria é muito mais complexo do que imaginamos normalmente. Assim, os operários ingleses do início do século XIX chamavam-se classe operária e depois passaram a utilizar a teoria das classes sociais nas suas batalhas classistas. Por fim, espero ter feito um bom exercício com os filmes e, assim, convencido o leitor da relevância de se utilizar filmes como ferramenta didática no ensino de Ciências Sociais.

**ABSTRACT:** In this text, I try to make a theoretical exercise about some conceptions of human agency, relating them to the discussion on the relationship between action and structure. This is carried out through the same scheme used by Alexander to understand the sociological theory movement in this century. As a first step, I discuss the conceptions of Althusser, E. P. Thompson and Giddens, which are subsequently brought near to the conceptions of some “lay theorists” by using characters of *Devil's advocate* and *Conspiracy Theory*. In this way, following the theoretical exercise, I use some cinematography objects as a didactic tool in the comprehension and discussion of sociological theories.

**KEYWORDS:** Sociological theory, human agency, relation between action and structure, movies.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n.4, v.2, p.5-28, 1987.

*Temáticas*, Campinas, 8(15/16):39-70, jan./dez. 2000

- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Ensino Superior).
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 7ed. Petrópolis: Vozes, 1996. (col. Antropologia, v.8).
- \_\_\_\_\_. *Frame Analysis: an essay on the organization of experience*. New York: Harper Colophon, 1974.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Escriba, 1968.
- POMPEU, Renato. O Futebol: crítica da economia política. In: *A saída do primeiro tempo*. São Paulo : Alfa-Omega, 1978. p.93-167.
- PRADO JÚNIOR, Caio. O Marxismo de Louis Althusser. In: *O estruturalismo de Levi-Strauss, O Marxismo de Louis Althusser*. São Paulo: Brasiliense, 1971. p.71-108.
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, Edward P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases? In: *Tradicion, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. 3 ed. Barcelona: Crítica, 1989.

# TRÊS DISCURSOS SOBRE CIÊNCIA E SENSO COMUM: DURKHEIM, GRAMSCI, BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS<sup>1</sup>

*Claudete Gomes Soares*

**RESUMO:** Neste artigo procuro discutir a relação entre racionalidade científica e senso comum presentes na concepção de sociedade e ciência de Durkheim, Gramsci e Boaventura de Souza Santos.

**UNITERMOS:** razão, senso comum, progresso, iluminismo, ciência moderna, ciência pós-moderna.

A discussão sobre racionalidade científica e senso comum nesses autores, Durkheim, Gramsci e Boaventura de Souza Santos, apresenta três formas distintas de se abordar a relação entre ciência e sociedade. A diferença entre eles é proveniente de suas respectivas épocas históricas, dos desenvolvimentos da ciência e de suas posições político-ideológicas. Por representarem concepções distintas sobre o tema, esses autores são ilustrativos das mudanças de expectativas em relação à racionalidade científica que foram ocorrendo deste que o pensamento científico tornou-se a concepção de mundo dominante.

Émile Durkheim, autor clássico das ciências sociais, destacou-se pelas tentativas de conceber a sociologia como uma ciência objetiva, tal qual as

---

<sup>1</sup> Este texto é produto das discussões feitas no curso *Teoria Sociológica* HS – 050, ministrado pelo prof. Dr. Sérgio Silva no segundo semestre de 1998.

ciências naturais. Em seu livro *As Regras do Método Sociológico*, que data de 1895, está presente a definição do que seria o objeto da sociologia e da tentativa de legitimá-la enquanto um conhecimento racional da realidade social distinto das noções pré-concebidas.

Antônio Gramsci desenvolveu suas principais idéias nos anos de 1930 na Itália sob a perspectiva da transformação da sociedade capitalista. Essas idéias compõem os escritos de prisão de Gramsci que ficaram conhecidos como “*Cadernos do Cárcere*”. A reflexão de Gramsci sobre ciência e senso comum faz parte de sua visão crítica sobre o desenvolvimento do pensamento racional na sociedade moderna. Ele defende a substituição do pensamento sistematizado voltado aos interesses das classes dirigentes, denominado por ele sistemas filosóficos tradicionais pela *filosofia da práxis*, um pensamento sistematizado, coerente, superior, comprometido com a massa popular e com o seu processo de emancipação política.

Boaventura de Souza Santos é um autor contemporâneo. Ser contemporâneo significa viver em uma sociedade pós Primeira e Segunda Guerra Mundial, pós Nazismo, pós Stalinismo e pós Guerra Fria. Todos esses fatos e acontecimentos trouxeram novas formas de conceber a relação entre ciência e sociedade. A discussão presente em Souza Santos sobre racionalidade científica e senso comum traduz-se em um desencantamento com o saber produzido cientificamente, que faz esse autor acreditar em uma possível integração do senso comum ao universo da racionalidade científica como forma de revitalização da ciência. As suas reflexões sobre o tema, que serão exploradas aqui, estão presentes em *Introdução a uma Ciência Pós Moderna* de 1989 (1993) e *Um Discurso sobre as Ciências* de 1987 (1995).

## **I. O IDEAL ILUMINISTA DE RAZÃO E O POSITIVISMO DE DURKHEIM**

O saber científico, enquanto concepção de mundo dominante da sociedade moderna, foi construído a partir de uma perspectiva bastante

positiva que se consolidou com o movimento iluminista do século XVIII. Creditava-se à razão um caráter esclarecedor, emancipatório em contraposição a uma concepção de mundo baseada na tradição, na superstição, na explicação mágica. O conhecimento científico da realidade, através de sua capacidade de controlar, quantificar, mensurar o real, daria ao homem o poder de tudo conhecer e decifrar, pressupondo a onipotência do conhecedor sobre o conhecido.

Horkheimer e Adorno, no ensaio *O Conceito de Iluminismo*, fazem uma crítica a esse modelo de racionalidade centrado na matematização da realidade. Para eles, o iluminismo falhou ao transformar o ritual do pensar em um procedimento matemático. “Antes e depois da teoria dos quanta, a natureza é aquilo que deve ser compreendido matematicamente; mesmo o que não se encaixa, insolubilidade e irracionalidade, é cercado por teoremas matemáticos” (Horkheimer & Adorno, 1975, p.112).

A emancipação do homem, proposta pelo iluminismo, implicava no controle da natureza. Homem e Natureza foram envolvidos em um processo de relação antagônica que se estendeu para a relação homem/homem. Uma racionalidade que tem por fundamento o controle pressupõe uma relação de desigualdade entre os elementos constitutivos do processo de conhecimento científico. Esse controle manifestou-se na distinção sujeito/objeto, sustentada na superioridade do sujeito racional, ativo, pensante, em oposição ao objeto, irracional, a “coisa”.

A ciência desenvolveu-se delimitando, pois, o espaço do racional e do irracional e a sua superioridade frente as manifestações “irracionais” foi firmada na objetividade do conhecimento por ela produzido. Na medida em que dava ao homem condições para tudo saber e controlar nada poderia ser remetido a uma força oculta, inexplicável, sobre-humana. O “assenhamento” da coisa pelo objeto apresentou-se como uma exigência do pensamento abstrato. (Horkheimer & Adorno, 1975, p.112).

Essa é a concepção de racionalidade científica hegemônica na ciência moderna, que se desenvolveu através das ciências naturais e biológicas e

que, total ou parcialmente, influenciou o desenvolvimento das ciências sociais. Assim também, a ciência da sociedade foi envolvida por esse modelo científico baseado no cálculo, na previsibilidade, no conhecimento objetivo, em oposição ao conhecimento vulgar e aos juízos de valores.

Talvez Durkheim seja, no interior das ciências sociais, o exemplo mais proeminente de incorporação do ideal iluminista, de crença incondicional na superioridade do saber racionalmente construído e de sua eficácia na organização social. Durkheim, ao elaborar as *Regras do Método Sociológico* (1978), tratou, como tarefa para a ciência da sociedade, seu objeto com o mesmo rigor presente nas ciências da natureza, como uma *coisa*, portanto. Deveria a jovem ciência desenvolver-se primando pelo distanciamento do senso comum, das noções vulgares e dos preconceitos tradicionais, privilegiando uma postura racionalista frente ao real:

Estender à conduta humana o racionalismo científico é, realmente, nosso principal objetivo, fazendo ver que, se a analisarmos no passado, chegaremos a reduzi-la a relações de causa e efeito; em seguida uma operação não menos racional a poderá transformar em regras de ação para o futuro. Aquilo que foi chamado de nosso positivismo, não é senão consequência desse racionalismo. (Durkheim, 1978, p.XVII)

A ciência da sociedade que almeja Durkheim, além de realizar-se distanciada do senso comum, deve guiar a conduta humana em oposição às representações caóticas construídas no decorrer da vida, isentas de método e crítica. É certo que na sociedade moderna, todos, aceitando ou não a racionalidade científica como padrão de conduta dominante, estão envolvidos por ela. Essa racionalidade se faz presente em nosso cotidiano de diversas maneiras. Contudo, não é a essa presença na vida dos indivíduos que se refere Durkheim. Para ele, a sociologia poderia, se realizada dentro dos princípios por ele traçado, ensinar as sociedades a se organizarem, ordenando a vida social desordenada, sendo ainda um guia para o futuro. A sociologia, assim como o seu objeto, que se caracteriza por ser exterior ao

indivíduo e exercer sobre ele um poder coercitivo, poderia impor-se aos homens comuns, ensinando-os a viver de modo organizado.

Durkheim acredita no método científico das ciências naturais como o método universal. Este método poderia ser empregado da mesma forma para analisar objetos de universos diferenciados. Por isso, reclama ao sociólogo postura semelhante à dos físicos, químicos e fisiologistas, embora aponte a dificuldade da sociologia em atingir semelhante estado de “maturidade intelectual” (Durkheim, 1978, p. XXIII). Assim como o físico e o químico poderiam, aparelhado pelo método científico, chegar a uma verdade objetiva, também a sociologia deveria pautar-se pelo princípio da pureza científica:

É preciso, então, que o sociólogo, no momento em que determina o objeto de suas pesquisas ou no decorrer de suas demonstrações, proíba resolutamente a si próprio o emprego de conceitos formados exteriormente à ciência e para fins que nada têm de científico. É preciso que se liberte destas falsas evidências que dominam o espírito do vulgo ... (idem, 1978, p.28).

O autor reconhece a especificidade e as dificuldades que se apresentam à aplicação de tal método à ciência da sociedade, que diferente do mundo físico conta com a interferência das posições morais, religiosas e políticas do pesquisador. Entretanto, essas posições, que Durkheim chama de “**sentimentos** que tem por objeto as coisas sociais”, devem ser desprezadas por serem produto de uma experiência humana “confusa e inorganizada”:

Longe de nos trazerem esclarecimentos superiores aos racionais, são compostos exclusivamente de estados de espírito, fortes, sem dúvida, mas turvos. Dar-lhes semelhante preponderância é entregar às faculdades inferiores da inteligência supremacia sobre as mais elevadas, ... Uma ciência assim constituída não pode satisfazer senão os espíritos que preferem pensar com a sensibilidade e não com o entendimento, que preferem as sínteses imediatas e confusas

da sensação às análises pacientes e luminosas da razão. (idem, 1978, p.29).

A concepção de racionalidade científica oferecida por Durkheim justificar-se-ia dentro do quadro epistemológico próprio às ciências naturais, que teve seu desenvolvimento acelerado pelas exigências da sociedade capitalista. A maneira como ele contrapõe o conhecimento racional ao conhecimento vulgar é expressivo de sua concepção de organização social. Ele é adepto da organização social presente na sociedade capitalista, portanto contrário a grandes mudanças, trata-se, apenas, de tornar a sociedade mais organizada e harmônica. É ele quem o afirma: “Nosso método nada tem, pois, de revolucionário. Num certo sentido, é até essencialmente conservador, pois considera os fatos sociais como coisas cuja natureza não é passível de modificação fácil...” (Durkheim, 1978, p. XVII).

Vejamos agora, como um pensador dotado de uma perspectiva revolucionária se posiciona frente a essas questões.

## II. OS SISTEMAS FILOSÓFICOS E A ELEVAÇÃO INTELLECTUAL DAS MASSAS

Gramsci é também um crítico do senso comum, entretanto, diferente de Durkheim, não é um entusiasta da racionalidade científica, na forma como ela se apresenta na sociedade moderna. Nos “*Cadernos do Cárcere*”, Gramsci compara o fanatismo científico com o fanatismo religioso. A crença no progresso científico como capaz de realizar o “reino da felicidade” seria equivalente “à crença e a espera de um novo Messias”. As expectativas em relação a ciência, para além daquilo que ela poderia realizar de concreto, fazem dela uma espécie de “bruxaria superior” (Gramsci, 1978, p.72).

A partir dessa visão da racionalidade científica Gramsci elabora sua reflexão sobre o senso comum, guiando-se por preocupações mais políticas do que epistemológicas. Sua crítica ao senso comum e à forma como ele o analisa compõem o conjunto de suas preocupações com o desafio da inversão da ordem capitalista, da construção de uma nova sociedade e de uma nova organização cultural. Gramsci entende o senso comum como a ‘filosofia dos não filósofos’:

(...) isto é, a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio. O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o “folclore” da filosofia e, como folclore, apresenta-se em inúmeras formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconseqüente, adequada à posição social e cultural das multidões, das quais ele é filosofia. (Gramsci, 1978, p.143)

Segundo Gramsci, o senso comum seria alimentado pelos elementos fornecidos pela religião, estando mais próximo dela do que dos grandes sistemas filosóficos. É importante ressaltar que quando Gramsci refere-se a sistemas filosóficos o faz enquanto uma saber metódico, sistematizado, coerente. Está inclusa nessa concepção o desenvolvimento filosófico e científico de um modo geral. A forma como os sistemas filosóficos são difundidos nas sociedades, como saberes específicos, próprios a um grupo de cientistas ou filósofos, reforçaria a dicotomia entre o saber sistematizado e a filosofia do senso comum. Para Gramsci, seria preciso romper com essa postura, partindo-se do pressuposto de que todos os homens são filósofos, na medida em que são dotados de uma concepção de mundo, presente na linguagem, no senso comum, no bom senso e na religião popular (1978, p.11).

Para ele, o saber racional e sistematizado ganha eficiência para o conjunto da sociedade quando atua sobre o senso comum, transformando-o e

elevando-o a uma coesão social, através da unidade entre os intelectuais e a massa popular. Sendo, por isso, mais importante para o desenvolvimento político e intelectual de uma sociedade a difusão e socialização crítica das verdades descobertas do que grandes descobertas geniais restritas a pequenos grupos intelectuais (Gramsci, 1978, p.14). Essa visão é coerente com a sua posição política. A transição para uma nova sociedade teria como uma de suas exigências a renovação do senso comum, o que ocorreria através da aproximação deste último com as formas de pensar mais elaboradas e sistemáticas:

(...)um movimento filosófico só merece este nome na medida em que busca desenvolver uma cultura especializada para restritos grupos de intelectuais ou, ao contrário, merece este nome na medida em que, no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, jamais se esquece de permanecer em contato com os 'simples' e, melhor dizendo, encontra neste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos? Só através deste contato é que uma filosofia se torna "histórica", depura-se dos elementos intelectuais de natureza individual e se transforma em "vida". (Gramsci, 1978, p.18, grifo meu).

A crítica de Gramsci ao senso comum é também uma crítica aos sistemas filosóficos e/ou científicos que se desenvolvem afastados da cultura popular, sem voltar-se a ela. Os sistemas filosóficos tradicionais não chegaram até às multidões, às grandes massas, o que seria uma estratégia política das classes dirigentes. Esses sistemas filosóficos atuam sobre a massa como uma "força política externa", elemento de subordinação e não positivamente, promovendo-a popular (Gramsci, 1978, p.144). A natureza caótica do senso comum, adviria, portanto, de uma relação de subalternidade com o conhecimento sistematizado, racional, científico.

O senso comum formado nesse quadro de dominação é conservador e misonicista, ou seja, avesso a novidades que venham a abalar a ordem estabelecida. Renová-lo, inserindo-lhe uma nova verdade não seria uma

processo fácil, exigiria dessa verdade força e expansividade para destruir as verdades cristalizadas (Gramsci, 1978, p.147). Gramsci defende a *filosofia da práxis*, como sendo o pensamento filosófico e político com potencialidade para ser o sustentáculo de um senso comum renovado. Filosofia que se pretende um novo movimento cultural, capaz de substituir o senso comum e as concepções tradicionais e criar “elites intelectuais” de novo tipo, “que surja da massa e permaneça em contato com ela” (idem, 1978, p.27).

(...)a filosofia da práxis não busca manter os simplórios, na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre intelectuais e os simplórios não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. (Gramsci, 1978, p.20).

Gramsci é um crítico do senso comum na medida em que vê possibilidades de mudar sua natureza, mudança que exige uma nova relação entre ciência e senso comum, saber intelectual e popular, entre os sistemas filosóficos e a “filosofia dos não filósofos”, entre dirigentes e dirigidos. A *filosofia da práxis* seria capaz de realizar a síntese necessária entre o compreender e o sentir, entre o saber intelectual e a vida prática das massas. Diz Gramsci: “O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, muito menos, ‘sente’”. É preciso, pois, realizar essa “conexão sentimental, entre intelectuais e povo-nação”. (Gramsci, 1978, p.139).

Gramsci historiciza o senso comum, a negatividade presente nele, seu caráter conservador não lhe é inerente, mas sim produto da forma como a sociedade se organiza, suas relações sociais, suas relações de poder. Essas relações antagônicas se fazem presentes também na forma como os grupos intelectuais estabelecem seus contatos com o conjunto da sociedade. A

ciência, desenvolvida neste contexto, legitima a subordinação das massas populares ao invés de contribuir para a sua emancipação. Para Gramsci, uma transformação na relação ciência/senso comum faz parte do processo de transformação geral da sociedade.

### **III. A CRISE DA CIÊNCIA MODERNA E A PROPOSTA DE CIÊNCIA PÓS-MODERNA DE BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS**

Souza Santos lança sua proposta de uma ciência pós moderna a partir do procedimento metodológico das ciências sociais. O que teria as ciências sociais de específico que permitiria isso?

O distanciamento sujeito e objeto, próprio das ciências naturais, que Durkheim visava estender à ciência da sociedade, encontrou resistências em algumas correntes das ciências sociais. Essa correntes formularam sua oposição defendendo a especificidade do “objeto” das ciências sociais, dificilmente passível de ser investigado enquanto coisa. Max Weber, representante de uma dessas correntes, desenvolveu sua reflexão opondo-se a uma ciência da sociedade que pudesse abarcar a realidade social em sua totalidade através de leis sociais ou históricas. Para Weber, não existe nada nos fenômenos sociais que permita ao investigador presumir um sentido intrínseco a ele, ou seja, que se estruture independentemente do sentido dado pelos indivíduos em suas ações (Cohn, 1979, p.26).

Também os autores da Escola de Frankfurt desenvolveram suas reflexões contrapondo-se à eficiência do método das ciências naturais na investigação social. Adorno debatendo uma comunicação de Popper, “*A lógica das ciências sociais*”, em 1961, encaminha suas observações com base no caráter diferenciado do “objeto social” em relação às ciências naturais:

Mas o ideal de conhecimento de uma explicação unívoca, simplificada ao máximo, matematicamente elegante, fracassa, quando o próprio objeto, a sociedade não é unívoca, nem

simples, nem tampouco se sujeita de modo neutro ao arbítrio da formação categorial, pois difere daquilo que o sistema de categorias da lógica discursiva antecipadamente espera. **A sociedade é contraditória e mesmo assim determinável; a um só tempo racional e irracional, sistemática e caótica, natureza cega e mediada pela consciência.** (Adorno, 1994, p.47, grifo meu)

A crítica dos frankfurtianos não se restringiu à aplicação do método positivista às ciências sociais, estendeu-se às conseqüências da razão para a humanidade. Olgária Matos, analisando a trajetória do pensamento de Horkheimer, encontra em suas reflexões da década de 1970, um pessimismo teórico que se desdobra em um otimismo prático. O primeiro, manifesto na forma como ele passou a conceber o processo de racionalização, como imanente ao desenvolvimento da humanidade em seu caráter subjogador e não emancipador. O progresso, interface da racionalização, teria como preço o sofrimento do homem, sendo a existência do sujeito autônomo sufocada pelo mundo racionalizado (Matos, 1979, p.15). Segundo Matos, essa descrença na positividade da razão leva Horkheimer a renunciar a possibilidade de um futuro melhor, garantido pela racionalização da sociedade, em troca de uma volta ao presente, às coisas mais concretas, o que consistiria em seu otimismo prático. O mal inevitável poderia ser retardado com esse retorno às questões imediatas (idem, 1979, p.16).

O pessimismo crítico de Horkheimer, a sua visão do progresso como catastrófico para a humanidade, alimentou-se de um contexto que tinha como paisagem o Nazismo, a Segunda Guerra Mundial e o Stalinismo. O mundo desencantado, sem explicação mágica, sem os mitos, rendeu-se à absolutização da razão, que se tornou uma ameaça à humanidade.

A falência do ideal iluminista suscitou vários questionamentos sobre a relação entre ciência e sociedade. Algumas dessas reflexões impõem a necessidade de uma nova constituição da racionalidade científica, que faça da dúvida e da incerteza, elementos constitutivos desse novo momento. No bojo mesmo das ciências naturais, como se verá em seguida, já não se pode

mais garantir uma objetividade, uma exatidão plena. Também a ciência da sociedade, é sabido, não se caracterizou como guia para a organização social, nem tampouco foi capaz de determinar uma racionalidade para a história.

Boaventura Souza Santos é um dos autores que tem se dedicado a refletir as possibilidades de uma nova configuração para a ciência. Entende que o paradigma científico moderno está imerso em uma crise de transição, que leva a ciência a confrontar-se novamente com questões aparentemente resolvidas ou não mais levantadas. Entre elas estão: a relação entre ciência e virtude; o valor do conhecimento vulgar e ainda a contribuição negativa ou positiva da ciência para a felicidade humana (Souza Santos, 1995, p.8-9). O autor está em busca de uma ciência mais concatenada com a vida prática do cidadão comum e menos autocrática.

Weber em seu ensaio *Ciência como Vocação* (1979), preocupou-se em delimitar a relação do cientista com a ciência, a “função” dela na sociedade e ainda dissipar a crença, presente em alguns espíritos, na possibilidade da ciência conferir um sentido à vida. Neste escrito, Weber expõe e analisa algumas características do processo de racionalização que serão questionadas na proposta de Souza Santos. Weber constrói o seguinte quadro da ciência: 1) a especialização como uma condição para o desenvolvimento da ciência, esse “estágio de especialização no qual se embrenhou a ciência irá manter-se para sempre” (Weber, 1979, p.113); 2) o progresso científico como a parte mais importante do processo de racionalização; 3) a ausência de um sentido na “vocação científica” que vá além do puramente técnico (idem, 1979, 123).

Para Souza Santos, esse modelo de ciência especializada, progressista, e que não confere sentido à vida dos homens encontra-se em um estágio de decadência. Parece, ao autor, que no seio desse processo de decadência está o embrião de uma nova conformação da racionalidade científica por ele denominado *paradigma pós-moderno* (Souza Santos, 1993, p.9), que teria seus pilares fundamentais nas ciências sociais e no diálogo com outras formas de perceber o real.

A distância entre ciência e senso comum encontra-se no fato de que a primeira privilegia “o como funciona” em detrimento de “qual é o agente” e “qual o fim das coisas”. No senso comum, ao contrário, “causa e intenção convivem sem problemas” (Souza Santos, 1995, p.16). A distinção presente nesses dois universos, o mundo da ciência e o mundo do cidadão comum, faz com que o discurso do primeiro torne-se um discurso anormal perante este último. Para o autor, trata-se de romper com a dogmatização na qual está inserida a ciência, através da substituição da racionalidade científica moderna por uma outra, composta de várias formas de conhecimento.

Algumas mudanças no universo científico são apresentadas por Souza Santos como indicativos de que a ciência caminha para a adoção de um novo paradigma. Entre elas estão as teorias modernas presentes nas ciências naturais, principalmente na nova física. A objetividade e a certeza, difundidas como intrínsecas às ciências naturais, passam a ser relativizadas. Marcelo Gleiser, em seu livro *A Dança do Universo* (1997), ao falar das características da nova física, coloca entre elas a ausência de uma separação nítida entre sujeito e objeto. Esta observação sugere que o resultado científico não pode contar com uma exatidão plena, devido à interferência do observador sobre o observado. “Ao observarmos um sistema físico influenciarmos seu comportamento, não existe mais, uma separação clara entre observador e observado” (Gleiser, 1997, 251).

Essas modificações, são seguidas por outras, apontadas também por Souza Santos, como por exemplo: a relatividade da simultaneidade de Einstein, o caráter inovador da mecânica quântica, o princípio da incerteza Heisenberg. Elas indicam que a tão propalada exatidão do método cientificamente verdadeiro vivência um processo de desmistificação. Os princípios que serviram e ainda servem para legitimar o discurso da superioridade da ciências naturais sobre as ciências sociais e as outras formas de conhecimento tornam-se questionáveis no interior mesmo do método científico hegemônico.

A incerteza, a imprecisão, a probabilidade, a interferência sujeito/objeto, deixam de ser especificidades ou, para alguns, carências das ciências sociais. No limite, elas são propriedades da racionalidade científica. A incorporação dessas limitações ao discurso científico e um desenvolvimento científico pautado na impossibilidade de uma compreensão plena e absoluta do real, seja ele físico ou social, requer uma nova concepção social do saber científico.

Para Souza Santos, essa nova concepção deve ser construída através da superação da dicotomia entre ciências sociais e naturais e com a universalização da racionalidade científica sob a égide das ciências sociais. “É como se o dito de Durkheim se tivesse invertido e em vez de serem os fenômenos naturais estudados como se fossem naturais, serem os fenômenos naturais estudados como se fossem fenômenos sociais” (Souza Santos, 1995, p.42). O autor ressalta que essa unificação deve ter por base as correntes das ciências sociais caracteristicamente anti-positivistas, que tiveram o mérito de anunciar a especificidade no estudo da sociedade, sem contudo, romper com a visão mecanicista de natureza sustentada pelas ciências naturais. Seria preciso, pois, romper também com essa visão de natureza, dando-lhe um tratamento mais humano.

Com isso, Souza Santos quer dizer que também os fenômenos naturais têm movimentos, reações, combinações, que impossibilitam a sua apreensão de forma determinista, coisificada. E ainda que todo conhecimento científico tem conseqüências sociais, sendo preciso que elas estejam postas no fazer ciência, mesmo das ciências naturais. As correntes das ciências sociais teriam supremacia na construção de um nova ordem científica, pelo fato de terem resistido a separação sujeito/objeto e “terem preferido a compreensão do mundo à manipulação”.

A concepção humanística das ciências sociais enquanto agente catalizador da progressiva fusão das ciências naturais e ciências sociais coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento, mas, ao contrário das

humanidades tradicionais, coloca o que hoje designamos por natureza no centro da pessoa. (Souza Santos, 1995, p.44).

Souza Santos acredita que a adoção da perspectiva da ciências sociais, para o conjunto do método científico, poderá tornar o saber científico, menos controlador, menos prepotente e mais significativo e consentido para o homem comum. Uma vez que ele será concebido como sujeito participante desse saber. Essa visão nos remete à comparação, que Weber faz em *Ciência como Vocação*, entre o conhecimento que tem o homem moderno, imerso no universo racionalizado sobre suas condições de vida, e o conhecimento que tem o selvagem. Observa Weber:

A não ser que se trate de um físico a pessoa que viaja de carro eléctrico não tem com certeza a menor idéia de como aquilo se move e porquê. Aliás, nem sequer precisa de o saber. Basta-lhe poder “contar” com o comportamento do eléctrico e orientar assim sua própria conduta, mas ignora completamente como fabricar eléctricos que funcionem. O selvagem sabe muitíssimo mais acerca dos seu próprios instrumentos. (Weber, 1979, p.121).

Como analisa Weber, a racionalização na sociedade moderna não significou um maior conhecimento das condições de vida. Esse é um exemplo emblemático sobre como se dá a presença de racionalização no cotidiano e que parece a Souza Santos como uma das principais incongruências da ciência moderna. Na constituição da ciência enquanto um conhecimento especializado, superior ao conhecimento religioso, literário, mítico, poético, político, está intrínseca a impossibilidade dela tornar-se um saber viver, fazendo mais sábia a relação dos homens entre si e com a natureza (Souza Santos, 1993, p.168).

Se a ciência moderna, tal como analisou Weber, não tinha como objetivo se constituir em um sentido para a vida e fornecer uma maior conhecimento de suas condições, Souza Santos, opondo-se a esse modelo

hegemônico, reclama uma racionalidade científica, que se transforme em um saber viver. Por isso, destaca a importância do encontro da ciência com o senso comum, pois é através dele, “que orientamos as nossas ações e damos sentido a nossa vida” (Souza Santos, 1995, p. 55).

Assim sendo, a ciência do paradigma emergente teria as seguintes características: Primeiro, ser uma ciência local e total: “constitui-se em redor de temas que em dado momento são adotados por grupos sociais concretos como projetos de vida locais...”(Souza Santos, 1995, p.47). Segundo, ser contemplativa, não se fixar na separação sujeito/objeto, mas manter uma união pessoal com aquilo que se estuda, um “conhecimento compreensivo e íntimo” (idem, 1995, p.53), rompendo com a relação de controle do sujeito sobre o objeto. “A qualidade do conhecimento afere-se menos pelo que ele controla ou faz funcionar no mundo exterior do que pela satisfação pessoal que dá a quem a ele acede e partilha” (idem, 1995, p.54); E ainda, constituir-se em senso comum.

Essa última característica ocupa um papel especial na proposta de uma ciência pós-moderna de Souza Santos uma vez que esse modelo visa romper com a absolutização da racionalidade científica e com sua pretensa independência das outras formas de conhecimento. “A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo.” (Souza Santos, 1995, p. 55-56)

Não obstante Souza Santos reconheça, como outros autores já tratados neste texto, o caráter conservador e mistificador do senso comum, resgatando-o a partir de sua dimensão utópica e libertária, o senso comum, enquanto a forma como os grupos e classes sociais vivem sua subordinação, pode ser, por outro lado, espaço de luta e resistência.

Ressalta Souza Santos que não se pode restringir o conservadorismo ao senso comum, pois é possível encontrar um viés conservador também em várias teorias científicas. O sentido mais ou menos conservador do senso comum, dependeria, ainda, da sociedade na qual está inserido. Em

uma sociedade democrática a tendência é que o senso comum seja positivamente diferente de uma sociedade autoritária (Souza Santos, 1993, p.41). Com isso, o autor quer demonstrar que opor ciência e senso comum, como quem opõe racionalidade à irracionalidade, seria um dos principais equívocos do paradigma da ciência moderna. Tanto em um quanto em outro é possível encontrar irracionalidades e racionalidades, sendo teoricamente viável uma ciência que transforme o senso comum e um senso comum que transforme a ciência:

Com essa dupla transformação pretende-se um senso comum esclarecido e uma ciência prudente, uma nova configuração do saber... um saber prático que dá sentido e orientação a existência e cria o hábito de decidir bem... A dupla ruptura epistemológica tem por objetivo criar uma forma de conhecimento, ou melhor uma configuração de conhecimentos que sendo prática não deixa de ser esclarecida e sendo sábia não deixa de estar democraticamente distribuída. (Souza Santos, 1993, p.45).

É bastante difícil pensar a operacionalização desse novo paradigma proposto por Souza Santos. Independente disso, as questões postas por ele indicam possíveis caminhos na desconstrução da soberania científica. Sob uma perspectiva diferente, essas foram também as questões postas por Gramsci. Ambos defendem a necessidade de uma ampliação do conhecimento científico, uma racionalidade científica que seja capaz de movimentar-se pela sociedade e coadunar-se com as práticas populares, não restringindo-se aos centros acadêmicos. Entretanto, em Gramsci isso só seria possível através da hegemonia da filosofia da praxis, em Souza Santos essa potencialidade estaria posta no senso comum na forma como ele depara-se com os problemas da realidade imediata.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durkheim, Gramsci e Boaventura Souza Santos têm em comum a preocupação em delimitar o lugar da racionalidade científica na sociedade. Suas expectativas em relação à racionalidade científica estão intimamente ligada pelas expectativas que têm em relação a sociedade. Assim, as três concepções são dotadas de um caráter propositivo.

A proposta de uma ciência capaz de organizar a sociedade e tornar a vida dos homens mais harmônica, tal qual esperava Durkheim, não se efetivou na prática. A harmonia esperada por ele é inviável na sociedade para a qual ele estava pensando essa racionalidade. A sociedade capitalista é marcada pelo signo da contradição, pela disputa de interesses antagônicos das classes e grupos sociais. Não há como a racionalidade científica, impondo-se as “formas vulgares” de conceber o real, promover uma harmonia social em uma sociedade inerentemente conflituosa. Gramsci, ao contrário de Durkheim, pensa a relação da racionalidade científica com a sociedade a partir do conflito existente nesta última sociedade, ou seja, a forma como é difundido o saber científico, a forma como se relaciona com as práticas populares, está estreitamente relacionada a forma como se dá a distribuição do poder na sociedade. Romper a hierarquia entre conhecimento sistematizado e senso comum só é possível, na concepção de Gramsci, se esse conhecimento estiver comprometido com a ruptura entre dirigentes e dirigidos presente na sociedade capitalista.

Finalmente, Boaventura Souza Santos insere as suas reflexões a partir da perspectiva da pós-modernidade. Para ele, a ciência moderna esgotou seu ciclo de possibilidades. Todas as expectativas não cumpridas, todas as conseqüências nefastas por ela produzidas, impõe à ciência uma atitude reflexiva e no interior do paradigma moderno começa a surgir indícios da configuração de um novo paradigma, uma ciência pós-moderna. A própria noção de pós-modernidade traz consigo várias controvérsias. Não obstante, a polêmica sobre a possibilidade de estarmos vivendo na era da pós-

modernidade ou da constituição de uma ciência pós moderna, a discussão de Souza Santos traz uma visão crítica sobre a relação entre ciência e sociedade. Fornece um quadro sobre o desenvolvimento científico que permite pensar a ciência através de novos parâmetros. Rever o *locus* da ciência na sociedade a partir de suas limitações, da perspectiva da dúvida e da incerteza, pode não alterar em muito a relação dela com a vida prática. Dificilmente poderíamos responder em que medida as concepções presentes nas novas teorias da física alteraram a relação ciência/senso comum, mudanças que não se difundiram até o universo das práticas populares. Contudo, essas inovações impõe ao mundo da ciência um outra concepção de si.

A possibilidade da ciência, que se desenvolveu sob o signo da objetividade e da certeza, portanto de sua absolutização frente às outras formas de saber, assumir em seu discurso suas próprias limitações não deixa de ter um efeito sobre o conjunto da sociedade. Muito das conseqüências negativas da ciência foram legitimadas pela crença da autoridade de seu saber racional. A crise pela qual passa essa autoridade dá ao conjunto da sociedade legitimidade para exercer um maior controle sobre o desenvolvimento científico e questionar o seus desdobramentos. Contudo, é preciso concordar com Gramsci, no que diz respeito ao argumento de que o modelo de ciência, que se tornou hegemônico no século XVIII, veio atender os interesses de uma determinada organização social. A interação entre ciência e senso comum, ciência e sociedade, por mais que avance tem como limite a divisão de poder na sociedade capitalista. Uma racionalidade que tenha como perspectiva essa divisão ou que a ignore dificilmente poderá tornar-se um conhecimento racional aberto ao senso comum, transformando-o e deixando-se transformar-se por ele.

**ABSTRACT:** In this article I intend to discuss the connection between scientific rationality and common sense present in the conception of science and society of Durkheim, Gramsci and Boaventura de Souza Santos

UNITERMS: reason, common sense, progress, illuminism, modern science, postmodern science

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T.W. Sobre a lógica das ciências sociais. In: ADORNO, T.W. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994, p. 47-60.
- COHN, G. Introdução. In: WEBER, M. *Sociologia*. trad. Amélia Cohn & Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1979, 168 p.
- DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. 9.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, 128 p.
- GLEISER, M. Tempos Modernos. In: *A dança do Universo: dos mitos da criação ao Big Bang*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 251-421.
- GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho: Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1978, 340 p.
- HORKHEIMER, M., ADORNO, T.W. *O Conceito de Iluminismo* In: HORKHEIMER et al, *Textos Escolhidos (Coleção os pensadores)*. 1.ed. vol 48 São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 98-123.
- MATOS, O. Introdução. In: *Os Arcanos do Inteiramente Outro- A Escola de Frankfurt- a melancolia e a revolução*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1979, p.10-24.
- SOUZA SANTOS, B, de. *Introdução a uma Ciência Pós Moderna*. 3 ed. Porto: Edições Afrontamentos, 1995, 199 p.
- SOUZA SANTOS, B, de. *Um discurso sobre as ciências*. 7ed. Porto: Edições Afrontamento, 1993, 58 p.
- WEBER, M. A Ciência como Vocação In: *O Político e o Cientista*. Lisboa: Editorial Presença, 1979, p. 103 - 151.

# EU, DOMINADA?! QUEM FALOU? UMA ANÁLISE DE GÊNERO NOS ESCRITOS DE PIERRE BOURDIEU E MARILYN STRATHERN

*Érica Renata de Souza*

**RESUMO:** Esse texto pretende comparar os pressupostos do sociólogo Pierre Bourdieu e da antropóloga Marilyn Strathern no que diz respeito à suposição da universalidade da “dominação masculina”, a partir de alguns de seus estudos, respectivamente, nas sociedades Cabila e Hagen.

**UNITERMOS:** gênero; dominação; *habitus*; socialidade.

*“O homem espera em Deus, a mulher espera tudo do homem.”*

Provérbio Cabila citado por Pierre Bourdieu,  
em *A casa ou o mundo às avessas*

*“A socialização diferencial, predispondo os homens a amar os jogos de poder e as mulheres a amar os homens que os jogam, o carisma masculino é, em parte, o charme do poder, a sedução que a posse do poder exerce, por si, sobre corpos cuja própria sexualidade é politicamente socializada”*

Pierre Bourdieu, *A dominação masculina*

No texto *Senso de Honra*, Pierre Bourdieu (1995a [1966], p.47-48), analisando o sentimento de honra na sociedade Cabila, inicia o texto com uma história que envolve um *amabbul*, homem que “abusa de um poder arbitrário”, sendo desprovido de vergonha e de “limites da conveniência, garantia das

boas relações”. A partir da história, Bourdieu introduz uma questão que será central para o sentimento de honra: a dialética do desafio e da resposta.

Na dialética do desafio e da resposta, um homem lança o desafio para um outro “igual em honra”. É necessário, nesse jogo, um “sentimento de igualdade na honra” (idem, *ibidem*, p.52) que, no entanto, não ignora outras desigualdades entre os homens envolvidos. O desafio e a honra são valores designados como “qualidades de homem”. As mulheres estão aparentemente excluídas desse jogo, no contexto de uma sociedade em que são comparadas a animais ou a “não-pessoas”<sup>1</sup>.

O desafio em si já se constitui como ato honroso. Além disso, a igualdade em honra é necessária para a existência do jogo do desafio e da resposta: tanto quem lança o desafio quanto quem o responde deve obedecer à tal princípio. Dessa forma, é a natureza da resposta que confere sentido ao desafio: se um homem se recusa a responder um desafio de alguém que considera inferior em honra, “ele deixa que o outro carregue todo o peso de seus atos arbitrários” (idem, *ibidem*, p.53).

As regras de honra na sociedade Cabila, no entanto, não se restringem à escolha ou aceitação “correta” do parceiro no desafio: “Também se diz, às vezes, que para escapar a uma vingança de sangue (*thamgarth*, pl., *thimagrath*), outrora, bastava agregar-se a uma família de negros. Mas era uma conduta tão infame que ninguém aceitava pagar esse preço para salvar sua vida.” (idem, *ibidem*, p.54)

A morte é preferível à desonra. Os imperativos da honra instituíam as regras nas guerras e nos combates entre tribos. A honra parece exercer um controle social entre os Cabila, através do valor da solidariedade, sustentando-se pelo princípio de que “a honra de todos era atingida através da honra de cada um” (idem, *ibidem*, p.54), ao passo em que “(a) vigilância perpétua de si é indispensável para obedecer a este preceito fundamental da moral social que proíbe a singularização” (idem, *ibidem*, p.64).

---

<sup>1</sup> “O que há de pior é passar despercebido: assim, não cumprimentar alguém é tratá-lo como uma coisa, um animal ou uma mulher.” (Bourdieu, 1995a, p.52)

No entanto, nesta sociedade em que a moral social proíbe a singularização, as mulheres aparecem ocupando uma posição intermediária e marginal nas estruturas de diferenciação de gênero que as excluem dos jogos masculinos de poder. Aparentemente excluídas dos jogos de desafio e resposta, são, no entanto, *percebidas reforçando os imperativos da honra*, como nos combates, durante os quais “as mulheres encorajavam os homens com seus gritos e cantos que exaltavam a honra e o poderio da família.” (idem, *ibidem*, p.54)

No que se refere à honra e à família, a casa é fixada como o “último abrigo da honra”. No entanto, no que se refere à relação entre a casa e os gêneros, Bourdieu (1995b [1969], p.94), nos diz que “(n)ão há fundamento em se dizer que a mulher está presa à casa a menos que se observe, simultaneamente, que o homem é excluído dela, pelo menos durante o dia.”

Embora o autor sugira a casa como um lugar de oposições entre o masculino e o feminino, apresentando ambos os gêneros como constituintes do domínio doméstico, no interior desse domínio estabelece outro tipo de divisão, que associa o feminino à natureza e o masculino à cultura: “(e)ntende-se que todas as atividades biológicas, comer, dormir, procriar, sejam banidas do universo propriamente cultural e relegadas ao asilo da intimidade e dos segredos da natureza que é a casa, mundo da mulher, voltada à gestão da natureza e excluída da vida pública” (grifo meu). (Na nota:) “Diz-se que ‘A galinha não bota no mercado’.” (idem, *ibidem*, p.95)

Dessa forma, entendo que, se há uma honra diretamente relacionada ao poderio da família e se a honra é um valor masculino e cultural, então a casa, o domínio doméstico, “último abrigo da honra”, não se constituiria como “mundo da mulher” e da natureza, mas também conteria o masculino e não estaria excluída do universo cultural. No entanto, Bourdieu sugere que o masculino também está no doméstico, mas sob outra perspectiva:

“A oposição que se estabelece entre o mundo exterior e a casa não se apresenta em todo seu sentido se não percebemos que um dos termos dessa relação, a casa, é ela mesma dividida de acordo com os mesmos princípios que a opõem ao outro

termo. Portanto, é ao mesmo tempo verdadeiro e falso dizer que o mundo exterior se opõe à casa como o masculino e o feminino, o dia à noite, o fogo à água, etc., já que o segundo termo dessas oposições divide-se, por sua vez, em si mesmo e na sua oposição” (op.cit. 1995b, p.95).

O autor diz que a casa cabila é estruturada numa divisão física, como epifenômeno da divisão social entre vida privada e vida pública. Mas, na citação acima, Bourdieu parece sugerir que a casa não se apresenta como um domínio estritamente privado ou feminino, assim como, analogamente, poderíamos concluir (longe das intenções de Bourdieu) que a vida pública não seria exclusivamente do domínio masculino.

Bourdieu (op.cit. 1995b, p.96) apresenta a oposição masculino / (feminino-masculino / feminino-feminino) e a homologia masculino / feminino :: feminino-masculino / feminino-feminino”. Em outras palavras, adota a associação vida pública = *masculino* / casa = *feminino-feminino* ou *feminino-masculino*. Dessa forma, Bourdieu oferece-nos suporte para identificarmos a presença no masculino no domínio doméstico, o qual, no entanto, não perderia sua característica “estrutural feminina”, assim como a vida pública não perderia o estrutural exclusivamente masculino.

Em *Senso de honra*, porém, Bourdieu (op.cit. 1995a, p.55) cita o papel encorajador das mulheres exaltando a honra e o poder da família nos momentos de combate. Sendo a guerra “o jogo mais sério que a honra inventara” e, sendo a honra masculina, a guerra é extensiva ao domínio público masculino. A participação das mulheres nos combates se dava no nível da moral e não físico. Moral da honra, reforçada pelas mulheres no domínio público e masculino do combate.

Assim sendo, sugiro que a honra também seria atravessada pelo feminino, assim como a vida pública. Da mesma forma em que a casa está dividida fisicamente representando a vida pública e a privada, o masculino e o feminino, poderíamos dizer que a vida pública também parece estar, suposição que podemos ainda sustentar a partir de outro indicativo:

“(t)haqbaylith, feminino do substantivo aqbayli, um kabila, designa a mulher kabila, a língua kabila e também, se pode dizer, a ‘kabilidade’, o que faz com que o kabila seja kabila, o que ele não poderia deixar de ser sem deixar de ser kabila, isto é, a honra e o orgulho kabila” (ibidem, p.80)

Considerando a linguagem como uma construção social e sendo as idéias organizadas nas classificações de acordo com os modelos de organização social (Durkheim e Mauss, 1903), parece significativo um termo ser utilizado indistintamente para a mulher, para a língua e a “cabilidade” (honra e orgulho kabila). O feminino encontra-se numa linearidade com a honra e a língua, elementos culturais e nomeados pelos Cabila como “masculinos”. Dessa forma, podemos sugerir então que o feminino não estaria associado apenas à ordem da natureza no pensamento Cabila, como sugere o autor em *A casa ou o mundo às avessas* (op.cit. 1995b).

Em *Senso de Honra* (op.cit. 1995a, p.74) o autor ainda escreveu que “(a) oposição entre o interior e o exterior (...) se exprime concretamente na distinção nítida entre o espaço feminino, a casa e sua horta (...) e espaço masculino, thajma’th, lugar da assembléia, da mesquita, do café, dos campos ou dos mercados.” Aqui Bourdieu associa diretamente interior = feminino = casa x exterior = masculino = vida pública. No entanto, na página seguinte, escreve que “(a) fonte é para as mulheres o que thajma’th é para os homens” (ibidem, p.75), ao passo em que a fonte é o lugar da sociabilidade das mulheres, fora do âmbito doméstico e proibido aos homens. Dessa forma, se para Bourdieu a casa é feminina-feminina ou feminina-masculina, ou seja, estruturalmente feminina, já que é “o espaço da mulher”, que ao mesmo tempo se divide e se opõe ao mundo exterior, poderíamos dizer que *o mundo exterior é masculino-masculino* (como nas assembléias), *masculino-feminino* (nos combates) ou *feminino-feminino* (na fonte).

Mas, para Bourdieu, a oposição *masculino*/(feminino-masculino/feminino-feminino) garante a exclusividade estrutural do

masculino na vida pública e sua presença, força e proteção<sup>2</sup> na vida privada, o que será a base para sua teoria em *A dominação masculina* (1995c [1990])<sup>3</sup>.

Em *Senso de honra*, a análise de Bourdieu é sustentada por várias oposições: honra x humilhação, certo x errado, homens x mulheres, igualdade x desigualdade, sábio x desprovido, sagrado direito x sagrado esquerdo, exterior x interior, fora e dentro, fogo e água, seco e úmido... No texto *A casa ou o mundo às avessas*, mantém essas oposições e apresenta outras, como vida privada x vida pública, luz do dia x segredo da noite, parte baixa, escura e noturna x parte alta, nobre e luminosa, mundo exterior x casa. São as “oposições fundamentais [que] regem a divisão de trabalho entre os sexos” (op.cit. 1995b, p.78).

Todas essas oposições, com exceção da mundo exterior x casa, estariam se referindo à polaridade masculino x feminino, estando sempre, para Bourdieu, a mulher associada ao feminino e o homem ao masculino. A oposição mundo exterior x casa foi a única na qual o autor procurou outras combinações, tendo, contudo, restringido tais combinações apenas para a casa, ou seja, introduzindo apenas o masculino no feminino, o mundo externo na casa, a casa como *gendered*, ou seja, marcada por uma dualidade de gênero.

Essa indicação de exclusividade do masculino no mundo externo, opondo-se e ao mesmo tempo estando presente na casa cabila, será a invariante para o discurso do autor, vinte e um anos depois, sobre uma dominação masculina generalizada. Assim sendo, Bourdieu se apropria não apenas da oposição *masculino* / (feminino-masculino / feminino-feminino) como da oposição correlata *público* / (privado-público / privado-privado), na

---

<sup>2</sup> “A precocidade do casamento é compreensível se sabemos que a mulher, de natureza maldosa, deve ser colocada o mais cedo possível sob a proteção benéfica de um homem.” (Bourdieu, 1995a, p.79)

<sup>3</sup> Este texto se baseia no artigo do autor, publicado originalmente em 1990 e traduzido para o português em 1995. Para uma discussão densa sobre a obra completa, originalmente publicada em 1998 (*La domination masculine*, Éditions du Seuil) e traduzida para o português em 1999 (*Dominação masculina*, Editora Bertrand Brasil), ver CORRÊA, Mariza. O sexo da dominação. *Novos Estudos Cebrap*, n.54, 1999.

qual a associação mulher-feminino-privado não tem espaço no mundo do homem-masculino-público, o qual o autor vê como o lugar do poder. Um mundo que dita à mulher que ela “deve accitar apagar-se e, em todo o caso, negar-se enquanto detentora de poder, a fim de exercer o poder por procuração” (op.cit. 1995c, p.141-142).

Em *A dominação masculina*, Bourdieu (seja pelos Cabila ou por si<sup>4</sup>) continua trabalhando com as oposições anteriores:

“Arbitrária em estado isolado, a divisão das coisas e das atividades segundo a oposição entre o masculino e o feminino ganha sua necessidade objetiva e subjetiva a partir de sua inserção num sistema de oposições homólogas, alto/baixo, acima/abaixo (...), que sendo semelhantes na diferença, são suficientemente concordantes para se sustentarem mutuamente, no e pelo jogo inesgotável das transferências e das metáforas...” (ibidem, p.138)

Bourdieu toma tais associações como “esquemas de pensamento de aplicação *universal*” (não há grifo no original, ibidem, p.138) e introduz o discurso da *violência simbólica*. A violência simbólica constitui-se como uma coerção do dominante sobre o dominado através desses “esquemas de pensamento” dominante, já que o dominado “não dispõe, para o pensar e para se pensar, senão de instrumentos de conhecimento que tem em comum com ele [o dominante]” (ibidem, p.142). Essa ação simbólica disciplinaria corpos socializados, naturalizando o social e socializando o natural no processo de construção e manutenção da desigualdade entre os sexos. Dessa forma, a dominação estaria nos esquemas de pensamento e nos esquemas práticos do *habitus*, plano inacessível à consciência e ao controle da vontade, segundo Bourdieu:

---

<sup>4</sup> O discurso de Bourdieu parece confundir-se de tal forma com as categorias nativas que, por vezes, torna-se difícil para o leitor identificar quando Bourdieu fala dos Cabila pelos Cabila e quando fala dos Cabila por si.

“(A)s estruturas estruturadas e estruturantes do habitus são o princípio de atos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica que produz a diferença entre os dominantes e os dominados [...] Esse conhecimento através do corpo é o que leva os dominados a contribuir para sua própria dominação ao aceitar tacitamente, fora de qualquer decisão da consciência e de qualquer manifestação da vontade, os limites que lhes são impostos.” (idem, p.146)

Aqui encontramos alguns problemas. Primeiramente, ao afirmar que é o conhecimento do corpo que leva o dominado a aceitar sua dominação Bourdieu está fazendo o que ele critica: biologizando o social, transformando o corpo socializado em causa e consequência dos esquemas de pensamento dominantes. Em segundo lugar, ao biologizar o social, atrela necessariamente o corpo ao pensamento, ou melhor, o corpo socializado ao gênero socializado. Dessa forma, não escapa à dicotomia homem = masculino x mulher = feminino. Além disso, apresenta o dominante (masculino) como determinante. Assim sendo, a mulher, feminino, não importa em qual sociedade, seria sempre dominada, sem espaço algum para uma capacidade de ação (*agency*). Embora o autor sugira que onde há construção, há luta cognitiva, sustenta que as mulheres “são obrigadas a aplicar e a aceitar [o dominante] para demolir as próprias categorias que pretendem demolir” (Bourdieu, 1996, p.33). “E, à maneira das mulheres cabilas, (...) as mulheres mais liberadas do modo de pensar falocêntrico revelam freqüentemente sua submissão a esses princípios, no fato de elas lhes obedecerem até nas ações e nos discursos que visam contestar seus efeitos...” (op.cit. 1995c, p.147)

Na concepção de Bourdieu (ibidem), os dominados se apropriam das próprias categorias da “cultura legítima”, dada a violência simbólica dominante, o que nos leva a concluir, uma suposta impotência inerente ao dominado. Universalizando a violência simbólica e a dominação masculina, Bourdieu nos oferece uma visão um tanto quanto pessimista dos “dominados”. Sem espaço de ação, giram em círculos, presos às categorias

da “cultura legítima”, ou melhor, limitados pelo *habitus*. Embora a noção de *habitus* possa ser apropriada como um eficiente instrumento analítico para entendermos os limites que cada cultura estabelece para seus sujeitos, Bourdieu parece não pensar numa possível reestruturação, em novas configurações simbólicas que possam ser ativadas pelos sujeitos, mesmo que dentro do limite de elementos oferecidos pelo *habitus*<sup>5</sup>. E ainda, associando o poder e a dominação ao masculino, o gênero masculino como exclusivo do homem e sugerindo corpos biológicos “inscritos” passivamente pela cultura, o pensamento de Bourdieu considera as mulheres como dominadas incondicionalmente, que, se encontram espaço para ação, este se dá apenas na reprodução das estruturas.

O autor também sugere que a socialização reserva ao homem os dispositivos de uma dominação *sine qua non*, que independe da sociedade e de seus modos econômicos de produção, já que a dominação é reproduzida nas trocas (nas quais vê em primeiro lugar a troca de mulheres), através do capital simbólico. Podemos dizer que esse é um ponto de discórdia inicial de Bourdieu (op.cit. 1995c) com Strathern (1984, p.64). Nas palavras da autora, “(n)ós certamente não podemos assumir que, de algum modo auto-evidente, ‘as mulheres’ apresentam-se como destacáveis e portanto passíveis de transação aos olhos dos homens. A questão interessante é o que os atores estão codificando ao equacionar mulheres e riqueza e na *sua* modelação das relações como baseadas na ‘reciprocidade’ ”<sup>6</sup> (“We certainly cannot assume that in some self-evident way ‘women’ as such present themselves as detachable and thus transactable in the eyes of men. The interesting question is what it is the actors are encoding in equating women and wealth and in *their* modeling of relations as based on ‘reciprocity’”).

---

<sup>5</sup> Pensando nas configurações ocidentais legitimadas sobre sexo, gênero e sexualidade, por exemplo, Judith Butler (*Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990, 172p.) sugere que, embora nossas representações limitem o sexo a dois (masculino e feminino), o gênero não deve ser assim restrito, uma vez que as pessoas transcendem e re-significam os gêneros nas relações, criando matrizes subversivas que não correspondem às configurações exigidas pelas representações hegemônicas.

<sup>6</sup> As traduções referentes aos textos de Strathern são minhas.

A citação acima revela uma preocupação central para a autora: que não procuremos enxergar o mundo através de nossos olhos ocidentais, ou seja, que não generalizemos a partir do (nosso) particular. Em outras palavras, Strathern (1988, p.8)<sup>7</sup> se opõe à qualquer tentativa de universalização, argumentando que “as construções analíticas [devem] estar localizadas na sociedade que as produziu” [“the analytical constructs [must] be located in the society that produced them”].

Segundo Strathern (ibidem), entre os melanésios a troca de bens é uma forma de *socialidade*, de integração social. A vida social, as relações, portanto, constituiriam um sujeito dual, um “microcosmo social”. Dessa forma, a autora rejeita em sua análise da organização social dos Hagen as oposições indivíduo x sociedade, natureza x cultura, sujeito x objeto, assim como a oposição público x privado, central para a teoria de Bourdieu. A autora prefere trabalhar com as relações entre particular e coletivo, doméstico e político. A socialidade englobaria tanto o doméstico quanto o político, enquanto a oposição público x privado associa o social ao público, excluindo o doméstico dessa relação. Segundo a autora, na Melanésia, ser – ou melhor, “estar” – masculino ou feminino é algo conseguido apenas nas relações, na presença de uma contra-parte. “A ação de ser ‘macho’ ou ‘fêmea’ surge como um estado unitário holístico sob circunstâncias particulares. (...) Uma dualidade interna é exteriorizada ou elicitada na presença de um/a parceiro/a: o que era ‘metade’ de uma pessoa torna-se ‘um’ de um par.” (“Being ‘male’ or being ‘female’ emerges as a holistic unitary state under particular circumstances. [...] An internal duality is externalized or elicited in the presence of a partner: what was ‘half’ a person becomes ‘one’ of a pair.” (idem, ibidem, p.14-15)

Na teoria de Strathern, portanto, as mulheres não seriam trocadas por carregarem uma ‘identidade feminina’, pois ela rejeita a idéia da socialização diferenciada de gênero ou das identidades de gênero. Entre os melanésios as

---

<sup>7</sup> Sobre essa obra ver BROWN, P. Book review: Marilyn Strathern, The gender of the gift. *Pacific Studies*, v.15, n.1, p.123-159, 1992.

relações sociais são ativadoras dos gêneros. A ação social está pautada na relação. Dessa forma, as pessoas envolvidas nas trocas não seriam marcadas pelo gênero, mas sim a transação, a ação da troca. Segundo a autora, a dádiva metonímica media relações nas quais cada parceiro oferece um objeto de identificação pessoal como dádiva ao outro, mantendo identidades distintas. Já a dádiva metafórica estabelece uma interdependência (em trocas que ela chama de não mediadas), pois os parceiros dependem do outro para receber um dom que é uma parte de si mesmo. Portanto, sempre dons personificados e marcados pelo gênero.

Numa sociedade onde as pessoas se constituem a partir de relações, Strathern utiliza-se do conceito de *agency* quando uma pessoa age em relação às outras. As relações podem se apresentar como *same-sex* ou *cross-sex*. As pessoas podem performatizar formas singulares ou múltiplas de gênero, em momentos específicos, e é a partir disso que o outro se transforma. Sendo o *kula* um sistema de trocas entre homens, ou seja, *same-sex* (assimétrico) o gênero é marcado na dádiva, reelaborando a relação na forma *cross-sex* (simétrica).

Dessa forma, Strathern trabalha com categorias analíticas que se opõem às “oposições fundamentais” de Bourdieu, público x privado e masculino x feminino. Além disso, Bourdieu sustenta seu argumento de uma dominação masculina universal pautada na reprodução simbólica da troca, onde a troca de mulheres como objetos ocupa valor primordial na sua submissão. Para Strathern, não podemos pensar numa dominação masculina entre os Hagen através da divisão sexual do trabalho ou da exploração da mulher como as concebemos, pois entre os Hagen não há o valor do trabalho alienado. A troca, lugar da desigualdade entre os gêneros para Bourdieu, ganha outros contornos com Strathern: não são as pessoas, mas os objetos trocados é que são marcados pelo gênero. Strathern (op. cit. 1988) sugere que a igualdade ou a desigualdade são construídas através do imaginário de gênero, através de políticas econômicas específicas. As mulheres Hagen não podem ser vistas com nossos olhos ocidentais como

objetos de troca porque os Hagen não têm uma lógica pautada na economia de mercadorias como a nossa (op.cit. 1984).

Dessa forma, enquanto para Bourdieu a dominação é uma invariante, Strathern sugere que os motivos pelos quais as mulheres se submetem às regras que as oprimem é uma pergunta que não faz sentido no contexto melanésio, pois a dominação é lida pela autora como uma categoria de construção ocidental.

Se, como nos diz Bourdieu, onde há construção há luta cognitiva, podemos identificar os estudos de Bourdieu e de Strathern como dois pólos dessa luta no pensamento acadêmico ocidental das ciências sociais sobre a questão da “dominação masculina”.

**ABSTRACT:** This article intends to compare the works of sociologist Pierre Bourdieu and anthropologist Marilyn Strathern looking at their main premisses in what concerns the concept of a supposedly universal “masculine domination”, based on some of their studies of Cabila and Hagen societies, respectively.

**KEY-WORDS:** gender, domination; *habitus*, sociality.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. Senso de honra. Tradução de Mariza Corrêa. *Textos didáticos*, Campinas, n.16, p.47-83, mar. 1995a [1966].
- \_\_\_\_\_. A casa ou o mundo às avessas. Tradução de Mariza Corrêa. *Textos didáticos*, Campinas, n.16, p.85-107, mar. 1995b [1969].
- \_\_\_\_\_. A dominação masculina. Tradução de Guacira Lopes Louro. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, p.133-184, jul./dez. 1995c [1990].
- \_\_\_\_\_. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M. J. M., (org.) *Gênero e saúde*. Tradução de Marta Julia Marques Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p.28-40.
- STRATHERN, M. Culture in a netbag. *Man*, London, v.16, n.4, p. 665-688, dec. 1981.
- \_\_\_\_\_. Marriage exchanges. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v.13, p.41-73, 1984.
- \_\_\_\_\_. *The gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press, 1988, 422 p.

## (DES)ORDEM ENCANTADA: NAÇÃO E RITUAIS PÚBLICOS\*

Rogério Proença Leite\*\*

**RESUMO:** Historicamente inventadas por processos políticos, as nações modernas são reafirmadas por rituais públicos que, enquanto práticas simbólicas, atualizam os conteúdos culturais das diferentes demandas sociais de pertencimento à nação. Este artigo enfoca as relações entre *simbolismo* e *processos sociais* a partir das reflexões de Clifford Geertz e Victor Turner, para, subseqüentemente, estabelecer um diálogo crítico entre as noções de *tradição inventada*, de Hobsbawm, e de *nação como comunidade política imaginada*, de B. Anderson, cujo objetivo é analisar o conceito de nação como construção política e simbólica.

**UNITERMOS:** nação, simbolismo, ritual, identidade nacional.

A distinção entre *Nação* e *Estado-nação* (Giddens, 1995) permite situar o debate sobre identidade nacional em dois eixos básicos de reflexão: o que trata das diferentes maneiras de se pertencer a uma comunidade nacional (*nationes*), independentemente das formas institucionais do Estado; e, de outro modo, o que tematiza a inserção normativa de todos os indivíduos em uma nação, mediada pelo Estado através de um conjunto de direitos e obrigações legais.

---

\* Uma versão preliminar desse artigo beneficiou-se de uma primeira leitura e comentários de Antonio Arantes, a quem sou muito grato. Igualmente agradeço aos colegas e pareceristas anônimos da Revista Temáticas, pelas críticas e sugestões.

\*\* Professor doutor (DCS-UFS), pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais – LABEURC/UFS e consultor em políticas urbanas, cultura e patrimônio.

Em ambos os casos, os processos políticos que articulam os diferentes sentidos e demandas de pertencimento parecem igualmente complexos. Nas sociedades ou nações sem Estado, embora apresentem estruturas menos diferenciadas, a ausência de uma centralidade política pode ser um fator de instabilidade que requer maior eficácia aglutinadora dos seus processos sociais. Nos modernos Estados-nações, por sua vez, torna-se cada vez mais difícil crer na sua legitimidade como representante democrático na diversidade cultural, uma vez que o nacionalismo político tornou o Estado referente de si mesmo para compensar a inexistência de traços culturais identitários para toda a nação. Tanto para a *Nação* quanto para seu correlato institucional, o *Estado-nação*, as construções simbólicas que dão sentido à interação se articulam de modo problemático com as relações de poder.

Para além de uma visão meramente instrumental do *simbolismo*, tão marcadamente presente em análises políticas do nacionalismo, seria necessário superar a noção restrita de que o símbolo mascara as tensões sociais para a consolidação de hegemonias, mesmo nos casos em que seria possível apontar formas tradicionais de dominação legítima (Weber, 1984). De outro modo, seria também plausível superar o esvaziamento político do conceito de símbolo como algo que apenas mnemonicamente entrelaça processos sociais significativos, sem maiores implicações políticas nas esferas da distribuição do poder.

Dizer que o símbolo *representa* é um truísmo com reduzido alcance interpretativo. Para uma análise da Nação, seria mais pertinente indagar o *quê* e *como* o símbolo representa, e de que modo os atores envolvidos na ação simbólica participam dessa representação que denota relações de poder, sem se esgotar no político. Um modo de alcançar essa dupla caracterização seria discutir as análises de Geertz e Turner, que abordaram as relações entre simbolismo e processos sociais e, subsequentemente, refletir sobre os conceitos de *tradição inventada*, de Hobsbawm, e de *nação como comunidade política imaginada*, de B. Anderson como um possível caminho analítico para compreender a nação como construção política e simbólica.

## SÍMBOLOS E RITUAIS: AS ABORDAGENS DE GEERTZ E TURNER

Em sua análise sobre o *Negara*<sup>1</sup>, Geertz pretende apreender, na Indonésia Índica, a representação simbólica do político como uma forma não convencional de expressão do poder. A “natureza expressiva” do Estado Balinês não residia em uma forma eficiente de governo, mas antes em uma elaboração para a *dramatização pública da “desigualdades social e o orgulho do status”* (Geertz, 1991, p.25). A idéia do poder a serviço da “pompa” parece inverter a noção mais comum da liturgia do poder como adereço de reforço simbólico: o *Negara* é em si expressão litúrgica, excessivamente teatral e fundamentalmente retórica. Mas o Estado-teatro não se esgota em sua potencialidade estética, ao contrário, nela se revela. Sob os rituais da corte emergem símbolos que reafirmam o modo como a sociedade de Bali estava politicamente organizada. Um complexo sistema de *ranking* de prestígio, baseado em um padrão de status decrescente (*Sinking Status Pattern*), estratificava os balineses segundo um percurso descendente da linha paterna em relação à divina origem ancestral.

O caráter mnemônico dos símbolos e rituais do *Negara* é claro: a *dramatização pública* demarca diferentes formas de prestígio e delimita campos para a ação social, seguindo a lógica do *ranking* e do sistema de títulos<sup>2</sup>. Mas essa não é uma delimitação meramente instrumental de campos de ação, na qual a política se encerraria em suas evidentes funções de dominação. Geertz rejeita as concepções clássicas de Estado, dentre as quais destaca o Contratualismo de Hobbes, a concepção marxista, a teoria das elites e as concepções populistas de Estado, ressaltando que nessas análises a simbologia política está reduzida à sua instrumentalidade (Geertz, 1991, p.154). Pretende Geertz não reduzir o *Negara* a essas concepções que, na sua opinião, mascaram os “*aspectos semióticos do Estado*” – aspectos que o

---

<sup>1</sup> O *Negara*, termo advindo do sânscrito *nagara* ou *nagari*, era a forma do Estado da Indonésia pré-colonial. Como uma configuração histórica, inexistente portanto nos tempos atuais.

<sup>2</sup> Sobre Títulos de Status, cf. Geertz, 1993, p.380.

próprio autor pretende estabelecer como princípios para uma abordagem “alternativa” do poder. Desse modo, Geertz também rejeita a concepção de poder definida como capacidade de criar sujeição (Geertz, 1991, p.169). Ao que sua análise sugere, embora reconheça que o Estado de Bali “encantava” as desigualdades, Geertz se recusa a reduzir a atuação do Estado a processos políticos explícitos de dominação que inevitavelmente reduziram a ação simbólica à ação política. Geertz pretende, ao contrário, circunscrever a política como ação simbólica, reservando para a última um conjunto de significações que podem ultrapassar a dimensão política ou mesmo contrapor-se a ela.<sup>3</sup>

A relação entre simbolismo e processos sociais, mesmo quando esses processos sociais são de caráter político e estão vinculados à realidade do Estado, não se esgota numa simples reprodução do real. A simbologia política, portanto, representa concretamente as relações de poder mas, de outro modo, revela que essas relações retêm outras representações que expandem o próprio conteúdo político do poder: imagens míticas de uma origem social divina, pela criação da corte javanesa como centro exemplar, e crenças no caráter paradigmático da vida ritual da corte balinesa passam a compor significações explicativas para a própria existência e legitimidade do *Negara*. Mais do que reproduções do real, essas “imagens” ou representações são *criadoras* do real. Ao definir a distância variável da divindade como eixo fundamental da vida pública, Bali *se constrói* como ordem a partir de um mito, o da conquista de Majapahit, e o símbolo máximo *Negara* deixa de evocar um princípio civilizatório para se tornar ele próprio a condensação simbólica dessa *ordem construída*. Assim, os seus rituais não seriam imagens que se opõem ao real: seriam de fato processos sociais *reais*, na extensão de suas ações simbólicas.

Sobre essa adequação entre o real e o simbólico, Geertz destaca que para analisar as expressões do Estado-teatro e apreendê-las como teoria é

---

<sup>3</sup> Talvez por essa razão Geertz enfatize que a formação política do *Negara* é do tipo que combina Status, Pompa e Governo. Cf. Geertz, 1991, p.153.

necessário ultrapassar o preconceito da análise interpretativa da maior parte da antropologia contemporânea, que contrapõe o simbólico ao real, e afirma: “o real é tão imaginado como o imaginário” (Geertz, 1991, p.170). E conclui, ressaltando que a política balinesa, tal como a nossa, era ação simbólica e que isso não significava que existia apenas como construção mental:

“Os dramas do Estado-teatro, miméticos de si mesmos, não eram, ao fim e ao cabo, nem ilusões, nem mentiras, nem prestidigitação nem faz de conta. Eles eram o que existia.” (Geertz, 1991, p.171).

Com essas considerações finais ao *Negara*, Geertz verticaliza a sua própria “guinada interpretativa” para a análise da ação simbólica, esboçada no início de sua reflexão ao se referir à construção de um modelo abstrato de *Negara*, elaborado a partir de dados empíricos e como entidade conceptual weberianamente ideal-típica. Uma das implicações metodológicas da análise de Geertz para a compreensão da ação simbólica, e conseqüentemente da *nação* como processo social simbólico, reside na ampliação da subjetividade, tanto na construção do objeto quanto na própria apreensão da realidade como um *texto* e como *dramatização* (Geertz, 1993b, p.31). A noção de “real imaginado” encerra um postulado central para o método hermenêutico: a realidade não se antecipa aos atores, não se apresenta como *dada*. Ao contrário, a realidade só tem existência significativa quando, uma vez elaborada subjetivamente pelos atores, passa a ter ressonância no mundo da vida. A realidade, portanto, é a *realidade subjetivada* que se expressa mediante formas de ação simbólica. Se um texto como realidade é o único passível de captação, a distinção entre o que é real e o simbólico deixa de expressar uma oposição para revelar uma transposição: o real é tão simbolicamente imaginado quanto é real a ação que simboliza.

Essa apreensão da realidade como um *texto*, subjetivamente elaborado, tem conseqüências para a própria validade conceitual da ação simbólica. Mas, de outra forma, ocorre uma diluição do *poder* no âmbito das

representações, na medida em que processos reais de dominação estão sempre legitimados por alguma forma de aquiescência, uma vez que nem sempre é possível localizar qual realidade é imaginada e quem a imagina. Afinal, sendo a ação simbólica o real imaginado, quem é o ator que se imagina, e é real, nessa ação simbólica ?

Talvez seja esse ponto que mais inquieta E. Leach, em sua crítica à poética do poder do *Negara*, quando reafirma que a política é realmente uma luta pelo poder e que, para a teoria política, a pompa e a cerimônia da monarquia são uma fraude (Leach, 1981, p.31), rejeitando a análise de Geertz exatamente no ponto em que a noção de política se expande em direção a outras representações do poder.<sup>4</sup> Mas, ao que parece, Geertz não elimina a noção de poder em sua análise sobre o Estado, apenas ressalta que, em decorrência de uma complexa heterogeneidade cultural de Bali, a política do significado é “anárquica” porque “desgovernada” no sentido do insucesso das instituições formais na criação de um sistema político eficiente. Mais do que a diversidade, ressalta Geertz, é a recusa dessa diversidade que impediria, até hoje, o surgimento de “*uma forma política efetiva*” (Geertz, 1993, p. 315). Por outro lado, Geertz não parece tematizar porquê a elite indonésia, como ele próprio supõe, interessou-se e conseguiu criar essa política de significado “desgovernada”, na qual privilégios eram protegidos e status, proclamados. Embora incapaz de gerenciar, essa elite parecia mostrar-se competente em *administrar* uma complexa sociedade estratificada. Apesar desses aspectos, a análise de Geertz indica caminhos para a compreensão do simbolismo, exatamente por associá-lo a processos sociais. Sua reflexão permite apreender não formais da esfera política, constituindo, assim, um possível começo para se entender porquê nem sempre nacionalismos de Estado coincidem com os nacionalismos de suas nações correspondentes.

---

<sup>4</sup> A rejeição de Leach à análise de Geertz chega ao ponto de considerar parte do *Negara* um lixo : “That final quotation is, in my view, complete rubbish”. Cf. Leach, op. Cit., p.32.

Outra contribuição para o estudo da ação simbólica encontra-se na análise de Victor Turner, que tem nas etnografias sobre a sociedade *Ndembu* suas formulações centrais. Entre as diferenças do Estado-teatro *Negara* e os Rituais *Ndembu* há um ponto de convergência quando ambos autores tematizam a centralidade do símbolo como fator de ação social. Mas, ao contrário dos balineses que, embora não possuíssem um Estado que governasse, tinham um centro exemplar como referência simbólica, os *Ndembus* não dispunham de nenhum centro de controle político para manter a sua unidade. O simbolismo desse sistema ritual tinha destacada importância como mecanismo de manutenção das normas e valores comuns<sup>5</sup>. Ao se referir à função politicamente integrativa do ritual, Turner pretende destacar a sua eficácia simbólica, em contextos específicos nos quais surgem “*dramas sociais*” decorrentes de uma contradição básica da sociedade *Ndembu*: a tensão estrutural entre descendência matrilinear e casamento virilocal. É sobre esse eixo de conflitos estruturalmente dados que Turner desenvolverá sua análise, destacando que seu livro é, nas próprias palavras do autor, “(...) predominantemente um estudo do conflito social e dos mecanismos sociais que conduzem à redução, exclusão ou resolução do conflito” (Turner, 1957, p.89)<sup>6</sup>.

Em princípio, é difícil não associar as idéias centrais de Turner às preocupações funcionalistas pela integração sistêmica. De fato a noção de *drama* está associada a eventos interativos que surgem em situações de conflito, objetivando sua resolução. No entanto, não há linearidade universal nos resultados dos ritos que, associados a rupturas nas regularidades sociais, desempenham simbolicamente a etapa reparadora (*Redressive Action*) de um *drama*. É apenas improvável, mas não impossível, que o ritual não cumpra sua função interativa de reafirmar normas e

---

<sup>5</sup> Em várias passagens da sua obra Turner apresenta essa relação entre sistema simbólico e sistema de valores. Cf. Turner, *Schism and Continuity*, pp.289-291; Turner, *The Forest of Symbols*, pp.20-37; Turner, *The Drums of Affliction*, p.26.

<sup>6</sup> As passagens aqui citadas da obra de Turner foram livremente traduzidas pelo autor desse ensaio.

crenças. Os ritos, enquanto sistema de valores (Turner, 1968, p.26), operam como uma dramatização pública dos direitos, obrigações e do contexto social de um *status*, reforçando sentimentos tribais (Turner, 1957, p.302). Mas, ao observar que a forma no processo do tempo social era essencialmente dinâmica (Turner, 1974, p. 32), Turner entende as relações sociais envolvidas tanto por *persistências* quanto por *mudanças*. O *drama* como processo não se encerra na teleologia do rito: o término de um *drama* tanto pode significar a reintegração quanto o reconhecimento de uma ruptura inevitável<sup>7</sup>.

O caráter processual do *drama* é a medida do seu contexto. Com um padrão de fases que lhe são constitutivas<sup>8</sup>, o *drama* pode ser observado em diferentes contextos e em distintas situações de conflito: eventos históricos, como a Revolução Mexicana pela independência, podem configurar *dramas* que se realizam em diferentes arenas. Em sua resposta à crítica de Geertz sobre a aplicação indiferenciada do conceito de *drama* em várias situações (Geertz, 1993, p. 28), Turner ressalta que tenta localizar a realidade como texto em um “*contexto de performance*”<sup>9</sup>. Cada *drama* retém uma significação própria que somente pode ser compreendida em seu contexto específico: o que os *dramas* têm em comum é a sua própria *processualidade* que evidencia conflitos e permite que, *performativamente*, tenham alguma forma de solução, mediada por uma interação simbólica.

Nessa perspectiva, *dramas* não constituem realidades representadas, são processos sociais reais que se realizam contextualmente. A ação que se processa no *drama* é simbólica porque implica em *performances* que tornam públicas as razões do conflito e demarcam arenas nas quais se dinamizam esses conflitos e se delinham rupturas e crises. Como *dramas* podem ocorrer

---

<sup>7</sup> Esse é um aspecto que possivelmente delimita o afastamento de Turner à interpretação funcionalista que entendia a Ordem como contrastiva à entropia do sistema. Na análise de Turner, ao contrário, o conflito é constitutivo da estrutura e sendo a forma do tempo *dramática*, distensões e mudanças são também constitutivos da ordem.

<sup>8</sup> Quatro fases compõem o *drama*: Breach, Crisis, Redressive Action, Reintegration or recognition and legitimization of irreparable schism. Cf. Turner, 1974: 38-41.

<sup>9</sup> Conferir o ensaio de Turner, *Acting in Everyday Life and Everyday Life in Acting*, In: *From Ritual to Theater*, p. 107.

em diferentes contextos e sociedades, a ação reparadora pode ou não se manifestar ritualmente: mas o ato simbólico está do mesmo modo presente, seja no ritual de puberdade (*nkang'á*) das meninas Ndembus ou na chegada da polícia para dissolver um ato público de desobediência civil. Rituais ou performances são, desse modo, ações simbólicas circunscritas em *dramas* contextuais que retêm implicações políticas para os atores envolvidos na ação.

A existência dessas implicações parece clara na medida em que o *drama* delimita interesses antagônicos em conflito, mas Turner tematiza pouco esses desdobramentos, principalmente para quem admite a possibilidade de haver rupturas irreparáveis. A idéia de que o *drama* tem uma “circularidade formal” que objetiva restaurar uma “condição de equilíbrio dinâmico” no qual, ao final do *drama*, não haveria “vítimas” porque “(...) *nenhum processo que reafirma normas subentende condenação do infrator*” (Turner, 1968, p.276), restabelece uma preocupação que parece central em sua análise sobre a sociedade Ndembu: o pólo ideológico ou normativo do símbolo corresponde à ordenação de normas e valores, o qual possibilita que o símbolo se transforme, em um contexto ritual, em um foco de interação: “(...) *o símbolo ritual se converte em fator de ação social, uma força positiva em um campo de atividade.*” (Turner, 1967, p. 19)

Bali e Ndembu teriam, assim, uma convergência básica: seus rituais de cremação ou seus ritos de aflição seriam modos típicos de ação simbólica integrativa, através da qual valores e crenças comuns seriam reafirmados para garantir uma continuidade estrutural. Geertz e Turner ressaltam do mesmo modo que o simbolismo ritual é uma *dramatização pública*, na qual os símbolos, como recursos mnemônicos, evocam conteúdos normativos e orientam as condutas em direção à organização social existente (Geertz, 1991, p.132; Turner, 1967, p.20). Mas, se as suas abordagens têm o mesmo mérito ao analisarem a ação simbólica articulada com processos sociais, de outro modo fundamentam suas reflexões em divergentes perspectivas metodológicas que retêm diferentes implicações para a própria análise. A influência weberiana no pensamento de Geertz, como destaca Ortner

(1984), e sua “guinada interpretativa” demarcam um tipo particular de recurso metodológico que atribui o sentido da ação aos indivíduos e desloca a análise para a apreensão radical da realidade a partir do “*natives’s point of view*”<sup>10</sup>. Se “somos todos nativos”, a única forma de apreensão da realidade é mediante uma análise de como os próprios atores elaboram subjetivamente suas representações de realidade.

A análise de Turner, de outro modo, inscreve-se na tradição funcionalista da antropologia britânica, embora seus últimos trabalhos sobre a antropologia da *performance* apresentem um nítido distanciamento das preocupações centrais desse método em abordar aspectos interativos da ordem. Em suas considerações sobre o significado da árvore *mudyi*, que integra polissemicamente muitos rituais *Ndembu*, Turner ressalta que esse símbolo dominante representa tanto aspectos unificadores da organização social, como também significa um foco de oposição entre os grupos. Considerando que cada participante do ritual o contempla do seu ângulo particular de observação, Turner conclui sua reflexão sobre os problemas de interpretação com uma assertiva que se opõe frontalmente à concepção hermenêutica de Geertz sobre a apreensão da ação simbólica:

“Considero legítimo incluir no sentido total de um símbolo ritual dominante aspectos de conduta associado a ele que os próprios atores são incapazes de interpretar, e de fato podem não ser por eles percebidos, se indagados a interpretar o símbolo fora do contexto de atividade” (Turner, 1967, p.27).

Essa perspectiva, que distancia a ação simbólica da noção durkheimiana de fato social como “coisa” (sem, no entanto, reduzir o simbolismo à subjetividade do ator), pode ser particularmente relevante para a compreensão das relações de poder que eventualmente demarcam campos

---

<sup>10</sup> Um importante ensaio de Geertz sobre algumas implicações metodológicas da antropologia interpretativa, ver “From the Native’s Point of View: On the Nature of Anthropological Understanding. In: *Local Knowledge*, p.55

divergentes na interação simbólica. O simbolismo ritual do *Negara* está associado ao processo social do *ranking* de status, enquanto os rituais *Ndembu* estão relacionados aos processos sociais de reintegração no interior dos *dramas sociais*. Nas duas análises, o símbolo é polissêmico e pode ser definido como o que *evoca, representa e significa*, desempenhando o complexo papel de *lembrar* a existência de uma comunidade social e simbolicamente organizada. Mas, é possível ressaltar, o foco de interesse de Geertz não é a relação entre o simbolismo e processos sociais, mas entre o simbolismo e o padrão cultural advindo do *ranking* de status. Turner, ao contrário, privilegia a relação Símbolo e Sociedade. Enquanto os processos sociais ligados à ação simbólica no *Negara* se referem a condutas típicas, motivadas por símbolos que operam como veículos da cultura; os processos sociais na sociedade *Ndembu* são eventos que se inscrevem em conflitos estruturais enquanto *dramas sociais*. Em Turner, esses *dramas* não são representações, embora pressuponham ações simbólicas nas suas diferentes fases.

Se por um lado Geertz avança em sua análise para uma contribuição à análise política quando circunscreve a ação política à ação simbólica ressaltando no *Negara* menos a sua capacidade de governar do que de organizar simbolicamente os balineses; por outro, sua análise interpretativa não dissocia processos sociais da construção simbólica e talvez, por conta dessa orientação, não apreenda as dimensões conflituais do poder que cercam o próprio ato simbólico. Para Turner, ao contrário, a realidade social não é uma construção unicamente simbólica, ainda que seja ela toda significativa. A realidade não é um símbolo como este não é uma norma. Não é essa realidade que é imaginada mas as práticas rituais que lhe dão retorno enquanto ações simbólicas. As relações de poder que desenham a fisionomia das disputas pela sucessão do *beadman* nas vilas *Ndembu* são derivadas de outra fundamental disputa pela guarda das crianças em uma sociedade que se estrutura conflitantemente entre a matrilinearidade e a patrilocalidade. Os *dramas* que surgem desse fato é que têm mediações simbólicas. Portanto, sendo o tempo social *dramático*, um evento político que emerge como *drama* se configura

como ação simbólica: uma nação, por exemplo, nunca seria simbolicamente construída sem que os atores sociais ritualizassem performativamente seus diferentes interesses de modo *dramático*.

Para uma análise das significações dos nacionalismos situados entre a nação e o Estado, se por um lado é verdade que os processos políticos são mais amplos do que as suas instituições correspondentes, como afirma Geertz, parece também correto que esses processos são mais amplos não porque retêm mais representações simbólicas do que o Estado é capaz de suportar; mas, como afirmaria Turner, porque esses processos políticos são *dramaticamente* formas de confrontação que dinamizam suas próprias representações simbólicas do que seja uma nação.

## TRADIÇÕES E COMUNIDADES IMAGINADAS

A validade conceitual e metodológica em considerar a ação simbólica contextualmente associada a processos sociais é a de compreender o próprio ato simbólico como processo. Isso implicaria mais do que simplesmente entender a inserção contextual, histórica ou sociológica do símbolo para apreendê-lo no interior dos processos nos quais ele se constitui. O *processualismo* de Turner pode ser particularmente relevante para esse ponto: se reduzimos o ato simbólico a rígidas explicações causais do seu entorno, dificilmente escapamos da fácil conclusão de que esse ato é produto de uma ação-padrão cujos resultados indicariam a reafirmação de um padrão social também coeso<sup>11</sup>.

É provável que essa capacidade atribuída à ação simbólica em gerar condutas coletivas seja um dos pontos centrais do debate sobre a suposta

---

<sup>11</sup> Em sua análise, Turner não nega que o símbolo se refere a condutas convergentes. Ao contrário, ressalta que pode expressar a norma através do seu pólo normativo, sem no entanto se confundir com ela. O Símbolo seria antes um produto da interação do que de uma ação-padrão. Cf. Turner, Introdução a *The Drums of Affliction*.

capacidade do Estado-nação em gerar pontos de referência para uma identidade coletiva que inclua particularidades culturais e diversidades étnica, religiosa ou lingüística como uma única síntese identitária. Não há como deixar de lembrar que, assim definido, o Estado-nação é a melhor representação invertida do dilema do nó górdio: se alguém conseguir desatá-lo, desfaz também a sua própria lógica integrativa. Mas, antes de atestar o óbito desse conceito, seria prudente indagar porquê o Estado-nação, com todas as suas incongruências e limitações, persiste como argumento para fundar ou manter sociedades. Um caminho seria superar essa concepção lógica de uma linearidade de símbolos instrumentais no interior de uma nação baseada na aparência da similaridade e entender a persistência do próprio nacionalismo através da sua parcial eficácia em estabelecer um único vínculo identitário.

A residual existência ou sobrevivência do Estado-nação em um contexto marcadamente desterritorializado e globalizante pode ser explicada pela coexistência de múltiplas identidades superpostas no interior da nação. Essa perspectiva implica pensar a nação não como uma única formação simbólica, indiferenciada e culturalmente coesa, mas como construção simbólica multivocal e pluriidentitária. O que esse enfoque sugere é uma inversão da posição do adjetivo pátrio na interpretação das múltiplas identidades que formam a nação. Ao invés de convergir todas as representações simbólicas de identidade e comunidade a um só conjunto de símbolos associados à nação como síntese, anulando-as em torno de uma insustentável concepção de centralidade unitária, tomar a nação como referência "secundária" às identidades particulares existentes em seu interior. Essa perspectiva não descarta o conceito de nação, mas o desloca para o âmbito da pertinência política de sua formação simbólica, cuja dissensão intrínseca destaca a existência de uma "dupla lealdade", a qual se refere Anthony Smith (1986), que caracteriza formas distintas de inserção política e cultural dos indivíduos na nação. Tornar a nação uma referência culturalmente secundária implicaria, analiticamente, a emergência de uma

cultura política capaz de absorver essas particularidades culturais no interior de uma referência central normativa, como ressalta Habermas (1995), ou destacar a nação em sua conjunção com o Estado enquanto organização política, no modo analisado por Giddens (1985), sem transformar o multiculturalismo em soluções unificadas.

Esse deslocamento da nação necessitaria da superação analítica de uma representação simbólica linear para uma interpretação contextual dos símbolos que recupere as suas variações significativas enquanto situações interativas e, conseqüentemente, na compreensão de como a nação é construída mediante esses diferentes arranjos entre ações simbólicas e processos sociais. A aproximação antropológica do conceito de nação em Anderson (1991) sugere a intenção de tratá-lo, bem como o próprio nacionalismo, mais como uma entidade historicamente cultural do que como uma “ideologia” moderna de regimes políticos. A idéia central é vincular as origens históricas do nacionalismo, enquanto um amplo sistema cultural, à necessidade de prolongamento ou continuidade dos laços primários e comunitários dos reinos dinásticos e das comunidades religiosas<sup>12</sup>. Anderson não está sugerindo, como ele próprio ressalta, que o nacionalismo teria suplantado a religião: a relação estaria na crise, contextualmente associada ao racionalismo Iluminista, das cosmo-visões religiosas do mundo (Anderson, 1991, p.12). Entre a crise das antigas comunidades religiosas pela decadência das línguas sagradas, principalmente o latim, e a demanda secular por outra forma de associação que estabelecesse alguma continuidade, o nacionalismo se firma como um “novo” sistema comunitário. Não sem razão, parte substantiva do nacionalismo moderno se moldou em uma dupla base que convergia nacionalismo político com nacionalismo linguístico. Com a desintegração dos reinos dinásticos e a decadência das línguas sagradas, a reorganização

---

<sup>12</sup> A aproximação desses dois “sistemas culturais” é explicada pelo autor através do papel por eles desempenhados na formação de quadros de referência identitária. Cf. Anderson, 1991, p.12.

comunitária em torno de nações resultou, na visão do autor, em amplas reivindicações do uso de línguas e dialetos que expressassem alguma forma de vínculo associativo<sup>13</sup>.

É a partir desse enquadramento histórico que Anderson elabora seu conceito de nação como uma “*comunidade política imaginada*”, baseado na afirmação de Seton-Watson que define uma nação como um grupo de pessoas se considera ou se comporta como uma comunidade (Anderson, 1991, p.6). Em princípio, o conceito parece ser uma exacerbação metodológica do moderno interacionismo simbólico, pela aparente aproximação à precursora análise de W. Thomas que afirmava ser real em suas conseqüências uma situação qualquer que fosse definida como real. Mas, a julgar pela construção empírica e pelas referências históricas da análises de Anderson, a noção de *comunidade imaginada* não se esgota em elaborações subjetivamente individuais. Implica, ao contrário, processos sociais de interação coletiva através dos quais diferentes atores criam ou recuperam práticas rituais para a formação de relações comunitárias. É nesse sentido que a nação é *imaginada*: ela pressupõe um vínculo comum, independente da temporalidade e da espacialidade na qual está circunscrita. É dessa capacidade dos seus membros se *reconhecem* que a nação retira sua legitimidade enquanto expressão de uma totalidade difusa e, ao mesmo tempo, inteligível.

Para Anderson, a nação é ainda imaginada como *limitada e soberana* (Anderson, 1991, p.07). Essas duas dimensões se referem praticamente à organização política típica do contexto histórico do Iluminismo: a nação

---

<sup>13</sup> Sobre esse aspecto não é possível fazer uma remissão bibliográfica pontual. Essa é a idéia básica que o autor desenvolve ao longo da sua obra: diferentes nacionalidades se firmaram como nações pela reivindicação de uma língua comum. Sobre essa centralidade da língua em sua análise, um trecho, aqui traduzido livremente, é particularmente ilustrativo: “O que o olho é para o amante – em particular o olho comum com que ele (ou ela) nasceu – a língua é para o patriota – qualquer uma que a história tenha feito sua língua materna. Através dessa língua, que se encontra no colo da mão e se abandona apenas no túmulo, passados são reconstituídos, relações comunitárias são imaginadas e futuros são sonhados” (Anderson, 1991, p. 154).

pressupõe uma demarcação territorial e uma auto-capacidade de gestão pública administrativa. A última característica é de fato a mais distinta e central do conceito: a nação é imaginada como *comunidade* porque implica uma certa sublimação das diferenças para uma fraternal relação comunitária. Embora assim conclua o seu conceito, Anderson não retém a sua análise na verificação da eventual eficácia da nação em promover essa horizontalização de interesses. Ao contrário, enfoca como diferentes comunidades imaginadas são historicamente marcadas por dissensões e conflitos que configuram um quadro instável de afirmação nacional.

Não há uma única conclusão em *Imagined Communities*, mas são apresentadas várias possibilidades relativas aos diversos casos ou exemplos históricos analisados por Anderson que ilustram como disputas lingüísticas para uma unificação política minimamente legítima inscrevem o conceito de nação, como comunidade imaginada, no interior de processos sociais *simbólicos*. A decadência do latim e a emergência de línguas vulgares reafirmadas pelo desenvolvimento da imprensa como mercadoria, no capitalismo, teriam desempenhado um papel central na formação das “consciências nacionais”. É desse modo que diferentes situações históricas evidenciam o mesmo princípio articulador das línguas na formação de movimentos nacionalistas: a publicação de um dicionário russo entre 1789 e 1794 e de uma gramática oficial em 1902 como contraposições à língua eslava da Igreja (Anderson, 1991, p.73), a formação das três línguas literárias nos Bálcãs, entre 1800 e 1850: esloveno, servo-croata e búlgaro; o surgimento, em 1819, de uma gramática ucraniana, bem como o impulso para o nacionalismo norueguês com a publicação de uma nova gramática em 1848 (Anderson, 1991, p.85).

Com Anderson é possível observar como as distintas concepções de nacionalismo resultaram de apropriações simbólicas em contextos específicos, nos quais diferentes interesses entravam em conflito na busca de uma suposta síntese nacional. Anderson não dilui esses agentes da ação simbólica no interior de uma totalidade abstrata. Ao contrário, procurar

situar o próprio ato simbólico nos processos sociais de disputa e afirmações do poder. A exemplo dos pastores e professores no movimento nacionalista finlandês, dos maronitas no nacionalismo árabe (Anderson, 1991, p.75) ou da oposição da nobreza magiar à unificação linguística alemã em 1870 (Anderson, 1991, p. 102) é possível identificar como o uso de uma língua, enquanto símbolo da nacionalidade, impeliu determinados grupos ou classes à *ação*<sup>14</sup>. Mais do que um processo político e administrativo, para Anderson a nação não se faz mediante apenas a utilização de símbolos mas é, ela própria, ação simbólica que se externaliza em práticas sociais, disputas e relações de poder.

O caráter utilitário ou instrumental do simbolismo está mais delineado no conceito de “*tradição inventada*”, elaborado inicialmente por Hobsbawm e amplamente utilizado por diversos outros autores<sup>15</sup>. O conceito, obviamente, não se descontextualiza em relação aos processos sociais nos quais é gerado, mas sua elaboração sugere uma distinção entre a finalidade da tradição que se inventa e a ação que a inventou: a prática simbólica parece ser, apenas, algo útil para a legitimação de ações políticas que se beneficiam dos símbolos para a sua afirmação.

Há uma significativa diferença entre entender a política como ação simbólica e o símbolo como representação política. A principal delas é que a primeira destaca a natureza simbólica dos processos políticos, sem esgotar a multivocalidade dos símbolos – estes podem ter significações políticas, bem como outras não necessariamente vinculadas a essa esfera. De outro modo, reduzir o símbolo à representação política implica atribuir uma única funcionalidade relativa à sua posterior capacidade potencialmente interativa. O conceito de “*tradição inventada*” não faz exata e explicitamente essa

---

<sup>14</sup> Em sua análise Anderson relaciona a nação não somente a grupos étnicos e lingüísticos como também à atuação da burguesia como uma das “(...) primeiras classes a realizar solidariedades em uma base essencialmente imaginada” (Anderson, 1991, p.77).

<sup>15</sup> Além dos autores dos ensaios que compõem o livro *A Invenção das Tradições*, Charles Briggs analisa duas diferentes abordagens, e seus principais interlocutores, que tematizam o conceito. Cf. Briggs, 1996, p.435.

redução, mas tende a situar as práticas simbólicas predominantemente como práticas políticas utilizadas pela nação ou pelo Estado nacional como mecanismos institucionais de identificação e coesão social:

“Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual e simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawm, 1997, p.09).

Embora a tradição inventada seja compreendida conceitualmente como uma *prática* simbólica, é possível que a dimensão estanque do conceito esteja tanto no aspecto fixo e repetitivo dessas práticas quanto na leitura do símbolo como “acessório”. Como essa tradição retém apenas referências a “situações novas”, distinguindo-se assim das “antigas tradições”, ela se firma pelo ato cerimonial da repetição obrigatória<sup>16</sup>. A prática simbólica, da qual fala Hobsbawm, apenas define um conjunto gestual agregado a objetos significativos que compõem um quadro de formalização de condutas relacionadas a uma função ideológica<sup>17</sup> de reforço simbólico de normas e regras: hinos, bandeiras, estátuas, monumentos, perucas, selos e medalhas seriam, assim, *acessórios* simbólicos utilizados em práticas fixas para a invenção da tradição. Essas práticas, que em geral seriam cerimônias públicas como o Dia da Bastilha, o 1º de Maio ou mesmo os Jogos Olímpicos, seriam “discursos simbólicos”. Nesse ponto, é necessário não ceder à caricatura do conceito ou reduzi-lo apenas a aspectos pitorescos como o saio de montanhês da Escócia ou as carruagens da realeza britânica. Mais do que simples artefatos de ornamentação, esses traços culturais de

---

<sup>16</sup> Embora seja repetitiva, a tradição inventada não deve ser confundida nem com o “costume”, porque tende à invariabilidade, nem com as “rotinas pragmáticas”, porque a tradição tem função simbólica. Cf. Hobsbawm, 1997, p. 10.

<sup>17</sup> A referência à função ideológica da tradição inventada está sumariamente esboçada quando Hobsbawm a distingue das “redes de convenção e rotina”. Cf. Hobsbawm, 1997, p. 11

fato podem expressar simbolicamente complexos processos de assimilação identitária, sobre os quais se erguem nações e se legitimam poderes.

Essa tradição, típica de situações novas que surgem entre os séculos XIX e XX, é considerada *inventada* não apenas porque de fato estabelece novas práticas simbólicas mas também porque as “antigas tradições” perdem, por assim dizer, sua eficácia simbólica em relação aos novos contextos sociais. Ao que a distinção entre costume e tradição, na análise de Hobsbawm, sugere não é que existiriam algumas tradições inventadas e outras, não; delineando o que indica Charles Briggs (1996) ao destacar a existência de duas escolas em relação aos estudos sobre a invenção das tradições. A idéia de que apenas algumas tradições são inventadas seria um modo, para Hobsbawm, de destacar a dimensão momentânea e ritualmente socializadora de novas relações de autoridade, em contraposição a antigos costumes e tradições *inventadas* há mais tempo. A antípoda relação não é entre tradição inventada e tradição *não* inventada, mas entre “novas” tradições e antigas tradições. Não é, assim, a autenticidade da tradição que está sendo discutida mas sua capacidade simbólica de gerar relações identitárias. Talvez por isso, destaque Hobsbawm:

“Provavelmente, não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido a 'invenção' de tradições neste sentido” (Hobsbawm, 1997, p.12).

Embora o conceito utilize a noção de prática simbólica em um sentido restrito, que de certo modo a reduz à dimensão política, há, entretanto, uma vinculação importante entre essa dimensão política e o simbolismo para a compreensão das formações comunitárias simbolicamente identitárias. As tradições inventadas tanto podem ser “oficiais”, quando são originárias sobretudo de Estados ou movimentos políticos; quanto “não-oficiais”, quando surgem de grupos sem organização formal (Hobsbawm, 1997, p.271). A distinção possibilita situar o mesmo fenômeno em dois âmbitos centrais para o debate sobre o próprio

nacionalismo: tradições são inventadas pelo Estado e por grupos no interior da nação correspondente. A partir dessa inflexão é possível tematizar prováveis divergências e, conseqüentemente, disputas em torno da legitimidade de diferentes tradições inventadas como representativas da nacionalidade. Embora não se refira às implicações dessas eventuais dissonâncias simbólicas para as relações de poder no interior da nação, Hobsbawm retoma, em análise posterior sobre o nacionalismo, a importância desses conflitos de *representação* para entender a instabilidade dos Estados-nações modernos (Hobsbawm, 1990).

## (IN)CONCLUSÕES

Aproximações analíticas têm validade exatamente quando podem contribuir, de modo diverso, para a inteligibilidade de fatos, acontecimentos, questões. O aspecto complementar das abordagens de Turner e Geertz, para o entendimento da política como ação simbólica, e das interpretações sobre a nação de Anderson e Hobsbawm, pode contribuir para dilatar o espectro compreensivo das configurações contemporâneas das identidades e nações. Se considerarmos que novas solidariedades nacionais são mediadas por tradições inventadas, é possível dizer que nem sempre a continuidade proposta com um determinado passado e o próprio conteúdo desse passado sejam passiva e amplamente retidos de igual maneira por todos que integram uma determinada comunidade. Se esse aspecto da reivindicação de centralidade, por um lado, é o que mais tende à evidência quando se analisa o simbolismo das práticas comunitárias (tanto em Turner quanto em Geertz), por outro é ele também um dos princípios causais da própria crise da nação, intensificada no final do século XX pela emergência das tendências contemporâneas do nacionalismo europeu. Parte substantiva dessas tendências não estava apenas se contrapondo à idéia de nação, mas questionando as suas inserções em um tipo particular de

Estado-nação, ao mesmo tempo que reivindicavam a criação de outras nações. Os casos de movimentos separatistas, como os dos sérvios, croatas, eslovacos, lituanos ou ucranianos ilustram mais do que uma simples negação da *nação* em si: exemplificam como o particularismo pode reivindicar a sua própria centralidade, em um arriscado processo de fragmentação minoritária diante da fragilidade do nacionalismo oficial de inventar tradições supostamente universais<sup>18</sup>.

Nesse contexto de tensões implícitas, a relação conceitual entre nação e tradição inventada é, assim, particularmente recíproca: nações inventam suas tradições que reinventam nações. Antes de meramente circular, a relação é reflexiva: à medida que tradições inventadas estabelecem novas relações comunitárias, para atender novas demandas, podem essas relações reatualizarem suas identidades *imaginando* outras nações e *inventando* novas tradições. É nesse ponto que é possível uma aproximação conceitual das abordagens de Anderson e Hobsbawm, inicialmente já realizada na análise de Hobsbawm (1990) sobre o “protonacionalismo”, ocasião em que o autor retoma o conceito central de *Imagined Communities* para explicar as origens do nacionalismo como forma particular de substituição de vínculos comunitários. Os conceitos de *tradição inventada* e *comunidade imaginada* podem ser complementares pela ênfase que o primeiro atribui ao caráter circunstancialmente novo da tradição e pela ampliação que o segundo reserva à interação simbólica das ações que se imaginam comunidades. Na análise de Anderson, não é nação que, uma vez estabelecida, cria posteriormente seus símbolos; o ato simbólico está na própria gênese da transformação da nação, circunscrevendo processos políticos como ação simbólica. A simbologia política não fica, assim, restrita a funções ideológicas ou instrumentais de afirmação do poder constituído. Como a nação é ela própria ação simbólica, os símbolos não são ornamentações: são

---

<sup>18</sup> É sobre esse aspecto que Habermas propõe uma maior eficácia normativa do aparato constitucional do Estado para estabelecer uma cultura política *sem tradição* que substitua o nacionalismo como meio de resolver os impasses do multiculturalismo. Cf. Leite, 1998.

meios pelos quais diferentes atores interagem e disputam o poder e a legitimidade das suas *representações*.

A aproximação analítica de Anderson à abordagem de Turner, e indiretamente também à de Geertz, através da qual é tematizada a reciprocidade entre ação simbólica e processos sociais, permite uma apreensão dos mecanismos através dos quais a nação se imagina como comunidade, enquanto *dramas sociais* e/ou rituais públicos. A vantagem analítica desse enquadramento é, precisamente, de possibilitar a compreensão do ato simbólico como um processo associado a eventos que delinham a dimensão conflitante da *ordem*. Talvez assim seja possível entender a simbologia política sem despolitizar o símbolo ou reduzi-lo a funções politicamente estanques. Entender a nação como construção simbólica significa, nesse caso, compreendê-la como um *processo* no qual a sua polissemia possibilita diferentes formas de pertencimento e, portanto, de múltiplas formas de representação e ação simbólica.

Por essas razões, finalmente, talvez seja mais razoável pensar que o atual desafio da legitimidade democraticamente cultural da nação resida muito mais na superação da sua centralidade atribuída – e portanto de sua suposta referência simbolicamente unívoca – do que na simples negação da validade explicativa da nação em um contexto cada vez mais mundializado e, contraditoriamente, fragmentado.

**ABSTRACT:** Historically invented by political processes, the modern nations are reasserted through public rituals which, while symbolic practices, actualize the cultural contents of different social demands of national belonging. This article focuses the relations between symbolism and social processes, starting from the reflections of Clifford Geertz and Victor Turner. Subsequently, it sets a critical dialog between the notions of *invented tradition* from Hobsbawn, and of *nation as an imagined political community* from B. Anderson, in order to analyse the concept of nation as a symbolic and political construction.

**KEYWORDS:** nation, symbolism, ritual, national identity.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. London, Verso, 1991.
- BRIGGS, Charles L. "The Politics of Discursive Authority in Research on the 'Invention of Tradition'". *Cultural Anthropology*, 11(4): 435-469, 1996.
- GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado teatro no Século XIX*. Lisboa, Difel, 1991.
- \_\_\_\_\_. *The Interpretation of Cultures*. London, Fontana Press, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Local Knowledge*. London, Fontana Press, 1993b
- GIDDENS, Anthony. *The Nation-State and Violence*. Cambridge, Polity Press, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. "O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania". CEBRAP, *Novos Estudos* n° 43, 1995.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- HOBBSBAWM, E. & RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 2ª. Ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1997.
- LEACH, Edmund. "A Poetics of Power". *The New Republic*, abril 4: 30-33, 1981.
- LEITE, R. Proença. "A nação como sistema e os novos nacionalismos". CEDEC, Lua Nova, no. 44, 1998.
- ORTNER, Sherry B. "Theory in Anthropology since the Sixties". *Comparative Studies in Society and History*. 26 (1): 126-166, 1984.
- SMITH, Anthony. *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford, Blackwell, 1986.
- TAMBIAH, Stanley J. "Conflito etnonacionalista e violência coletiva no sul da Ásia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12, 34: 05-24, 1997.
- TURNER, Victor. *Schism and Continuity in na African Society: A Study of Ndembu Village Life*. Manchester University Press. 1957.
- TURNER, Victor. *The Forest of Symbols: Aspects of Ndembu Ritual*. Ithaca & Londres, Cornell University Press, 1968.

- \_\_\_\_\_. *The Drums of Affliction: A Study of Religions Processes Among the Ndembu of Zambia*. Oxford, Claredon Press, 1968b.
- \_\_\_\_\_. *Dramas, Fields and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*. Ithaca & Londres, Cornell University Press, 1974.
- \_\_\_\_\_. *From Ritual to Theater*. New York, Performing Arts Journal Publications, 1982.
- WEBER, Max. (1984), *Economia y Sociedad*. Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1984.

## O SENTIDO DAS ONG'S NO PROCESSO DE MUNDIALIZAÇÃO

*Samira Feldman Marzochi*

**RESUMO:** O artigo relaciona a gênese e o desenvolvimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs) ao processo de transformação cultural mais abrangente, que temos chamado “mundialização”. O enfoque será o sentido, ou o significado, que tomam as ONGs em conjunto, no âmago deste processo. Os aspectos políticos, portanto, serão compreendidos neste quadro como traços da cultura em movimento. O objetivo será compreender, partindo do fenômeno “ONG”, as condições sociais que, principalmente a partir da segunda metade do século XX, abriram espaço a novas formas de articulação política e, ao mesmo tempo, a uma nova configuração das estruturas institucionais de poder.

**UNITERMOS:** organização; cidadania; cultura – aspectos sociológicos; globalização.

Um caminho para a compreensão do conjunto das organizações que têm sido denominadas “não-governamentais”, é relacioná-las à criação da Organização das Nações Unidas. Embora estas organizações tenham nascido sem compromisso inicial com a ONU, a utilização do termo “organização não-governamental” pressupõe nexos estruturais necessários entre ONGs e ONU que, desde a sua criação, previa o trabalho em parceria com organizações civis, não diretamente comprometidas com governos nacionais.

A criação da ONU dependeu, não apenas de condições históricas e políticas, de condições sociais que respaldassem sua permanência e conferissem legitimidade à existência institucional. As ONGs, de certo modo, prepararam o terreno para edificação das Nações Unidas. Sem a

possibilidade de articulação, pelo menos formal, com estas instituições, a ONU perderia um forte argumento que a justifica: a “promoção da democracia” através, também, do apoio às organizações não-governamentais.

Além disso, tem parecido muito importante o papel de divulgar o sistema das Nações Unidas e suas atividades, assim como estimular a troca de conhecimentos técnicos entre a ONU e as ONGs. As ONGs funcionariam como extensões ou braços da ONU, legitimando-a frente às várias nações e governos, e colecionando informações sobre as diferentes realidades dos países em que atuam.

Por outro lado, a criação da ONU favoreceu a multiplicação destas organizações. Nas Nações Unidas, as ONGs também puderam encontrar uma possibilidade de respaldo institucional, fonte de legitimidade, além do apoio financeiro. Mesmo que a diversidade de organizações que levam o título “não-governamental” seja grande, a conexão com mecanismos de cooperação internacional é componente relevante e comum entre elas e, portanto, é o eixo para a compreensão do fenômeno ONG.

As ONGs nasceram dos circuitos internacionais de cooperação e forneceram canais não-oficiais para o apoio a projetos sociais executados em nível local. Sobrevivem graças a solidariedade internacional (a chamada cooperação internacional para o desenvolvimento). Esta chega através das “ONGs do Norte” que, por sua vez, repassam recursos mobilizados por razões humanitárias ou oferecidos pelos governos dos seus países<sup>1</sup>. A relativa independência das Organizações facilitou as conexões internacionais não estatais e seu pequeno tamanho foi favorável à inserção local.

No Brasil, a denominação “ONG” começou a se popularizar durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

---

<sup>1</sup> Note-se que, as ONGs do hemisfério Norte surgiram, em sua maioria, como resposta à comoção civil seguida às duas grandes guerras. Tiveram sua mais rápida expansão no período do segundo pós-guerra e expandiram suas atividades ao Terceiro Mundo após a recuperação da Europa Ocidental.

Desenvolvimento, – a UNCED ou Eco-92, – quando várias entidades ambientalistas realizaram encontros paralelos com acompanhamento da mídia. O termo, no entanto, apareceu pela primeira vez em 1945, em documento das Nações Unidas, para caracterizar organizações que atuavam em nível supra e internacional, instituições não-governamentais consideradas aptas a participar de algum órgão da Organização. A Carta das Nações Unidas (1945) levou em conta a ajuda que as ONGs poderiam prestar em problemas econômicos, sociais e culturais. Mais tarde, em 1950, o Conselho Econômico e Social da ONU que, entre outras atividades, promove a cooperação em problemas econômicos, culturais e humanitários entre países membros e coordena a ação das agências especializadas (das Nações Unidas), definiu estas organizações simplesmente como “organização internacional não instituída por acordos governamentais”.

Ser “não-governamental” era, e ainda é, característica de forte atração para as Nações Unidas. Não comprometidas diretamente com Estados nacionais, tais organizações possuem relativa liberdade para estabelecer ligações com organismos e instituições internacionais. ONGs, federações sindicais, câmaras de indústria e comércio, associações de ação social, sociedades cooperativas, associações religiosas e organizações profissionais, têm sido reconhecidas pelas Nações Unidas como entidades “consultivas”<sup>2</sup> pelo Conselho Econômico e Social da ONU.

O estatuto consultivo está baseado no artigo 71 da Carta das Nações Unidas de 1945 e na resolução 31 de 1996. Os direitos e privilégios, enunciados detalhadamente nesta resolução, autorizam as organizações a contribuir nos programas e objetivos das Nações Unidas, atuando na qualidade de especialistas, técnicos, assessores e consultores para governos e para a secretaria da ONU<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> No *site* da ONU, na *Internet*, é possível encontrar a relação das organizações que atualmente compõem o grupo com “*status* consultivo”.

<sup>3</sup> O Conselho Econômico e Social, – ECOSOC, – é integrado pelo Comitê sobre Organizações Não-Governamentais, um seu órgão permanente, estabelecido pelo Conselho mediante a

Segundo a Resolução 1996/31 do Conselho Econômico e Social, as organizações de *status* consultivo, inscritas nas categorias “Geral” e “Especial”, apresentam ao Comitê de Organizações Não-Governamentais, através de seu Secretário Geral, um breve informe quadrienal sobre suas atividades em apoio ao trabalho das Nações Unidas. De acordo com o conteúdo deste informe, o Comitê pode recomendar ao ECOSOC uma nova classificação estatutária das ONGs em questão. (Consultar: [www.onu.org/sc/ong/comite\\_ccosoc.htm](http://www.onu.org/sc/ong/comite_ccosoc.htm)).

ONGs que possuem *status* “consultivo”, “Geral” ou “Especial”, no Conselho Econômico e Social da ONU, diferenciam-se de outras organizações não vinculadas ao Sistema da Nações Unidas. Passam a fazer parte do conjunto dos organismos mais influentes do cenário internacional, ainda que não adquiram, por isso, poder efetivo ou igual. Trabalhando para as Nações Unidas, ONGs, de certo modo, compram o direito de usar a marca “ONU”, como espécie de controle de qualidade para os possíveis investidores, as agências financiadoras, que podem também estar ligadas ao Sistema das Nações Unidas.

O Serviço de Ligação Não-Governamental da ONU publicou, em 1996, o documento “Nações Unidas, ONGs e Governabilidade Global” demonstrando grande consideração às ONGs que “deixaram de ser marginais e chegaram à maturidade”. “As ONGs contribuem para fixar a agenda das Nações Unidas, influenciar suas decisões e mobilizar a Opinião

---

resolução 3 (II) de 21 de junho de 1946. Compõe-se de cinco membros de Países Africanos, quatro membros de países asiáticos, dois membros de países da Europa do Leste, quatro membros de países da América Latina e do Caribe, quatro membros da Europa Ocidental e outros países. Os atuais membros do Comitê são Bulgária, Chile, China, Costa Rica, Cuba, Etiópia, Grécia, Índia, Indonésia, Irlanda, Madagascar, Paraguai, Filipinas, Federação da Rússia, Sudão, Suíça, Tunísia, Reino Unido e Estados Unidos. O mandato do Comitê foi estabelecido pela Resolução 1996/31 do ECOSOC. Sua principal função é a avaliação de solicitações de *status* consultivo para ONGs, ou de nova classificação de ONGs que já têm *status* consultivo; avaliação dos informes quadrienais apresentados pelas ONGs inscritas nas categorias “Geral” e “Especial”, supervisão das ONGs de *status* consultivo, e qualquer outro assunto que o Comitê solicite para o estudo das relações entre ONGs e o Sistema das Nações Unidas.

Pública”. Segundo o documento, recursos financeiros mobilizados pelas ONGs para o desenvolvimento, em conjunto, provavelmente ultrapassam os da ONU.

Ainda assim, há reclamações de que as regras da ONU dificultam a participação direta das ONGs, sobretudo as do Sul. Não teria sido incorporado integralmente o espírito da Agenda 21, aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, a UNCED (ou Rio-92). A Agenda 21 dedica 10 dos seus 40 capítulos à discussão sobre a participação dos chamados “grupos sociais principais”, – as ONGs.

Entre as agências especializadas do Sistema das Nações Unidas, que realizam programas em cooperação com ONGs em áreas comuns de atividades, estão a OIT (Organização Internacional do Trabalho), FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), OMS (Organização Mundial de Saúde), UIT (União Internacional de Telecomunicações), OMPI (Organização Mundial de Propriedade Intelectual) e BIRD (Banco Mundial ou Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento).

O Banco Mundial, em relação com as ONGs, foi mais estudado por cientistas sociais que as demais agências especializadas, o que se explica pelo poder de influência privilegiado que adquiriu esta agência financeira.

O BIRD foi concebido na conferência de Bretton Woods, em julho de 1944, inicialmente como instrumento para financiar a reconstrução dos países destruídos pela Segunda Guerra, sobretudo os da Europa. À medida que os países europeus se restabeleceram, e os do Sul foram se descolonizando, sem superar seus fatores de empobrecimento, o BIRD passou a orientar empréstimos comerciais para esses países.

Quando, nos anos 60 e 70, a transnacionalização das atividades dos grandes grupos econômicos, sobretudo os que têm base nos países industrializados, transferiu gradualmente a força motriz do crescimento

econômico dos Estados para as empresas, o Banco Mundial estendeu financiamentos sobretudo aos Estados e empresas privadas dos países “em desenvolvimento”, servindo como instrumento político, das economias de mercado, contra as tendências reformistas ou estatizantes.

Neste período, o Banco passou a procurar as ONGs com o objetivo de conseguir parceiros “anti-estatais”, capazes de promover o desenvolvimento social em harmonia com o mercado. Para a agência, as relações econômicas de produção, como estão estruturadas hoje, não precisam ser tocadas. Os problemas que elas criam, como desigualdade, concentração de renda, empobrecimento e exclusão, crescente dependência de capitais externos etc., devem ser enfrentados através de programas que governos e ONGs são chamados a promover. Assim, o Banco passou, não somente a buscar alianças com estas organizações, como a apresentá-las substitutas da ação governamental no campo do desenvolvimento.

Muitas ONGs, ainda assim, não deixam de criticar o Banco Mundial. Uma das principais críticas é que essa atitude responde a um objetivo do grande capital: implementar a política neoliberal desatando as forças do mercado do controle dos Estados. Outra, refere-se à idéia de “crescimento econômico”, usada pelo Banco, como panacéia para todos os males. É nos indicadores de crescimento que se baseia para formular propostas políticas, escolher e desenvolver programas e projetos. (Consultar: Arruda, 1996, e Souza, 1992).

Ao mesmo tempo em que o Banco Mundial se abre ao diálogo com ONGs, apropria-se e dá conotação particular a expressões características de movimentos sociais – como “desenvolvimento justo e sustentável”, “combate à pobreza” etc., – predomina a orientação política, por parte das instituições financeiras multilaterais, que recomenda aos Estados membros a redução dos gastos na área social. Nesse contexto de duplo movimento, – estímulo à criação e participação de organizações não-governamentais e políticas financeiras indiferentes às necessidades sociais, – o resultado é a diminuição da oferta de serviços em relação à demanda.

No contexto da mundialização, o liberalismo ganha força transfigurando-se em “neoliberalismo”. As propostas que sintetizam a ideologia neoliberal são cada vez mais evidentes: “reforma do Estado”, “desestatização da economia”, “privatização de empresas governamentais”, “abertura de mercados”, “redução de encargos sociais” por parte do poder público ou corporações privadas etc. Os baluartes dos ideais e práticas neoliberais têm sido, além do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD), a Organização Mundial do Comércio (OMC), herdeira do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

No âmbito da política, a mundialização das instituições aparece como “desterritorialização”. Desterritorialização não significa, como pode se fazer entender de imediato, que o território perdeu relevância para a compreensão das relações de poder. Quer dizer, sobretudo, que a forma cultural em que vivemos é a da desterritorialização dos valores e significados, embora as estruturas institucionais continuem obedecendo hierarquias bem definidas.

Uma característica da desterritorialização é nossa inserção em cenários culturais e de informação globalizados. Estamos familiarizados com eventos, ações e com a aparência visível de cenários físicos situados a milhares de quilômetros. O advento da mídia eletrônica acentuou este aspecto de deslocamento, na medida em que enfatiza a presença instantânea de imagens distantes. (Giddens, 1991).

Perdem força os referentes culturais e políticos da Nação, as identidades concebidas como expressão de um ser coletivo a partir da “terra e do sangue”. A cultura nacional se reconstrói em interação com referentes culturais transnacionais. Em contraste com a noção jurídica de cidadania, desenvolvem-se formas heterogêneas de “pertencimento”, cujas redes se entrelaçam com as do consumo. Etnia, classe, nação, são códigos culturais reformulados como “pactos móveis de leitura dos bens e das mensagens” (Canclini, 1996).

A esta altura, a nação sobrevive como unidade hermenêutica de consumidores, cujos hábitos tradicionais fazem com que se relacionem de

modo peculiar com objetos e informações circulantes nas redes internacionais. Diluindo-se as lealdades nacionais, formam-se comunidades além-pátria que dão sentido de pertencimento aos indivíduos transnacionalizados.

Desterritorializados como observadores do mundo apresentado pela mídia, associamo-nos a grupos transnacionais de consumidores de imagens, valores, objetos, signos, símbolos. Buscamos novas instituições, além do Estado, partidos, sindicatos, que nos representem como grupo. Instituições que sejam, ao menos potencialmente, transnacionais. Um exemplo são as ONGs.

Sim, as ONGs pretendem grande alcance espacial de suas atividades e não se limitam a uma definição territorial. Mas, não se prendem a deveres de representação: movem-se de um lugar a outro, de um grupo a outro ou de um assunto a outro, sem rigorosas restrições formais. (Consultar: Fernandes, 1995).

À diferença dos sindicatos, associações de moradores ou mesmo de movimentos sociais, estas organizações não podem falar ou agir em nome de terceiros. Fazem-no somente em nome próprio. Não dependem, assim, do complexo jogo político dos sistemas representativos para legitimar suas decisões. Por conseqüência, desenvolvem e conservam traços institucionais semelhantes entre si, mesmo quando criadas em datas, lugares e contextos políticos distintos.

Muitas surgem a partir de certo vazio provocado pela crise de representação dos partidos de esquerda tradicionais, o que tem levado a buscar ações políticas alternativas. Diante das novas organizações, os partidos são muitas vezes considerados estruturas rígidas, dogmáticas, verticalistas e pouco relacionadas com a realidade. Mas, embora mantenham postura “não partidária”, os programas e projetos das ONGs têm, inevitavelmente, conseqüências políticas. Aliás, em alguns países da América Latina, como Argentina, Bolívia, Uruguai, Paraguai, certos partidos progressistas solicitam-lhes propostas e programas para incorporá-

los em plataformas partidárias e no trabalho parlamentar. (Bombarolo et al., 1992).

No contexto da crise do *Estado de Bem-estar Social*, as ONGs ganharam maior visibilidade. Passaram a participar mais ativamente da prestação de serviços e ampliaram sua presença na sociedade, através de mecanismos que fazem com que operem em parceria com o Estado. (Consultar: Gonçalves, 1996). As ONGs ajudam a formular políticas públicas ou fiscalizar e denunciar arbitrariedades do governo, desde violações de direitos humanos até a omissão no cumprimento de compromissos públicos, nacionais ou internacionais. Seus funcionários são treinados a pensar, de maneira estratégica, em como atender as demandas socioculturais não satisfeitas pelo Estado, ou pelo mercado.

O poder das ONGs deriva, principalmente, de uma enorme e complexa rede de prestação de serviços. Tornaram-se importantes peças de apoio aos programas de desenvolvimento, nas últimas décadas. Existem fortes indícios de que tendem a desempenhar papel crescente nas negociações internacionais. São novos atores, transnacionais, que vêm ganhando importância na configuração do sistema mundial.

Mas, admitindo que o avanço destas instituições na prestação de serviços é contemporâneo da retração do aparelho estatal público, na prestação dos mesmos, o quadro social aparece de maneira grave: indica a terceirização da política pública e, mais que isso, o encaminhamento da política pública para as soluções de mercado, assim como aconselhavam as correntes conservadoras liberais, opostas ao modelo do *Estado de Bem-estar Social*.

A terceirização dos serviços públicos, no entanto, vem se desenvolvendo em vários países. A retração do aparelho estatal e a parceria com organizações não-governamentais, afirmam-se como tendências mundiais. O problema é que no mesmo processo de desmantelamento dos serviços básicos, esvaem-se as referências políticas do cidadão interessado na garantia de seus direitos. Afinal, terceirizando-se as políticas públicas,

umentam as dificuldades para controlar a qualidade dos serviços, eleger seus provedores, reivindicar o aumento da oferta. Antes mesmo que as instituições democráticas se sedimentassem e começassem a funcionar efetivamente nas sociedades “em desenvolvimento”, foram engolidas pela ordem econômica do sistema político internacional em transformação e expansão. São muitos os exemplos que evidenciam a força do processo de mundialização das instituições políticas, como reflexos, em nível local, da transformação e expansão do sistema internacional.

Nos países árabes, o “setor nativo”, como é conhecido, caracteriza-se por um amplo espectro de estruturas organizacionais. As ONGs são lá referidas como “organizações privadas de ação voluntária” (OPAVS). Embora a experiência de diversos países árabes nessa área já remonte ao século XIX, o setor passou a assumir funções diferentes durante um “reflorescimento”, ocorrido ao longo das últimas décadas. Desde o início da década de 70, as organizações revelaram tendência a se desenvolver e a adotar padrões de estruturas organizacionais. As organizações do Setor Nativo têm, em larga medida, o mesmo espírito daquelas dos países ocidentais. Para Kandil (1995), tais transformações indicam a tendência mundial das ONGs internacionais a desempenhar papel, cada vez mais amplo, na abordagem de problemas relacionados ao crescimento e distribuição demográfica, meio ambiente, grupos marginalizados, direitos humanos etc. Por outro lado, as tendências rumo ao “Estado Capitalista” e à privatização, converteram determinadas ONGs internacionais em mecanismos para a precipitação destas mudanças.

A mudança de certos países árabes, – como Egito, Tunísia, Marrocos e Argélia, – rumo à privatização, conduziu à marginalização de determinados setores sociais, elevação das taxas de desemprego, subida de preços e deterioração das condições de vida das classes menos favorecidas. A maioria dos governantes árabes adotou, então, políticas financeiras e monetárias destinadas a enfrentar os problemas da inflação e débito. Os gastos públicos em serviços como saúde, educação e bem-estar social,

sofreram uma relativa redução. O papel do Setor Nativo, no atendimento das necessidades da população foi, assim, ampliado. As políticas governamentais encorajaram-no ocupar a lacuna, ou lacunas, das políticas oficiais, sobretudo no âmbito da assistência médica, educação e assistência aos grupos desfavorecidos.

O governo pode estabelecer relações diretas com as OPAVS, encarregando-as da implementação de certos projetos ou programas de bem-estar social. Nestes casos, confere às Organizações o título de “públicas” ou de “utilidade pública”, uma prática largamente disseminada em países como Egito, Jordânia, Síria e Líbano. Tais casos são conhecidos, em ciência política, como “integração funcional” das OPAVS no sistema governamental, com base no fato de as organizações estarem contribuindo “parcialmente” com as atribuições do governo. O governo designa a autoridade, ou autoridades, que irão monitorar o trabalho da organização. (Kandil, 1995).

Na África, o Terceiro Setor pode ser classificado de várias maneiras. Algumas organizações são nativas e voltadas para as bases. Surgiram num momento de reação à devastação colonial. As organizações de base incluem organizações femininas, grupos de intercâmbio, de trabalho, religiosas e outras associações comunitárias. As ONGs que operam em âmbito nacional incluem as chamadas “ONGs *umbrella*”, de cobertura institucional, que prestam serviços às organizações populares nas áreas de administração, finanças e organização.

As ONGs internacionais, atuantes na África, envolvem-se em projetos de desenvolvimento, sozinhas ou em conjunto com organizações populares, grupos religiosos e ONGs nacionais. Exemplos são *World Vision*, *Oxfam*, *World Neighbors*, *Fundação Ford*, *Save the Children*, *Action Aid*, *Anistia Internacional* e *Christian Aid*.

As ONGs africanas distinguem-se dos grupos de ajuda por serem formalmente registradas como organizações de desenvolvimento, ou como organismos com *status* legal, nacional ou internacional. Têm fontes nacionais

e internacionais de financiamento, e suas amplas atividades de desenvolvimento não se restringem a uma área ou a um beneficiário específico. A distinção exclui organizações beneficentes tradicionais e grupos autônomos de ajuda. Elementos exteriores à África afetaram o desenvolvimento desses grupos, principalmente a ascensão, no hemisfério Norte, de ONGs voltadas para o Terceiro Mundo e mudanças nas agendas dos doadores. (Rede das Mulheres Africanas, 1995).

Na Europa Ocidental, as duas décadas que se seguiram a 1945 testemunharam a formação de associações que promoviam a idéia de “unidade européia”. Ao mesmo tempo, outros novos tipos de associações transnacionais começaram a desempenhar importante papel nas relações internacionais. Tipo significativo foram as organizações transatlânticas, importadas basicamente dos Estados Unidos<sup>4</sup> para estender suas redes de atividades aos países da Europa Ocidental. Estes grupos tornaram-se rapidamente accitos como agentes do “modo de vida americano” e promoveram convicções, valores e padrões norte-americanos, principalmente em questões profissionais e educacionais, na cultura e no lazer, em relação ao trabalho voluntário, participação ativa em questões públicas, interesses do consumidor, meio ambiente e direitos humanos.

Associações nacionais européias, orientadas para o resto do mundo, eram aquelas preocupadas com os países subdesenvolvidos, em especial com questões políticas. Desempenham papel, primeiramente, no processo de descolonização e, mais tarde, no apoio à estratégias de desenvolvimento do “Terceiro Mundo”. A presença significativa das Nações Unidas na Europa Ocidental (principalmente em Genebra e em Paris), tem sido importante para as ONGs internacionais, em especial para aquelas que

---

<sup>4</sup> Cabe lembrar, depois da Segunda Guerra, a América do Norte sofreu grandes mudanças no setor empregatício, deixando milhares de pessoas desempregadas e pelo menos um número igual de subempregados. O setor não-lucrativo desabrochou neste período e deu à região mais organizações por habitante que em qualquer parte do mundo.

lidam com questões de direitos humanos, desenvolvimento, cultura e serviços de saúde. (Anciaux et al., 1995).

Com o desmoronamento dos regimes socialistas e comunistas, no final da década de 80, líderes de ONGs européias, com experiência em cooperação internacional, tomaram consciência das novas oportunidades para o desenvolvimento de suas organizações. Os governos nacionais e a Comunidade Européia puseram à disposição verbas consideráveis para projetos de desenvolvimento nos antigos Estados comunistas do Leste Europeu, e as ONGs da Europa Ocidental absorveram uma parte substancial delas.

No Leste Europeu, tornou-se comum entidades beneficentes manterem contato com o Estado, através da chamada “cultura do contrato”. A compra de serviços pelo governo é importante fonte de financiamento para o setor voluntário. Em geral, estas atividades são consideradas mais baratas que as oficiais, no trato de problemas públicos.

As organizações voluntárias desenvolveram diversos vínculos e redes, tanto em nível local quanto nacional, representados pela formação de uniões, federações, fóruns ou câmaras. A internacionalização do Setor inclui vínculos com universidades, principalmente com as dos Estados Unidos, para fornecimento de assistência técnica, serviços de consultoria e pesquisa. (Les, 1995).

\*

\* \*

As ONGs adquiriram e vêm adquirindo, cada vez mais, funções políticas. Têm sido melhor compreendidas como *think-thanks* para inovações políticas que os governos não têm realizado. Além da assessoria a empresas, agências e outras organizações, são chamadas a participar da elaboração de políticas públicas ou estudar formas de administração governamental mais eficientes.

Desde a década de 70, cientistas e especialistas técnicos passaram a assumir a responsabilidade de direcionar seu conhecimento em função de demandas sociais, embora muitas dessas organizações tenham nascido da ajuda assistencialista. Tudo indica, as ONGs vêm se orientando para o trabalho de produção teórica. Crescem seus laços com as universidades, não apenas através de programas de colaboração, mas também do crescente número de profissionais que transitam entre esses dois campos institucionais. (Landim & Cotrim, 1996).

Na América Latina, as ONGs surgiram como instituições de pesquisa, núcleos de educação popular, grupos de apoio a movimentos sociais emergentes, que não encontravam respaldo institucional sob pressão do Estado autoritário. Existem entre as ONGs e as universidades Latino-americanas vínculos de origem e trabalho conjunto. É freqüente encontrar integrantes de ONGs em corpos docentes, bem como a mediação das ONGs em determinados projetos acadêmicos.

Embora a militância anterior em movimentos sociais seja uma constante, é “assessoria”, e não “militância”, o termo definidor do trabalho das ONGs. É o termo que melhor expressa o tipo de vínculo entre assessores e assessorados: relação contratual ligada à transmissão de competência em certa área de conhecimento, assentada em laços de confiança mútua e afinidade de interesses; prática que relaciona intelectuais com organizações ou movimentos sociais. A “assessoria” pressupõe, mais que a dedicação e o envolvimento da “militância”, o conhecimento especializado. A transformação do movimento ambientalista em “organização” talvez possa ilustrar esta tendência. Não mais exclusivamente dos jovens radicais, o movimento inclui uma série de amplas organizações que exercem influência tanto através da publicação de relatórios científicos, quanto de piquetes em frente a agentes poluidores.

A tendência parece ser a da tecnocratização destas organizações, resultante do movimento, ainda mais abrangente, de “cientificação da política”. Talvez, as ONGs decorram do processo mais amplo e

internacional, ligado à institucionalização do progresso científico e técnico, que Weber chamou “racionalização”. Na administração pública, assiste-se a uma crescente substituição da função dos políticos pelos peritos que provêm, em muitos casos, de ONGs prestadoras de assistência ao governo. O poder adota outra configuração: despolitizada e de “competência”.

A cultura de gestão é despolitizada e, ao mesmo tempo, intelectualizada. Tem a necessidade de um imenso exército de especialistas, consultores, analistas, capazes de identificar as conexões, acompanhar as ações realizadas, refletir sobre as disfunções e elaborar, para esse fim, o “instrumental conceitual”. A sociedade política se instala num regime com duas velocidades: os atos políticos elaborados por um grupo restrito de “homens que decidem e concebem”, conforme seus gastos, o destino dos povos e a vida cotidiana de cada um, e a inércia da massa de cidadãos. (Chesneaux, 1995).

A política está se tornando, cada vez mais, uma esfera especializada. Através das ONGs, têm-se feito política com ciência, ou *como* ciência, de maneira ainda mais evidente que em épocas anteriores. A ciência não é apenas base para a produção de mercadorias e criação de novas tecnologias: a realidade social é observada pela política, progressivamente, como laboratório para experimentos técnicos.

O cientista, como funcionário que atua em administração pública, tem a oportunidade de fazer da sociedade seu campo experimental. E, quanto menos o Estado investe em pesquisa universitária não voltada para fins práticos e imediatos, mais as escolas de ensino superior tendem a formar como técnico o intelectual que, a princípio, não deveria adotar como seus, por necessidade, interesses de grupos específicos. Por conseqüência, os estudos que privilegiam a análise da totalidade social, são prejudicados. Críticas não incorporadas, imediatamente, à estrutura produtiva ou administrativa, são encaradas como derivações secundárias do pensamento.

\*

\* \*

As Organizações Não-Governamentais talvez possam ser compreendidas como tecnoestruturas, articuladas entre si e em relação com outras mais amplas, como organizações multilaterais, corporações privadas transnacionais, instituições governamentais ou bilaterais. Nascidas, muitas vezes, de movimentos sociais originalmente críticos e antagônicos, são incorporadas ao sistema e transformadas em agentes aceleradores do processo de “racionalização”.

As articulações entre as ONGs, e outras instituições da sociedade, são fundamentais para a compreensão de seu significado. Em si, são simplesmente organizações, nunca idênticas. No contexto em que estão inseridas é que se revelam. Compreender como se articulam as ONGs em relação ao Estado, corporações privadas, organizações multilaterais, acredito, será essencial para a elaboração de uma nova cartografia do poder. Apenas partindo desta base, a realidade política como se apresenta, com seus limites e possibilidades, é que se poderá definir as estratégias de ação para a efetiva melhoria das condições de vida de imensa parcela da população mundial. Será preciso aceitar, a nova configuração institucional, como condição emergente para a ação política de fato interessada em transformações. Afinal, para que se possa articular, movimentar e concretizar, o “neo-socialismo” depende do reconhecimento de que, no contexto da mundialização, a política adquiriu outra complexidade, mais ainda multipolarizada. (Consultar: Ianni, 1996).

Portanto, mais que as diferenças entre as ONGs, interessou-me, aqui, identificar as características estruturais que as assemelham. As estruturas institucionais não são apenas suportes ociosos a partir dos quais ações se desenrolam; a casca, ou a aparência imediata de uma ordem social que vai além. Trazem consigo conteúdo, valores, formas de compreender a realidade, que independem dos ideais, desejos e intenções dos indivíduos que em seu interior atuam. As ONGs, mesmo involuntariamente, têm sido levadas, por sua condição institucional, a participar da implementação de políticas neoliberais em nível mundial. São transformadas em catalisadores

do processo de inibição de políticas públicas, em favor da expansão de uma ordem econômica sem entraves políticos, sociais e culturais, ainda que a critiquem abertamente.

Por outro lado, há questões para as quais as ONGs podem olhar de modo mais cuidadoso e sensível que a máquina administrativa do Estado: novas demandas, não previstas ou amadurecidas suficientemente no âmbito das administrações públicas, como questões indígenas, religiosas, de gênero, diferenças físicas etc. Necessidades que, embora antigas, expressam-se como novas em virtude da ação espontânea e voluntária de grupos em movimentos sociais.

O ideal seria que ONGs *complementassem* as ações governamentais, e não as *substituissem*. Sendo menores, e assim relacionando-se de modo mais próximo com grupos sociais específicos, informariam e esclareceriam governos sobre a situação das novas demandas, apresentando alternativas de solução estudadas por especialistas. Receberiam, como vem acontecendo, recursos financeiros e apoio técnico de agências, empresas ou outras organizações interessadas em solucionar problemas afins, podendo ser dispensadas, por completo, as fontes governamentais de financiamento.

A condição para isso, no entanto, seria a recuperação dos deveres elementares da administração estatal. Deveres que, pelas Constituições mais avançadas, o Estado se obriga assegurar, como direitos, ao cidadão.

**ABSTRACT:** This article tries to clear the relationships between the genesis and development of the Non Governmental Organizations, and the process that has been called "globalization". The purpose is to understand the social conditions that opened place to new kinds of political relations and, at the same time, to a new composition of institutional power structure.

**KEYWORDS:** organization; culture – sociological aspects; globalization.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ANCI AUX, A., NARDONE, A., JARRÉ, D., TSYBOULA, S. O terceiro setor na Europa Ocidental. In: OLIVEIRA, M.D., TANDON, R. (coord.) *Cidadãos: construindo a sociedade civil planetária*. 2 ed. Washington: CIVICUS, 1995, p. 209-286.
- ARRUDA, M. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente?. In: TOMMASI, L., WARDE, M.J., HADDAD, S. (orgs.), *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996. p.41-74.
- BOMBAROLO, F. COSCIO, L.P., STEIN, A., *El rol de las Organizaciones No Gubernamentales de Desarrollo en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: FICONG, 1992, 183 p.
- CANCLINI, N.G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, 266 p.
- CHESNEAUX, J. *Modernidade-mundo*. Petrópolis: Vozes, 1995, 226 p.
- FERNANDES, R.C. Os fios da cidadania planetária. In: OLIVEIRA, M.D., TANDON, R. (coord.) *Cidadãos: construindo a sociedade civil planetária*. 2 ed. Washington: CIVICUS, 1995, p.335-366.
- FERNANDES, R.C. *Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina*. São Paulo: Relume Dumará, 1994, 130 p.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991, 177 p.
- GONÇALVES, H.S. O Estado diante das organizações não governamentais. In: GONÇALVES, H.S. (org.). *Organizações não governamentais: solução ou problema?*. 1 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 47-58.
- HABERMAS, J. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Lisboa: Edições 70, 1968, 147 p.
- IANNI, O. *Neoliberalismo e Neo-socialismo*. Primeira Versão, IFCH/Unicamp, n.65, 1996.

- IANNI, O. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, 225 p.
- KANDIL, A. A situação do Terceiro Setor no Mundo Árabe. In: OLIVEIRA, M.D., TANDON, R. (coord.). *Cidadãos: construindo a sociedade civil planetária*. 2 ed. Washington: CIVICUS, 1995, p. 119-160.
- LANDIM, L. Notas para um perfil das ONGs. In: LANDIM, L., COTRIM, L. *ONGs: um perfil – cadastro das filiadas à Associação Brasileira de ONGs (ABONG)*. São Paulo: ABONG/ISER, 1996, 219 p.
- LES, E., O setor voluntário na Europa Centro-Oriental pós-comunista. In: OLIVEIRA, M.D., TANDON, R. (coord.) *Cidadãos: construindo a sociedade civil planetária*. 2 ed. Washington: CIVICUS, 1995, p. 209-287.
- ORTIZ, R. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho D'água, 1997, 142 p.
- REDE DAS MULHERES AFRICANAS PELO DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO. O setor voluntário e não-lucrativo na África Subsaariana. In: OLIVEIRA, M.D., TANDON, R. (coord.) *Cidadãos: construindo a sociedade civil planetária*. 2 ed. Washington: CIVICUS, 1995, p. 161-208.
- SOUZA, H. As ONGs na Década de 90. In: *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs: 1º Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas*. Rio de Janeiro: IBASE-PNUD, 1992, 326 p.
- SZAPIRO, J. *Las Naciones Unidas y los organismos especializados: manual para uso de los periodistas*. Paris:UNESCO, 1961, 253p.



## EXCLUSÃO ANUNCIADA: REFLEXÕES SOBRE A NOVA LEI DE IMIGRAÇÃO PORTUGUESA

*Igor José de Renó Machado*<sup>1</sup>

Em janeiro desse ano entrou em vigor em Portugal a nova lei de imigração, aprovada no Parlamento português em abril do ano passado<sup>2</sup>. Essa lei, à primeira vista, parece facilitar a vida dos imigrantes em situação ilegal, como o alto número de autorizações de permanência concedidas parece demonstrar. Segundo dados do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, órgão português que controla a entrada e saída de imigrantes), até o dia 12 de abril 2001, 44826 imigrantes conseguiram se legalizar. Num universo de 190.896 imigrantes em 31 de dezembro de 1999, a legalização de quase 45.000 imigrantes em pouco mais dois meses representa um número gigantesco (23,5%).

Vejamos, antes de qualquer comentário, uma descrição rápida do teor da lei. Cria-se uma nova figura legal, a da autorização de permanência, que embora seja parecida no nome com a tradicional autorização de residência, é completamente diferente em seus resultados. Esta última dá ao requerente aprovado direitos civis completos (menos direitos de voto), extensíveis a sua família. A nova autorização de permanência<sup>3</sup> concede alguns direitos

---

<sup>1</sup> Pesquisador do CEMI/IFCH/UNICAMP (Centro de Estudos de Migrações Internacionais) e doutorando em Ciências Sociais (UNICAMP).

<sup>2</sup>Decreto-regulamentar 9/2001, que altera e republica o Decreto Regulamentar n.º 5-A/2000, de 26 de Abril de 2000, que regulamentava o Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto de 1998, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro de 2001, que regulamentava a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

como acesso a saúde pública e reunião familiar, mas nega o direito à aposentadoria e à segurança social, pois limita a estadia do imigrante ao máximo de 5 anos. Para legalizar-se o imigrante precisa de um contrato de trabalho, concedido pelo empregador e da autorização do Instituto de Emprego e Formação Profissional português, que anualmente elaborará uma lista com previsão de mão-de-obra deficitária em categorias específicas. Apenas os trabalhadores estrangeiros especialistas nas profissões mencionadas nos relatórios poderão pedir a autorização de permanência.

Até a divulgação da primeira lista, os trabalhadores em situação ilegal poderão tentar a autorização de permanência independentemente das profissões exercidas, se tiverem o contrato de trabalho, o que explica a corrida à legalização desde janeiro. Mas ficam submetidos ao condicionamento de um máximo de 5 anos de permanência que, na prática, inviabiliza a inserção dos imigrantes na vida portuguesa. Para pedir a autorização de residência (a definitiva) o imigrante precisa estar em Portugal por seis anos consecutivos no caso de membros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e, por 10 anos, no caso dos demais. Um imigrante brasileiro, por exemplo, tendo obtido a autorização de permanência (a temporária), não preencherá os requisitos para conseguir a autorização de residência, pois faltará um ano de permanência nas contas burocráticas. Além disso, inviabiliza-se o acesso a financiamentos, abertura de contas em bancos, ao sistema educacional português, entre outras várias dificuldades. Outra consequência é o controle mais sistemático do fluxo de imigrantes, pois o governo pode, daqui em diante, impedir a entrada de profissionais que não constem na tal lista, mesmo que tenham contrato de trabalho.

A intenção é defender o mercado de trabalho qualificado português em categorias específicas, como a dos dentistas, por exemplo. A lei é um instrumento para o governo responder às pressões das associações profissionais portuguesas que se sintam ameaçadas. Nesse quadro, a famosa imigração “qualificada” brasileira tem seus dias contados, pois a abertura é

claramente para trabalhadores não-qualificados. Mais ainda: a lei prevê e permite acordos entre sindicatos patronais portugueses e países terceiros (mediados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e Ministério dos Negócios Estrangeiros) para contratação regular de imigrantes. E os patrões já demonstram conhecer bem o mercado de trabalho brasileiro, pois associaram-se com algumas prefeituras nordestinas para o envio de mão de obra sazonal. Essa mão-de-obra é mais barata que a do sudeste e sul, donde provém muitos imigrantes brasileiros.

Para entender a imigração em Portugal, e o porquê da separação entre duas categorias de imigrantes (membros da CPLP e outros), é preciso considerar a organização interna do “quadro de alteridades”, influenciada por uma ideologia lusófona do governo PS. E quando se diz “lusófono”, qualquer não-português deve já preparar suas armas: lusofonia é o discurso colonial retomado despudoradamente. Essa disposição serve para reconstruir a ordem colonial, onde as classificações vão paulatinamente construindo o mundo “em português”, agora transplantado para dentro de Portugal e submetido às ordens hierárquicas preexistentes, explicando a preferência pelos membros da CPLP, todos ex-colônias. Ao mesmo tempo em que essas classificações sedimentam e legitimam a idéia de lusofonia, domesticam o choque resultante do entrada de imigrantes e suas diferenças culturais marcantes.

Em relação aos trabalhadores imigrantes desejados pelo governo português, há decisões a tomar: as principais são como incorporá-los e a quem será permitida a permanência. O projeto atual do PS (Partido Socialista) tenta amenizar (da pior forma) a conseqüência social da falta de política sistemática em relação à imigração africana de língua portuguesa (mais antiga), além de acentuar o seu lugar subalterno na hierarquia das alteridades. Anos de imigração africana sem nenhum cuidado do Estado causaram em Lisboa uma pauperização da periferia. Sem políticas sociais de inclusão e apoio, as comunidade imigrantes se isolaram em guetos e pioraram as condições sociais da grande metrópole. Isso se refletiu no

aumento da criminalidade que, em Portugal, é sempre vista como consequência direta da proliferação de “bairros de lata” habitados por imigrantes (as favelas portuguesas), acentuando ainda mais o racismo português.

Ora, parece que evitar o aumento desses problemas é uma preocupação do governo. Diante desta situação, pode-se supor que a entrada de imigrantes não africanos é interessante ao governo português, embora isto não seja declarado. Mas os números da legalização recente dizem tudo: 14442 ucranianos, 7808 brasileiros, 3562 moldavos, 2710 romenos, 1919 russos, 1916 cabo-verdianos, 1845 paquistaneses, 1668 angolanos, 1471 guineenses, 1072 chineses e 120 moçambicanos (entre outros). Parece claro o interesse em “branquear” o quadro da imigração em Portugal, por um lado, aparentemente dificultando a legalização dos imigrantes africanos indocumentados que, em geral, fazem parte de uma grande comunidade já existente, impedida de aumentar, como no caso dos cabo-verdianos, angolanos e moçambicanos e, por outro, facilitando a legalização de imigrantes do leste europeu e brasileiros<sup>3</sup>.

Os brasileiros são um caso específico, porque fazem parte da reconstituição da hierarquia de alteridades colonial portuguesa, num desejo de restabelecer em relação aos brasileiros a antiga ordem, invertida a favor do Brasil através de sua influência cultural em Portugal nos últimos 20 anos. E não há em volta da presença de brasileiros (ou pelo menos não havia até pouco tempo) a mesma preocupação “policialesca” que há em relação ao imigrante africano.

Ora, a forma como se integrará (ou não) a massa de imigrantes à vida nacional é uma questão de escolhas políticas. A tendência do governo conservador do Partido Socialista (PS) é optar por uma política pragmática em termos econômicos e desumana em termos de qualidade de vida dos

---

<sup>3</sup> Observações baseadas em declarações de membros da Associação Olho Vivo, responsável por grande parte das discussões públicas sobre a imigração em Portugal e, inclusive, por prestar assistência jurídica para imigrantes indocumentados.

imigrantes. É pragmática por impor aos imigrantes todos os impostos que um trabalhador comum paga e cruel por limitar sua presença no país por um máximo de 5 anos. Ou seja, durante cinco anos o trabalhador contribui para o sistema de aposentadoria, da qual não vai usufruir. Assim se vai substituindo a mão de obra conforme as necessidades do mercado de trabalho sem onerar no futuro o sistema de aposentadoria e, principalmente, ampliando a base atual de pagadores do sistema.

Voltando à questão inicial do texto, será de fato boa a nova lei de imigração? Em agosto de 2000, várias associações de imigrantes promoveram um protesto contra a mudança legislativa, chamada, sem meias palavras, de “nova escravidão”. A nova lei favorece completamente os patrões, pois faz deles dependerem os imigrantes, através da concessão dos contratos de trabalho. Assim, o mercado passará a assistir à mercantilização destes contratos, à redução sistemática dos salários e à superexploração dos trabalhadores, que correrão o risco de serem demitidos e denunciados pelo ex-patrão, aumentando ainda mais a autoridade do capital sobre a força de trabalho. Parece claro que a lei possibilita a legalização das máfias que traficavam trabalhadores, que agora vendem a possibilidade de emprego e também o próprio contrato de trabalho. Deve-se lembrar que a legislação foi aprovada no parlamento português através de uma associação entre PS e PP, este último o partido mais ultra-direitista português. A lei vai aumentar ainda mais os guetos ao deliberadamente evitar a inserção dos imigrantes na vida portuguesa, que resultará em bairros de lata ampliados, pobreza e indigência urbana. Portugal, como o resto da Europa, não é um paraíso para imigrante nenhum mas, para os africanos, é um inferno. Em suma, a lei conduz à desesperança.



## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

### INFORMAÇÕES GERAIS

A Revista *TEMÁTICAS* publica trabalhos originais dos alunos de pós-graduação em Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP, na forma de artigos, resenhas, comunicações e traduções. Só serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e no exterior, nos quatro últimos anos.

Prioritariamente, os trabalhos devem ser redigidos em português ou em espanhol. O *Resumo* e os *Unitermos*, que precedem o texto, escritos no idioma do artigo, os que sucedem o texto, em inglês (*Abstract/Keywords*).

É permitida a reprodução parcial ou total dos trabalhos da Revista *TEMÁTICAS* em outras publicações ou sua tradução para outro idioma, desde que citada a fonte original.

### PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS

*Apresentação.* Os trabalhos devem ser apresentados em disquete e acompanhados dos *printers* (3 cópias impressas, fiéis do disquete, sendo 2 cópias sem nome do autor do texto), em um dos seguintes programas: *Word 6.0* ou superior, não devendo exceder 12.000 palavras. O Conselho Editorial se reserva o direito de não considerar a publicação de trabalhos que ultrapassem os limites estabelecidos. Sem a obediência das normas, o texto não será publicado.

*Estrutura do trabalho.* Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: folha de rosto com *Título*; *Autor(es)* (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); *programa e área* aos quais está(ão) vinculado(s), vínculo docente, endereço residencial e telefone para contato; no corpo do texto: *Título*, *Resumo* (com máximo de 200 palavras); *Unitermos* (com até 7 palavras tiradas do *Thesaurus* da área, quando houver); *Texto*; *Abstract* e *Keywords* (versão para o inglês do Resumo e Unitermos); *Referências Bibliográficas* (trabalhos citados no texto), *Bibliografia* (indicar obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto, se houver).

*Referências Bibliográficas.* Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

*Abreviaturas.* Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*.

Exemplos:

- Livros e outras monografias:

FIGUEIREDO, A.C., FIGUEIREDO, M. *O plebiscito e as formas de governo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, 98 p.

- Capítulos de livros:

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C.S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972, p.47-66.

- Dissertações e teses:

BITENCOURT, C.M.F. *Pátria, Civilização e Trabalho*. O ensino nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

• Artigos de periódicos:

LESSA, S. Lukács: Trabalho, objetivação, alienação. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v.15, p.39-51, 1992.

*Citação no texto.* O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Torres, 1978). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Segundo Schaff (1992)...” Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (Delouya, 1994, p.54). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Marx, 1984a) (Marx, 1984b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por & (Lamounier & Meneguello, 1986) e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Weffort et al., 1988).

*Notas.* Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé de página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números arábicos, na entrelinha superior.

As opiniões e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

## RESENHAS E TRADUÇÕES

As resenhas devem seguir o padrão de publicação de Temáticas contendo no máximo 3000 palavras.

